



GÉNERO E IDADES DA VIDA

**Educação, trabalho, família e condições
de vida em Portugal e na Europa**

Coordenadora
Anália Torres



TORRES, Anália, Prof.^a Catedrática de Sociologia, coordenadora da Unidade de Sociologia no ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. É fundadora e coordenadora do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, centro classificado com Excelente pela FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia. Doutorada em Sociologia, foi entre outros cargos nacionais e internacionais, Presidente da ESA, European Sociological Association (2009-2011). Investiga e publica, a nível nacional e internacional na área do género. www.analiatorres.com

PINTO, Paula Campos, Prof.^a Associada do ISCSP-ULisboa, investigadora e co-coordenadora do CIEG. Doutorada em Sociologia pela York University, ensina e investiga na área das políticas públicas, desigualdades e interseccionalidades, incluindo as relacionadas com questões de género e deficiência. Sobre estes temas tem publicado em revistas internacionais e coordenado pesquisas nacionais e internacionais.

COSTA, Dália, Prof.^a Auxiliar do ISCSP-ULisboa, onde leciona desde 1996. Doutorada em Sociologia da Família; Mestre em Sociologia; tem Pós-graduação em Ciências Criminais e é licenciada em Política Social pelo ISCSP. É co-coordenadora e cofundadora do CIEG. Coordena e tem participado em vários projetos de investigação com financiamento nacional e internacional.

COELHO, Bernardo, Prof. Auxiliar Convidado no ISCSP-ULisboa, investigador e membro fundador do CIEG. Os seus principais interesses são sociologia da família, género, relações íntimas e sexualidade, planeamento e avaliação de políticas no domínio ou com impacto de género. Participa em pesquisas nacionais e internacionais nestes domínios e é autor e coautor de artigos e capítulos em livros.

MACIEL, Diana, Prof.^a Auxiliar Convidada do ISCSP-ULisboa e investigadora e membro fundador do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos do Género. Doutoranda em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Investiga na área da igualdade de género, juventude, toxicodependências e estudos longitudinais. Tem apresentado comunicações em conferências nacionais e internacionais e publicado artigos e livros dentro destas temáticas.

REIGADINHA, Tânia, Prof.^a Assistente no Instituto Politécnico de Setúbal e investigadora. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE-IUL, mestre em Sociologia, pelo ISCTE-IUL, é doutoranda em Gestão - Ciência Aplicada à Decisão na Universidade de Coimbra. Leciona unidades curriculares na área de Marketing e Logística. Colabora com o ISCSP-ULisboa em investigação na área da Sociologia. Faz investigação e publica nas áreas de Marketing, Sociologia e Retalho.

THEODORO, Ellen, Licenciada em Psicologia e mestre em Sociologia pelo ISCSP-ULisboa. Atualmente é bolsista de investigação do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, ISCSP, ULisboa.

GÉNERO E IDADES DA VIDA

**Educação, trabalho,
família e condições
de vida em Portugal
e na Europa**

Anália Torres
Paula Campos Pinto
Dália Costa
Bernardo Coelho
Diana Maciel
Tânia Reigadinha
Ellen Theodoro



Novembro de 2018

Título: Género e idades da vida: educação, trabalho, família e condições de vida em Portugal e na Europa

Design: Inês Sena

Paginação: Guidesign

ISBN: 978-989-8943-33-0

Os autores desta publicação não adoptaram o novo Acordo Ortográfico.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.



Este trabalho de pré-impressão é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/SOC/04304/2013.

GÉNERO E IDADES DA VIDA

**Educação, trabalho,
família e condições
de vida em Portugal
e na Europa**

ÍNDICE

Género e idades da vida

9	Introdução
	Capítulo 1
12	Educação
	Capítulo 2
18	Género e mercado de trabalho
	Capítulo 3
35	Família e Condições de Vida
	Capítulo 4
44	Articulação trabalho-família
	Capítulo 5
51	Violência e Crime
	Capítulo 6
58	Saúde e causas de morte
	Capítulo 7
67	Valores
	Capítulo 8
77	Perfis de homens europeus e mulheres europeias: Género, trabalho e condições de vida
87	Ideias síntese
92	Glossário
	Quadro Síntese
96	Educação e mercado de trabalho (15 aos 64 anos)
98	Referências bibliográficas

Introdução

A pesquisa “Igualdade de género e idades da vida”¹ cuja síntese de resultados se publica neste *Booklet* pretende responder de forma genérica à seguinte questão principal: como se caracterizam e estruturam as relações de género nas diferentes idades da vida, em diferentes contextos geográficos e sociais?

Para responder a esta questão desenvolveu-se uma estratégia de pesquisa procurando cumprir quatro objetivos principais.

Considerou-se fundamental, em primeiro lugar, analisar as relações de género numa perspetiva dinâmica considerando as seguintes idades da vida: a primeira que inclui a infância e a juventude (dos 0 aos 29 anos), a segunda que se designou por *rush hour of life* (dos 30 aos 49 anos) e a terceira a chamada fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 65 anos). A fase da vida posterior aos 65 anos não foi incluída no estudo por necessidade de fechamento do campo analítico e para não aumentar a já complexa e extensa consulta a fontes estatísticas diversificadas.

Em segundo lugar, tratou-se, no essencial, de mapear e caracterizar as diferenças e semelhanças entre mulheres e homens analisando as relações que se estabelecem entre género e contextos sociais em Portugal e nos outros países europeus. Este mapeamento passou por identificar numa perspetiva de género, os aspetos mais relevantes em cada idade da vida: educação, trabalho, articulação trabalho-família, violência e causas de morte, saúde e valores, acionando sempre que possível um conjunto de variáveis suscetíveis de produzir efeitos diferenciadores ou homogeneizadores: escolaridade, posição perante o mercado de trabalho, condições de vida e família, rendimentos, classes sociais².

A identificação de perfis de países europeus e de homens e de mulheres constituiu, em terceiro lugar, um objetivo relevante, que se concretizou através de uma análise de *clusters*, recorrendo a variáveis chave. Esta análise permitiu a identificação de perfis que aproximam ou afastam mulheres e homens de diferentes países europeus. Também a análise das classes sociais para alguns dos países permitiu, por um lado, identificar essa divisão no caso português e, por outro, verificar como os lugares de classe de mulheres e de homens se comparam entre si na Europa.

Em quarto lugar, embora se trate no essencial de uma abordagem extensiva e de mapeamento e caracterização global, procurou-se avançar hipóteses explicativas para as diferenças e semelhanças encontradas, a partir dos contributos das teorias de género e das ciências sociais.

¹ A definição dos conceitos utilizados na pesquisa consta de um Glossário no final do texto.

² O leque de questões e temas envolvidos é muito abrangente, não foi por isso possível considerar um conjunto de outras assimetrias igualmente importantes, com génesis em fatores como a orientação sexual e a diversidade das identidades de género, a raça ou etnia, a condição de imigrante ou perante a deficiência.

Esta análise transversal permite uma visão genérica da forma como as relações de género se vão transformando nos grandes domínios da vida – educação, trabalho, articulação trabalho/família, saúde, violência, crime, causas de morte e valores. Permite ainda comparar Portugal com os outros países europeus, traçando perfis e identificando classes sociais.

A perspetiva analítica adotada, para compreender como se caracterizam e desenvolvem as relações de género convoca quatro dimensões fundamentais. A dimensão estrutural a partir da qual se avalia como para homens e mulheres os contextos mais ou menos privilegiados, mais ou menos desprovidos de recursos económicos ou culturais têm efeitos diferenciados. A dimensão institucional que se refere aos efeitos que o Estado Social pode ter, através de políticas redistributivas, de articulação trabalho/família, ou de igualdade de género na vida de mulheres e de homens nesta fase. A dimensão conjuntural que integra dinâmicas económicas e sociais, como os efeitos mais recentes da globalização, da desindustrialização, da terciarização da economia e das conjunturas específicas como a crise económico-financeira que têm impacto na forma como se vive a igualdade de género. A dimensão simbólica e cultural, que pretende avaliar valores e atitudes de homens e mulheres perante a vida, mas também mais especificamente, face à divisão do trabalho pago e não pago e à forma como se encaram as questões da igualdade de género.

No que se refere ao modo como a comparação com os países europeus está incorporada no estudo optou-se por uma abordagem que em cada idade da vida e em cada grande domínio procura desde logo identificar os indicadores mais expressivos para todos os países da União Europeia (UE) 27 ou 28, conforme os dados existentes, ou comparando Portugal com a média da UE 27, sempre que se procura cruzar uma ou mais variáveis.

Para maior focagem e precisão recorre-se a uma análise comparativa sistemática de Portugal com um conjunto de oito países da União Europeia. Os oito países selecionados são: República Checa, Polónia, Alemanha, França, Noruega, Suécia, Reino Unido e Espanha. A escolha destes países procura refletir a tipologia de modelos de *welfare* inicialmente desenvolvida por Esping-Andersen (1990) aprofundada, reformulada e criticada por outros/as autores/as (e.g. Ferrera, 1996; Torres *et al.*, 1999; Lewis, 2009). Selecionou-se a Alemanha e França em representação do modelo continental, Reino Unido como exemplo do modelo liberal, Noruega e Suécia como exemplos do modelo nórdico, Espanha (em conjunto com Portugal) como representativa do modelo do sul da Europa, e República Checa e Polónia como países herdeiros de regimes socialistas e mais recentemente integrados na União Europeia. Recorre-se a um conjunto diversificado de fontes de dados estatísticos como, entre outros, Eurostat (e a partir dele, a muitas das bases de dados que o alimentam), Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Instituto Nacional de Estatística (INE), Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP-MTSSS), Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e PORDATA. Também se utilizaram bases de dados de inquéritos internacionais como o *European Social Survey* (ESS), *European Working Conditions Survey* (EWCS) e *International Social Survey Programme* (ISSP).

Considerou-se ainda, para melhor situar no tempo as questões em análise, que os dados recolhidos e analisados se reportassem aos anos mais recentes da segunda década do século XXI cobrindo também anos anteriores, num arco temporal que se poderá definir como de 2000 a 2015/2016.

As análises efetuadas a partir dos dados globais e das grandes tendências foram complementadas pela introdução de algumas caixas no texto, para dar conta de estudos qualitativos e quantitativos realizados em Portugal ou a nível internacional, que fornecem pistas para responder às interrogações da pesquisa.

A este *booklet* acrescem três outros – *Género na infância e juventude*, *Género na rush hour of life* e *Género na fase tardia da vida ativa* – e um livro *Igualdade de género ao longo da vida, Portugal no contexto europeu*, todos contendo dados para Portugal e a Europa e com uma perspetiva diacrónica de forma genérica para os últimos 15 anos. Espera-se agora que a abrangência desta análise, que permitiu a identificação de tendências fortes quanto à questão da igualdade de género, permita o aprofundamento de alguns dos resultados apresentados e a verificação das hipóteses explicativas em trabalhos futuros.

Capítulo 1

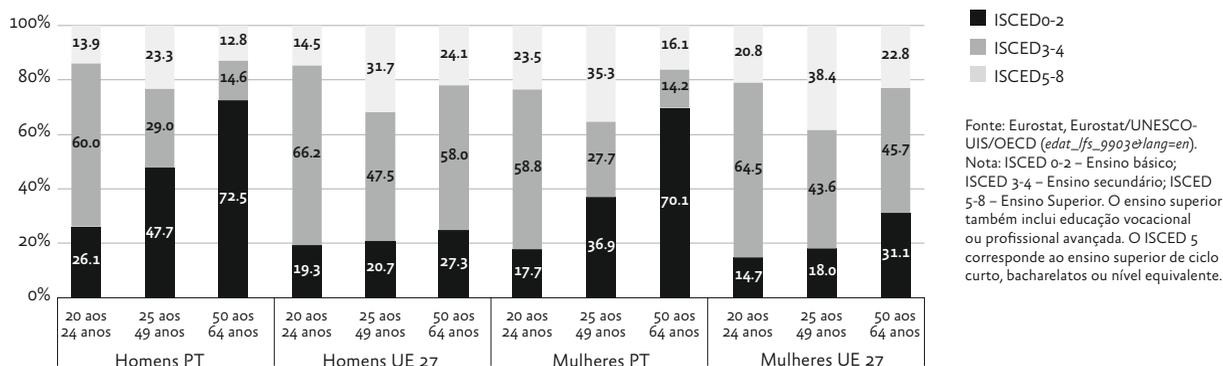
Educação

Como se caracterizam os percursos educativos das mulheres e dos homens em diferentes idades da vida em Portugal e na Europa e que efeitos têm na mobilidade educativa?

Para responder a estas questões mobiliza-se informação, contextualizando Portugal na União Europeia, sobre níveis de ensino atingidos por homens e mulheres e percursos de mobilidade educacional. Também se avalia a evolução entre 2000 e 2015/16 de alguns indicadores constituindo um mapeamento dos dados que contribui para responder a esta interrogação inicial.

- Foi nos anos 80 do século XX que se deu a expansão do sistema educativo português, com a diversificação social e o alargamento de faixas etárias (Sebastião, 2009). Esta situação específica do caso português explica não só a baixa escolaridade das gerações mais velhas, quando comparada com a escolaridade da média europeia a 27 países, mas também o grande aumento da escolaridade das gerações mais novas.
- Como se pode ver na Figura 1.1, 72,5% da geração de homens portugueses dos 50 aos 64 anos de idade e 70,1% da mesma geração de mulheres portuguesas tinham apenas o ensino básico, contrastando com o contexto europeu com 27,3% e 31,1%, respetivamente. Esse valor tem vindo a diminuir, constituindo apenas 26,1% dos jovens portugueses e 17,7% das jovens portuguesas dos 20 aos 24 anos. A esmagadora maioria da geração mais nova, em Portugal, tal como no contexto europeu, tem o ensino secundário (60,0% dos jovens portugueses face a 66,2% dos jovens europeus; e 58,8% das jovens portuguesas face a 64,5% das jovens europeias).

Figura 1.1 Níveis de ensino completo da população portuguesa e da União Europeia a 27 países, por sexo, 2016 (%)



- Estas tendências são reforçadas pela média de anos de escolaridade completos (Figura 1.2), que evidencia a baixa escolaridade de homens e mulheres em Portugal. Esta tendência é mais evidente principalmente na fase tardia da vida ativa, com uma ligeira penalização das mulheres (9 e 8 anos, respetivamente). Nenhum outro país, nesta idade da vida, regista uma escolaridade média tão baixa. Os países mais próximos têm uma média de 12 anos de escolaridade tanto para os homens como para as mulheres (Espanha, Polónia e França).

- Na *rush hour of life*, existe um aumento da escolaridade em Portugal, mais acentuado ainda nas mulheres. As mulheres portuguesas dos 30 aos 49 anos têm uma média de 12 anos de escolaridade completos, um aumento de 4 anos em relação ao registado na fase tardia, enquanto os homens apresentam uma média de 10 anos, com um aumento de apenas 1 ano de escolaridade em relação à geração mais velha. Nesta idade da vida inverte-se a tendência sublinhada na fase tardia, em que os homens são ligeiramente mais escolarizados do que as mulheres. Na *rush hour of life*, as mulheres são já mais escolarizadas, em média, do que os homens. A escolaridade dos portugueses continua aquém da média dos países apresentados, sendo os países que mais se aproximam França, República Checa e Polónia com 13 anos de escolaridade (uma diferença de 3 anos). A escolaridade das portuguesas encontra-se já mais próxima da dos restantes países em análise, embora continue ainda a ser a mais baixa. O país que mais se aproxima na sua média de anos de escolaridade é a República Checa com 13 anos (uma diferença de 1 ano). Na maioria destes países também se verifica a tendência para uma maior escolarização das mulheres.

- Na juventude, as portuguesas e os portugueses apresentam uma média de 12 anos de escolaridade, o que representa um aumento de dois anos

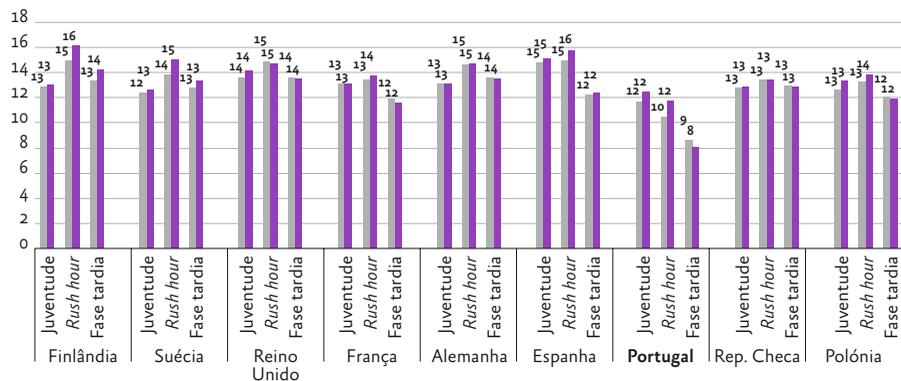
de escolaridade para os homens e a estabilidade em relação à geração imediatamente mais velha nas mulheres. Portugal permanece como o país menos escolarizado entre os países considerados na Figura 1.1, embora com diferenças menos acentuadas. Tanto no caso das mulheres quanto no dos homens, o país mais escolarizado é Espanha com uma média de 15 anos de escolaridade seguido pelo Reino Unido com 14 anos.

- Pensando agora numa perspetiva de análise ao longo da vida, alguns países acompanham a tendência portuguesa para uma geração mais velha menos escolarizada (Espanha, Polónia e França), enquanto a República Checa revela alguma estabilidade na média de anos de escolaridade. Na maioria dos países, verifica-se uma maior escolarização das mulheres na *rush hour of life* do que em qualquer das outras idades da vida (Finlândia, Suécia, Reino Unido, França, Alemanha, Espanha e Polónia). São menos os países em que esta tendência também se verifica nos homens (Finlândia, Suécia e Alemanha). Em Portugal, existe uma tendência para um contínuo aumento da média de anos de escolaridade tanto nos homens como nas mulheres, mas mais evidente nos primeiros.

Figura 1.2 Média de anos de escolaridade completos, por sexo, grupo etário e país, 2014 (%)

■ Homens
■ Mulheres

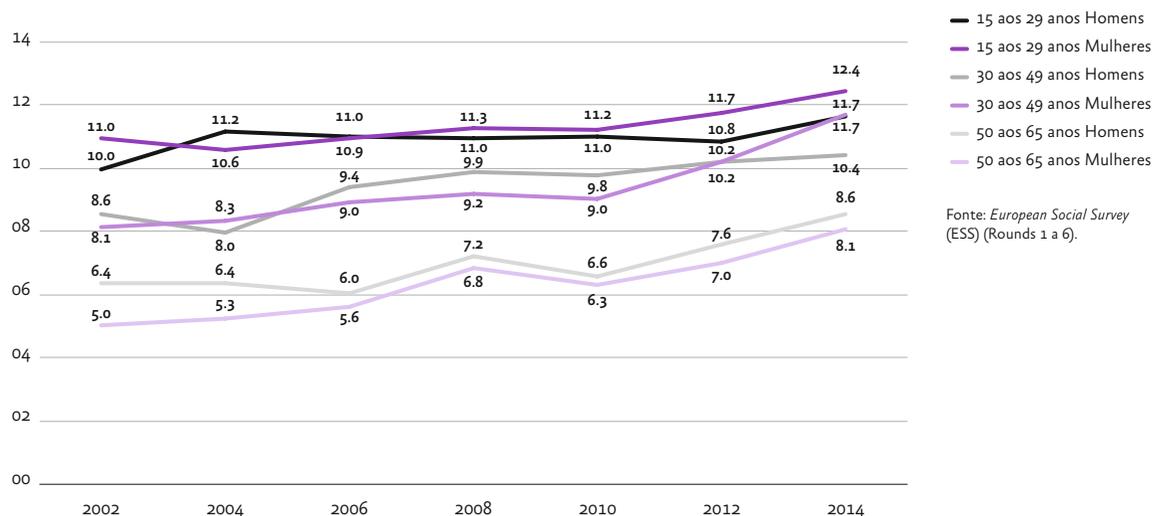
Fonte: *European Social Survey (ESS) (Round 6)*.



- Quando se analisa a evolução da média de anos de escolaridade em Portugal entre 2002 e 2014, percebe-se um aumento em todas as idades da vida e tanto nos homens como nas mulheres (Figura 1.3). Na juventude, a evolução é menor no caso das mulheres, dada a média de anos de escolaridade ser já consideravelmente elevada. Os jovens portugueses passam de 10 anos em 2002 para 12 anos em 2014, enquanto as jovens portuguesas passam de 11 para 12 anos. Ou seja, a evolução foi subtil nas jovens mulheres e maior nos jovens homens, estando homens e mulheres em 2014 com a mesma média de anos de escolaridade.

- A maior evolução no caso das mulheres foi registada na *rush hour of life*, em que as mulheres passaram de uma média de 8 anos de escolaridade completos em 2002 para uma média de 12 anos em 2014 (um aumento de 4 anos). Os homens aumentaram de 9 para 10 anos. Verifica-se, nesta idade da vida, uma maior escolarização no feminino.
- Na fase tardia da vida ativa, verifica-se, mais uma vez, um considerável aumento da média de escolaridade das mulheres, de 5 para 8 anos (aumento de 3 anos). No entanto, no caso dos homens, é nesta idade da vida que se verifica a maior evolução, passando de 6 para 9 anos de escolaridade (também um aumento de 3 anos). É visível, na geração mais velha, uma maior escolarização no masculino, mas simultaneamente uma baixa escolarização tanto de homens como de mulheres.
- Por fim, realçar apenas que, na juventude, as mulheres eram já, em 2002, mais escolarizadas do que os homens (1 ano), tendência que se manteve (menos de 1 ano); na *rush hour of life*, as mulheres eram menos escolarizadas, mas são em 2014 mais escolarizadas do que os homens (mais 2 anos); e, na fase tardia, os homens eram em 2002 e continuam a ser em 2014 mais escolarizados do que as mulheres (mais 1 ano).

Figura 1.3 Média de anos de escolaridade completos em Portugal, por sexo e grupo etário (2002-2014)



- Relativamente aos movimentos geracionais da população no que à educação diz respeito, verifica-se que a sociedade portuguesa é profundamente marcada pela baixa escolaridade das gerações mais velhas, aqui representadas pelos pais e mães (Quadro 1.1). O que origina grandes proporções de mulheres e homens (dos 25 aos 59 anos) com percursos de

reprodução educacional de nível baixo (98,8% e 97,0%) e baixo intermédio (88,2% e 80,4%) e ainda percursos de mobilidade ascendente (71,1% e 61,1%). Ou seja, das mulheres e dos homens com ensino básico, 98,8% e 97,0% têm pais e mães igualmente com o ensino básico; das/os com ensino secundário, 88,2% e 80,4% têm pais e mães com o ensino básico; e, por fim, das/os com ensino superior, 71,1% e 61,1% têm pais e mães com o ensino básico. Esta situação que se verifica em Portugal é acompanhada pelos países do mediterrâneo, mas contrasta com os restantes países da UE 27 (quadro 1 em quadros síntese. Educação).

³ Legenda: *Reprodução baixa*: Pais e mães com o ensino básico, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com ensino básico; *Reprodução baixa intermédia*: Pais e mães com o ensino básico, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com o ensino secundário; *Mobilidade ascendente*: Pais e mães com o ensino básico, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com o ensino superior; *Reprodução intermédia baixa*: Pais e mães com o ensino secundário, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com o ensino básico; *Reprodução intermédia*: Pais e mães com ensino secundário, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com ensino secundário; *Mobilidade ascendente intermédia*: Pais e mães com ensino secundário, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com ensino superior; *Mobilidade descendente intermédia*: Pais e mães com ensino superior, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com ensino secundário; *Reprodução alta*: Pais e mães com ensino superior, filhos/as (dos 25 aos 59 anos) com ensino superior.

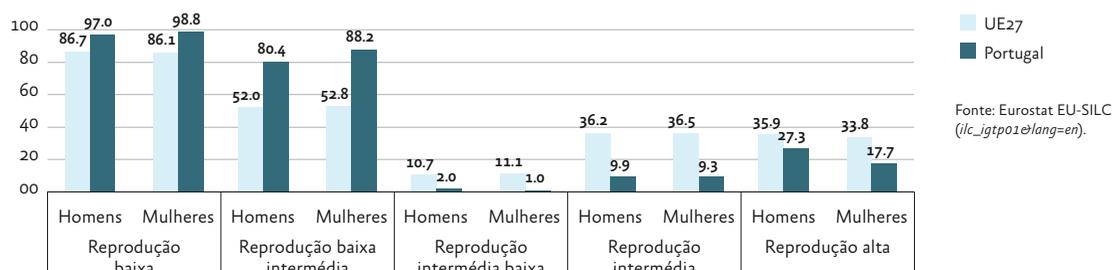
Quadro 1.1 Perfis de reprodução e mobilidade educacional (%)³

	2011																	
	Pessoas com o ensino básico			Pessoas com o ensino secundário				Pessoas com o ensino superior										
	Reprodução baixa		Reprodução intermédia baixa		Mobilidade descendente		Reprodução baixa intermédia		Reprodução intermédia		Mobilidade descendente intermédia		Mobilidade ascendente		Mobilidade ascendente intermédia		Reprodução alta	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
UE27	86,7	86,1	10,7	11,1	2,6	2,8	52,1	52,9	36,1	36,4	11,9	10,8	31,9	33,2	32,3	33	35,9	33,8
Rep. Checa	89,7	92	8,4	7	1,9	1	60,7	59,6	32,2	32,7	7,1	7,8	19,2	17,6	43,8	48,5	37,1	34
Alemanha	44,5	39,8	44,8	48,5	10,7	11,7	9,8	9,8	66,1	67,5	24	22,7	6,3	6	45,7	42,6	48	51,3
Espanha	94,5	95,4	3,7	3,2	1,8	1,5	76,7	79,8	12,9	12,8	10,4	7,4	61,7	61,5	12,7	14,5	25,6	24
França	88,7	92,6	6,6	4,3	4,7	3,2	81,8	84,9	9,9	8,3	8,3	6,7	47,8	49,2	19,6	20,6	32,6	30,2
Polónia	75,5	78,4	22,6	20	1,9	1,5	43,7	46,5	51,3	49,2	5	4,3	10,8	12,9	60,4	62,6	28,8	24,5
Portugal	97	98,8	2	1	1	0,2	80,4	88,2	9,9	9,3	9,6	2,5	61,1	71,1	11,6	11,1	27,3	17,7
Finlândia	58,5	66,1	31,6	25,6	10	8,4	45	54,1	34,4	28	20,7	17,8	32,1	29,2	27	33,5	40,9	37,3
Suécia	49,7	48,7	39,8	36,8	10,5	14,5	28,8	33,4	47,2	46	24	20,7	10,9	14,5	34	38,7	55,1	46,8
Reino Unido	84,6	86,3	13,2	9,8	2,2	3,9	58,1	60,4	25,4	27,3	16,5	12,3	37,9	36	24,2	25,7	37,8	38,2

Fonte: Eurostat EU-SILC
(ilc_jgtpo1e/lang=en).

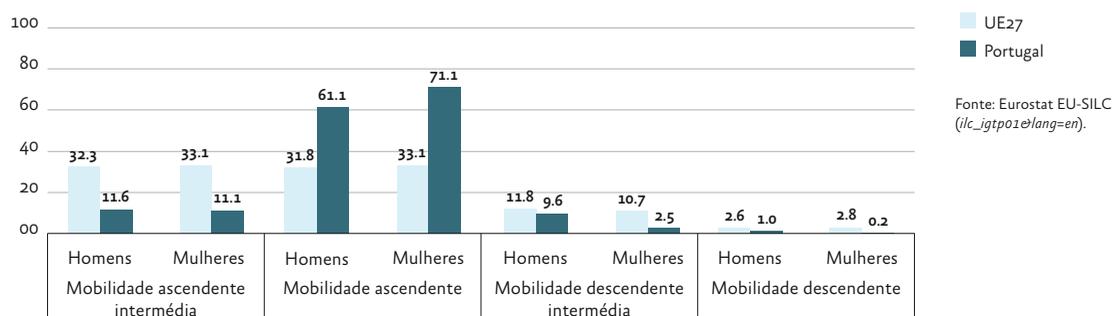
• Estes valores tão elevados demonstram a baixa escolaridade da população mais envelhecida do país, o que é acompanhado pela maioria dos países europeus nos percursos de reprodução (Figura 1.4).

Figura 1.4 Perfis de reprodução educacional (comparação UE 27 e Portugal) (%)



É nos percursos de mobilidade ascendente que a sociedade portuguesa se destaca (61,1% dos homens e 71,1% das mulheres) (Figura 1.5), sendo apenas acompanhada de longe pela Espanha (61,7% dos homens e 61,5% das mulheres) (quadro 1 em quadros síntese. Educação). Estes valores elevados refletem as grandes mudanças já mencionadas na escolaridade das gerações mais novas em Portugal, o que é único no contexto europeu.

Figura 1.5 Perfis de mobilidade educacional (%)



Em síntese, no quadro europeu, Portugal permanece como o país com mais baixa escolaridade, resultado de tardios processos de democratização no acesso à escola e de expansão do sistema educativo. Contudo, verifica-se uma tendência para um contínuo aumento da média de anos de escolaridade tanto nos homens como nas mulheres. A baixa escolaridade das gerações mais velhas (fase tardia da vida ativa) é acompanhada pelo aumento da escolaridade das gerações mais novas (mulheres e homens na *rush hour of life*, mas sobretudo entre os/as mais jovens), resultando num forte processo de mobilidade educacional ascendente entre as mulheres e os homens em Portugal.

Capítulo 2

Género e mercado de trabalho

Em que medida se verificam vantagens ou desvantagens para homens e mulheres no mercado de trabalho e de que modo se acentuam ou atenuam nas diferentes idades da vida?

Para responder a esta questão analisam-se, numa perspetiva de género, as taxas de emprego e de desemprego, a sua evolução no arco temporal 2000-2015. Examinam-se ainda as desigualdades de género em torno das formas de contratação, do regime de trabalho a tempo parcial e das remunerações. Finalmente, é também analisada a integração das mulheres em profissões de prestígio e elevada visibilidade social.

Padrões comuns de emprego em Portugal e na Europa: mulheres e homens com taxa de emprego mais elevada na *rush hour of life*

- Numa visão global, percebemos a existência de um padrão comum às mulheres e aos homens, em Portugal e na Europa (média da UE 27 países), relativamente à distribuição do emprego nas diferentes idades da vida (Figura 2.1).
 - O emprego é mais baixo na juventude (fase de integração no mercado de trabalho) e na fase tardia da vida ativa, altura em que se verifica que muitas mulheres e homens, quer em Portugal, quer na Europa, já abandonaram o mercado de trabalho.
 - Em contraponto, os valores da taxa de emprego (de mulheres e homens, em Portugal e na UE 27) são substancialmente superiores na *rush hour of life*.
- A taxa de emprego é mais elevada para os homens do que para as mulheres, quer em Portugal, quer na Europa.

A taxa de emprego das mulheres portuguesas na *rush hour of life* é mais elevada do que na Europa contrariando a tendência de taxas de emprego mais baixas em Portugal do que na média europeia

- Os homens e as mulheres em Portugal, e de forma transversal a quase todas as idades, apresentam taxas de emprego mais baixas do que a média da UE 27 países. A exceção é marcada pelas mulheres portuguesas que,

na *rush hour of life*, estão mais empregadas do que a média da UE 27. Fenómeno que não pode ser dissociado do padrão historicamente sedimentado de elevada participação feminina na vida económica e no mercado de trabalho em Portugal (Torres, 2004; Anxo *et al.*, 2007; Casaca, 2012; Casaca e Damião, 2011; Ferreira, 2014; Addabo *et al.*, 2015).

Quebra acentuada do emprego entre os/as jovens em Portugal

- Verifica-se a perda de emprego em Portugal entre 2000 e 2015, sendo entre as mulheres e homens mais jovens que se regista a maior diminuição do emprego. Por um lado, este fenómeno não estará dissociado da centralidade da importância atribuída à escola e à construção de percursos escolares e formativos – sobretudo entre as mulheres, como se pode ver no *booklet* dedicado à infância e juventude – potencialmente distintivos, atrasando em termos cronológicos e biográficos a entrada no mundo do trabalho. Por outro, a quebra do emprego jovem também deve ser entendida tendo em conta as dificuldades sentidas pelos/as jovens em Portugal na transição da escola para o mercado de trabalho, que ao contrário dos jovens de outros países europeus (nomeadamente do norte da Europa) não dispõe de políticas ativas de articulação escola-trabalho (Kovacs e Lopes, 2012).
- Importa salientar que a quebra do emprego jovem é mais marcante no caso dos homens do que no das mulheres. Esta tendência deve-se, pelo menos parcialmente, à crise económica e financeira que afetou, numa fase inicial, especialmente o emprego masculino (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Casaca, 2012, Addabo *et al.*, 2015). Ao mesmo tempo, não se deve negligenciar a potencial relação entre a diminuição do emprego jovem e a persistência de uma proporção elevada de abandono escolar precoce entre os homens jovens – ver *booklet* dedicado à infância e juventude –, dificultando ou desprotegendo estes jovens homens na entrada no mercado de trabalho.

Mulheres e homens em rotas distintas no emprego em Portugal

- Neste arco temporal, pode distinguir-se um comportamento diferente para a taxa de emprego de homens e mulheres. Os homens em Portugal encontram-se numa trajetória de perda ou declínio de emprego em todas as idades da vida, fenómeno que não se regista na UE 27 em todas as idades ou com a mesma intensidade. Por seu turno, as mulheres em Portugal (e na Europa) aumentam a sua empregabilidade, quer na *rush hour of life*, quer na fase tardia da vida, estando em perda apenas no grupo etário mais jovem.
- Neste período, o emprego das mulheres em Portugal cresce, mas não tanto como na média da Europa: entre 2000 e 2015, na *rush hour of life*

na UE 27 países o emprego das mulheres cresceu 5,6 p.p. E em Portugal apenas 3,6 p.p. No mesmo período temporal, na fase tardia da vida o emprego das mulheres na Europa aumentou 16,7 pontos percentuais, contudo, em Portugal esse aumento situou-se nos 5 pontos percentuais.

Esta diferença no crescimento do emprego das mulheres em Portugal e na média da Europa não pode ser dissociada da crise económica e financeira, do resgate internacional e das políticas de austeridade que progressivamente foram afetando o emprego das mulheres em Portugal (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015).

- O aumento do emprego das mulheres na fase tardia da vida ativa (entre 2000 e 2015) corresponde talvez ao dado mais surpreendente, quer em Portugal, quer na Europa – num contexto de criação e implementação de políticas nacionais e europeias de ativação de emprego, na tentativa de diminuir o esforço financeiro dos sistemas de segurança social e pensões de reforma.

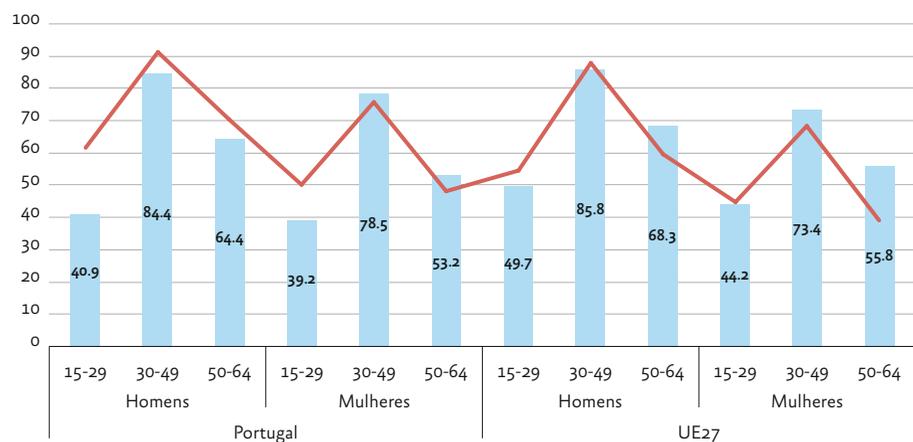
Diminuição da disparidade do emprego entre homens e mulheres em Portugal

- No caso de Portugal, a diminuição da disparidade do emprego de homens e mulheres (em todas as idades analisadas) deve-se mais à perda de emprego entre os homens do que à conquista de emprego das mulheres – tal como temos vindo a registar noutros *booklets*. Isto é, dificilmente se poderá afirmar que a diminuição desta disparidade se situa no âmbito das conquistas da igualdade. Pelo contrário, está-se perante um cenário de deterioração do trabalho, pelo que, essa diminuição dá-se num contexto de aumento do desemprego e, sobretudo, do aumento mais acentuado do emprego dos homens (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Casaca, 2012).

Figura 2.1 Taxa de emprego, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2000 e 2015 (%)

■ 2015
— 2000

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_egan@lang=en)*.
Nota: Percentagem de pessoas empregadas sobre o total da população do mesmo grupo etário.



Desemprego mais elevado em Portugal do que na Europa

- Numa análise mais global cruzando as diferentes idades da vida, o sexo e as realidades portuguesa e da União Europeia (27 países), observa-se que o nível de desemprego das mulheres e dos homens em Portugal é, em todas as idades e fases da vida analisadas, mais elevado do que na média europeia (Figura 2.2).

Em Portugal e na Europa o desemprego afeta sobretudo os jovens

- Observa-se que Portugal e a Europa (média da UE 27 países) partilham a forma como o desemprego afeta de forma particularmente evidente os/as jovens: mulheres e homens jovens são as pessoas mais afetadas pelo desemprego. Apesar desta coincidência, importa destacar duas importantes diferenças: por um lado, o nível de desemprego dos e das jovens em Portugal assume valores bastante mais elevados do que na Europa a 27 países. Em Portugal o nível de desemprego dos homens jovens é de 21,9%, o das mulheres na mesma fase da vida é de 23,7%; em termos médios, na Europa os valores do desemprego entre os/as jovens são, respetivamente, de 16,4% para os homens e de 15,6% para as mulheres. Por outro lado, ao contrário do que se verifica na média da UE 27 países, em Portugal o desemprego jovem afeta de forma mais severa as mulheres do que os homens.

Diminuição do desemprego entre as mulheres mais velhas no caso de Portugal

- Verifica-se a existência de um padrão europeu (média da UE 27 países) relativamente à distribuição do desemprego nas diferentes idades da vida que se estende ao caso das mulheres em Portugal (e apenas a elas). Esse padrão define-se pela diminuição progressiva da taxa de desemprego na exata medida em que se envelhece ou que se olha para as fases da vida mais avançadas. A taxa de desemprego dos homens e das mulheres na Europa, bem como das mulheres em Portugal, atinge os seus valores mais elevados entre as pessoas mais jovens e os mais baixos nas pessoas que se encontram na fase tardia da vida ativa.

Em Portugal, os homens são mais afetados pelo desemprego no início e na fase tardia da vida ativa

- Quando analisamos a taxa de desemprego nas diferentes idades da vida, percebemos que no caso dos homens em Portugal ela assume uma tendência singular. O desemprego afeta, de forma mais evidente, os homens jovens e aqueles que se encontram na fase tardia da vida ativa e com menor intensidade aqueles que estão na *rush hour of life*.

Diferentes efeitos da crise financeira no desemprego em Portugal e na Europa

- Verifica-se que no arco temporal definido entre 2000 e 2015, Portugal e a Europa percorrem trajetórias distintas (Figura 2.3): durante este período Portugal tem uma trajetória em permanente crescendo da taxa de desemprego (pessoas entre os 15 e os 64 anos); embora durante muito tempo os níveis de desemprego para mulheres (até 2006) e homens (até 2007) tenham sido inferiores aos observados para a média da UE 27 países. Por seu turno, em termos médios, a União Europeia (27 países) tendo partido de níveis iniciais mais altos que Portugal, regista até ao início da crise financeira (2008) uma trajetória de descida.

Em Portugal, a crise financeira e o desemprego têm efeitos diferentes sobre mulheres e homens

- Observa-se que o impacto da crise financeira internacional foi diferente no desemprego em Portugal e na Europa e na forma como afetou mulheres e homens entre os 15 e os 64 anos em cada um destes contextos. Os níveis de desemprego das mulheres e dos homens em Portugal passaram, depois do início da crise, a ser superiores àqueles registados na média europeia. Esta evolução não deixará, certamente, de estar relacionada com o facto de em Portugal à crise económica e financeira se ter associado, a partir de 2011, o resgate internacional e políticas de austeridade (Addabo *et al.*, 2015), exigindo reformas económicas com importantes efeitos de género (Rubery, 1988, Elson, 1995, Daly, 2011, Ferreira, 2014).
- O crescimento no desemprego em Portugal foi acompanhado pela diminuição da disparidade do desemprego entre mulheres e homens (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Casaca, 2012). Mas, mais do que uma conquista no sentido da igualdade, trata-se de um indicador de deterioração acelerada das condições de trabalho e, conseqüentemente, das condições objetivas de vida de mulheres e homens (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015).

Figura 2.2 Taxa de desemprego, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2015 (%)

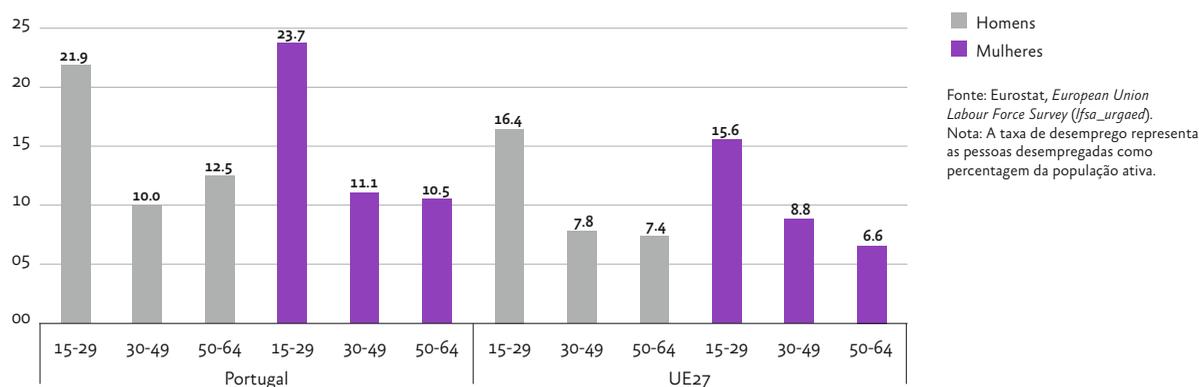
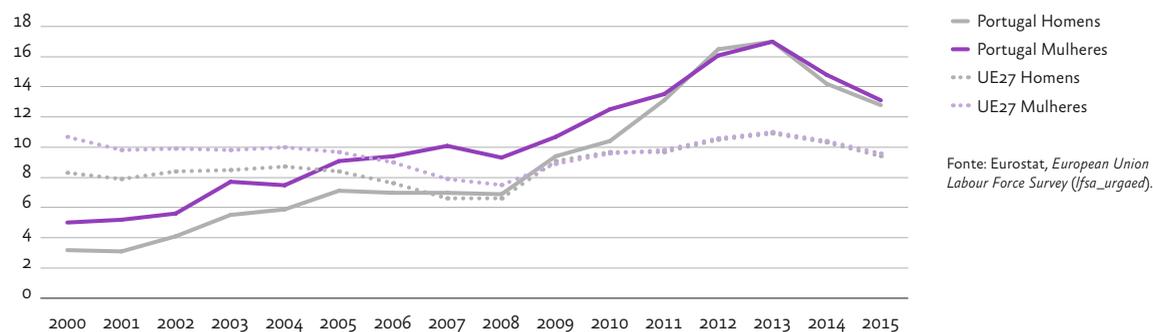


Figura 2.3 Evolução da taxa de desemprego, por sexo, dos 15 aos 64 anos, Portugal e UE 27, 2000 a 2015 (%)



Contratação não permanente e precariedade é mais comum em Portugal do que na Europa

- Numa análise global cruzando as diferentes idades da vida, o sexo, e as realidades portuguesa e da União Europeia (27 países), observa-se que as formas de contratação não permanentes das mulheres e dos homens em Portugal são, em todas as idades da vida analisadas, mais elevadas do que na média europeia (Figura 2.4).
- Tomando a contratação não permanente como um indicador aproximado da precariedade no mercado de trabalho, podemos dizer que em Portugal e independentemente da fase da vida (juventude, *rush hour of life* e fase tardia da vida ativa), as mulheres e os homens se encontram mais expostos à precariedade do que na Europa (média da UE 27).

Precariedade é mais comum entre as e os jovens trabalhadoras/es quer em Portugal, quer na Europa

- Tendo em consideração as diferentes idades da vida em análise, regista-se um padrão comum às mulheres e homens em Portugal e na Europa (média da UE 27) relativamente à distribuição das formas de contratação não permanentes pelas diferentes idades da vida: estas formas de contratação são muito mais comuns entre mulheres e homens jovens, quer em Portugal, quer no contexto mais global da Europa, do que entre pessoas na *rush hour of life* ou na fase tardia da vida ativa.
- Em Portugal, na fase tardia da vida ativa apenas 12,8% dos homens e 10,1% das mulheres se encontram nesta situação de precariedade, proporção que contrasta profundamente com os valores registados na *rush hour of life*, altura em que cerca de um quinto das mulheres e homens se encontra nessa situação. O contraste com os valores registados na juventude é ainda mais elevado, fase da vida em que mais de metade das mulheres e homens (entre os 15 e os 29 anos), ou mais de 60% das trabalhadoras e trabalhadores entre os 15 e os 24 anos, enfrentam formas não permanentes de contratação.
- Na Europa (média da UE 27 países), 6,7% dos homens e 7,1% das mulheres na fase tardia encontram-se em situação de contratação não permanente; na *rush hour of life* estes valores praticamente duplicam; por seu turno, os baixos valores da contratação não permanente entre as pessoas mais velhas tornam-se profundamente contrastantes com os cerca de 44% de mulheres e homens que trabalham nestas condições contratuais na juventude.

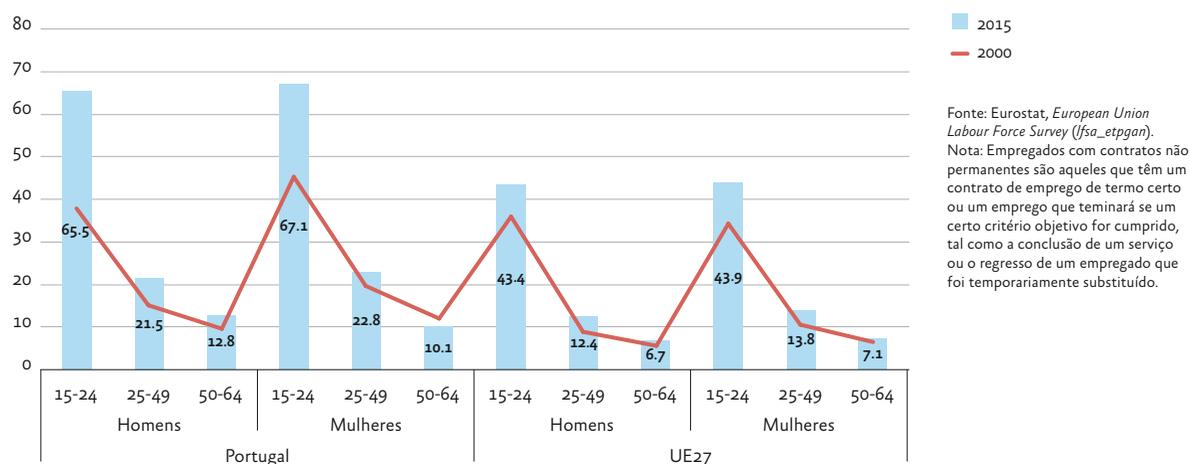
A contratação não permanente tem vindo a aumentar desde o início do milénio em Portugal e na Europa

- Na Europa, mas de forma particularmente intensa em Portugal, verifica-se que entre 2000 e 2016 as formas de contratação não permanente registam um aumento significativo, tendo esse aumento sido particularmente visível entre as e os trabalhadoras/es mais jovens.
- Em Portugal, esta forma de precariedade penaliza mais frequentemente as mulheres do que os homens em quase todas as idades da vida, implicando para elas trabalhos de menor qualidade, salários mais baixos e de estatuto inferior (Casaca, 2005a, 2005b; 2009 e 2012). A exceção é a fase tardia da vida ativa, momento em que os homens são mais penalizados por estas formas não permanentes de contratação do que as mulheres.
- Importa ainda referir que a maior vulnerabilidade das mulheres a formas de trabalho precário não é apenas um problema português. Na verdade, é um padrão comum na Europa (Rubery, 1988 e 2011), observando-se que num retrato genérico da Europa (média da UE 27) as mulheres

encontram-se mais frequentemente do que os homens nesta situação, independentemente da idade em análise.

- A crise económica e financeira não se limitou a criar mais desemprego para os homens (sobretudo, os mais novos e mais velhos), pelo contrário, também afetou a qualidade das suas formas de contratação e vínculo ao mercado de trabalho. Neste sentido, a mais forte penalização dos homens mais velhos com vínculos não permanentes está relacionada com o crescimento destas formas precárias de contratação que, entre 2000 e 2016, aumentou 3,3 pontos percentuais. Mas, como já demos nota noutra momento deste trabalho, se intensifica de forma particular a partir de 2010, coincidindo com a fase de agravamento da crise económica em Portugal.

Figura 2.4 Contratações não permanentes, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2016 (%)



Trabalho a tempo parcial não é solução nem em Portugal, nem na Europa

- Em primeira instância, importa sublinhar que o trabalho a tempo parcial não é uma solução comum para mulheres e homens na Europa e, sobretudo, em Portugal. A maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores, independentemente da idade em análise, quer em Portugal, quer na Europa, estão integradas/os no mercado de trabalho a tempo integral (Figuras 2.5 e Quadro 2.1).

- Verifica-se que o trabalho a tempo parcial é mais comum na globalidade da Europa (média da UE 27) do que em Portugal, quer no caso dos homens, quer no caso das mulheres.

- Tendo em consideração um grupo etário que agrega todas as idades da vida que têm vindo a ser analisadas neste trabalho (dos 15 aos 64 anos), verifica-se que a proporção de mulheres em Portugal a trabalhar a tempo parcial é muito menor do que a média europeia (12,5% contra 32,3%,

respetivamente). Por seu turno, também se apura que a proporção de homens a trabalhar a tempo parcial em Portugal se situa em torno dos 7% e na média da UE 27 esse valor sobe para 8,9%.

Trabalho a tempo inteiro é desejado por mulheres e homens, em Portugal e na Europa

- Contrariando a tendência de alguns países europeus (Holanda, Alemanha e Áustria, por exemplo), em Portugal, as mulheres, tal como os homens, desejam trabalhar a tempo inteiro. Este dado está de acordo com a ideia de que o trabalho ocupa um lugar central na vida das mulheres e dos homens. Mais do que uma visão instrumental, o trabalho desempenha um papel identitário que é igualmente valorizado por eles e por elas (Torres *et al.*, 2008). De facto, a principal razão apontada pelas mulheres (54,5%) e pelos homens (42,4%) para se encontrarem a trabalhar a tempo parcial foi a incapacidade de encontrarem uma forma de integração no mercado de trabalho a tempo inteiro; pelo que, para a maioria das mulheres e para quase metade dos homens a trabalhar em Portugal, o trabalho a tempo parcial é involuntário ou não desejado (Figuras 2.6 e 2.7).

Trabalho a tempo parcial é mais comum no início e no final da vida de trabalho pago

- Constata-se, ainda, a existência de um padrão comum entre as mulheres e os homens em Portugal e na Europa (média da UE 27) em torno da forma como se distribui o regime de trabalho a tempo parcial pelas diferentes idades da vida analisadas. Verifica-se que este regime de trabalho é mais comum no início e na fase final das carreiras profissionais, isto é, entre as e os jovens numa fase de integração no mercado de trabalho e entre as mulheres e homens na fase tardia da vida ativa.

- Em Portugal, verifica-se que na *rush hour of life* há menos mulheres (-19,3 p. p.) e homens (-11,6 p. p.) a trabalhar a tempo parcial do que na juventude; por seu turno, na fase tardia há mais trabalhadoras (+6,8 p. p.) e mais trabalhadores (+5,1 p. p.) a tempo parcial do que na *rush hour of life*.

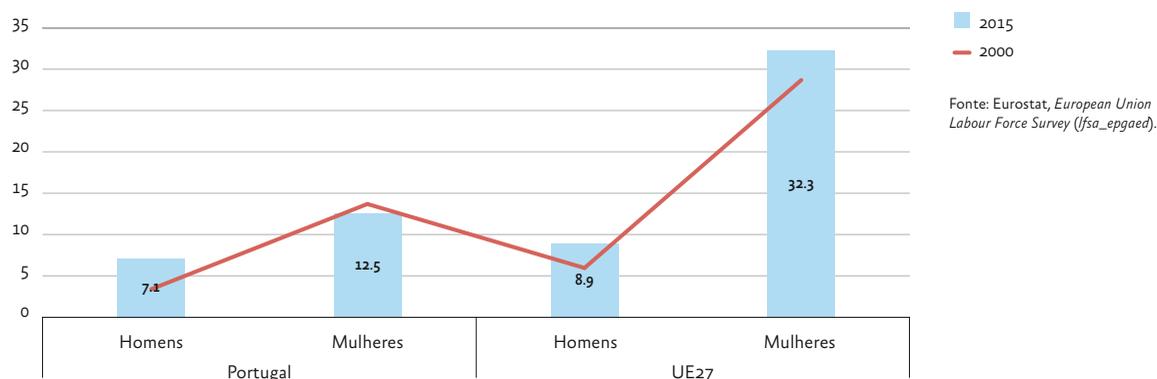
O trabalho a tempo parcial é uma realidade vivida mais pelas mulheres do que pelos homens

- Em Portugal e na Europa o trabalho a tempo parcial é fundamentalmente uma realidade vivida pelas mulheres (Figura 2.5 e Quadro 2.1)
 - Num olhar mais global, agregando todos os grupos etários, observa-se que na Europa, a proporção de mulheres trabalhadoras entre os 15 e os

64 anos com regimes de tempo parcial é de 32,3%; no caso dos homens, esse valor desce para apenas 8,9%. Em Portugal, os valores são bastante mais baixos, as mulheres a trabalharem a tempo parcial representam 12,5% das trabalhadoras entre os 15 e os 64 anos e os homens em iguais circunstâncias de integração laboral rondam apenas os 7%.

– Observa-se que, quer em Portugal, quer na Europa, a proporção de mulheres trabalhadoras em regime de tempo parcial é, em todas as idades, sempre superior à proporção de homens trabalhadores no mesmo regime.

Figura 2.5 Trabalhadores/as a tempo parcial, dos 15 aos 64 anos, por sexo, Portugal e UE 27, 2015 (%)



Quadro 2.1 Trabalhadoras e trabalhadores a tempo parcial, por sexo e idade, 2015 (%)

	15 aos 24		25 aos 54		55 aos 64	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
UE 27	25	40,7	6,7	30,5	10,7	36,1
Portugal	16,7	29,2	5,1	9,9	12,9	20,6

Fonte: Eurostat, European Union Labour Force Survey (jfsa_epgaed).

Figura 2.6 Razões para trabalho a tempo parcial, mulheres (15 aos 64 anos), Portugal, 2015

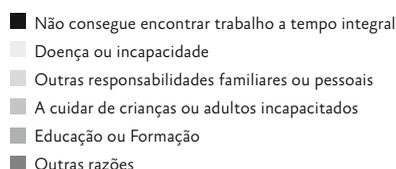
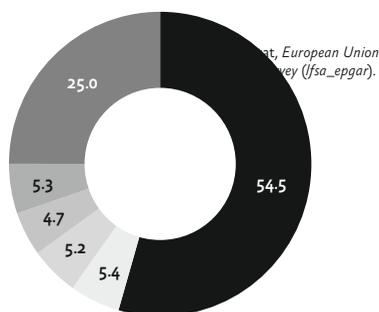
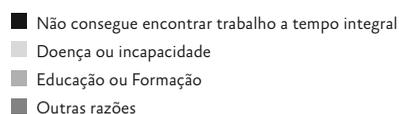
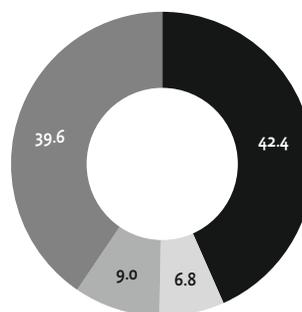


Figura 2.7 Razões para trabalho a tempo parcial, homens (15 aos 64 anos), Portugal, 2015



Trabalhadoras e trabalhadores portugueses estão entre os mais mal pagos da Europa

- Verifica-se que as mulheres e os homens portuguesas/es, em todas as idades da vida, ganham abaixo da média da UE 27, sendo das e dos trabalhadores/es mais mal pagas/os no cenário europeu (Figura 2.8).
 - Na fase de integração no mercado de trabalho, durante a juventude, as trabalhadoras e os trabalhadores em Portugal têm um salário médio/hora 5,3 euros inferior à média europeia.
 - Na *rush hour of life*, período crítico em que mulheres e homens sofrem a dupla pressão das responsabilidades familiares e do investimento na carreira profissional, as mulheres portuguesas ganham menos 3,9 €/hora do que a média europeia; os homens ganham menos 5,6 €/hora do que a média dos salários/hora no contexto da UE 27 países.
 - Na fase tardia da vida ativa, as mulheres portuguesas ganham menos 4,9€/hora do que a média dos salários/hora das mulheres na UE 27; por sua vez, os homens em Portugal ganham menos cerca de 7€/hora do que o registado na média da União Europeia.

Em Portugal e na Europa e em todas as idades da vida, as mulheres são mais mal pagas do que os homens

- Verifica-se a existência de um padrão comum entre Portugal e a Europa no que diz respeito aos salários das mulheres e homens: as mulheres em

Portugal e na Europa e em todas as idades analisadas têm sempre salários inferiores aos homens (Figura 2.8).

- Em Portugal, as mulheres jovens têm um salário médio/hora de 5,8 €; o salário dos homens é de 6,1 €/hora. Embora a diferença seja menor, na Europa também se verifica esta tendência, as mulheres nesta fase da vida ganham 11,1 e os homens 11,4 €/hora.
- Na *rush hour of life*, a penalização das mulheres parece agudizar-se: em Portugal, as mulheres ganham 8,6 €/hora e os homens 9,9 €/hora; na Europa os valores são, respetivamente, de 14,2 e 17,2 €/hora.
- Na fase tardia da vida ativa e em Portugal, as mulheres (entre os 50 e os 59 anos) ganham 9,9 €/hora e aquelas com mais de 60 anos auferem 8,9 €/hora; os homens com as mesmas idades ganham, respetivamente, 12,9 e 12,88 €/hora. Por seu turno, nesta fase da vida na Europa, as mulheres entre os 50 e os 59 anos têm um salário/hora de 14,7 euros; aquelas com mais de 60 anos sobem o salário para 15,4 €/hora. No contexto europeu, os homens destas idades têm um salário médio que se situa em torno dos 19 €/hora.

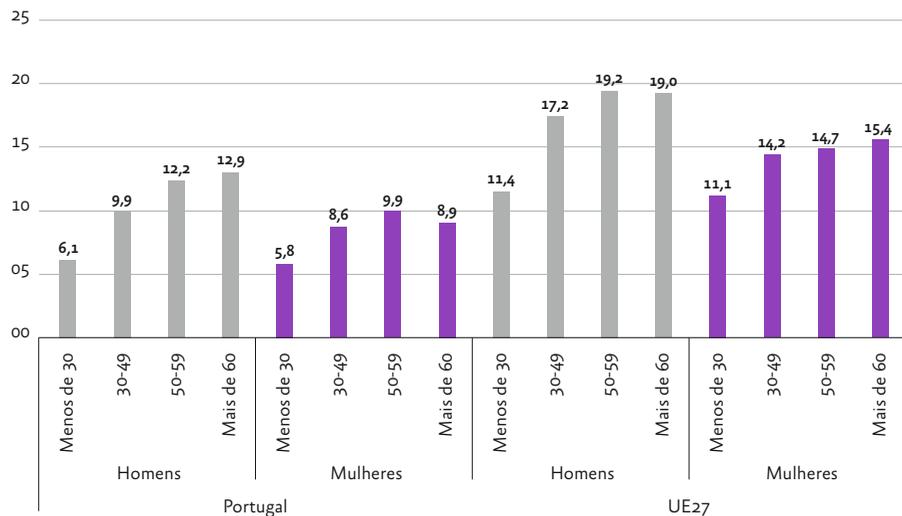
A idade beneficia os rendimentos do trabalho? Sim, no caso dos homens e das mulheres em Portugal e na Europa

- De forma genérica, as pessoas da fase tardia da vida ativa têm remunerações médias mais elevadas. Isto verifica-se para as mulheres e homens no quadro da União Europeia e no caso de Portugal.
 - Esta vantagem salarial das pessoas à medida que envelhecem, ou à medida que progridem nas suas carreiras profissionais, é ainda mais evidente no caso dos homens.
 - A melhoria dos salários das mulheres nesta lógica cronológica e profissional é bastante mais ténue.

Figura 2.8 Salário Médio/Hora, em euros PPC, por idade e sexo, Portugal e UE 27, 2014

■ Homens
■ Mulheres

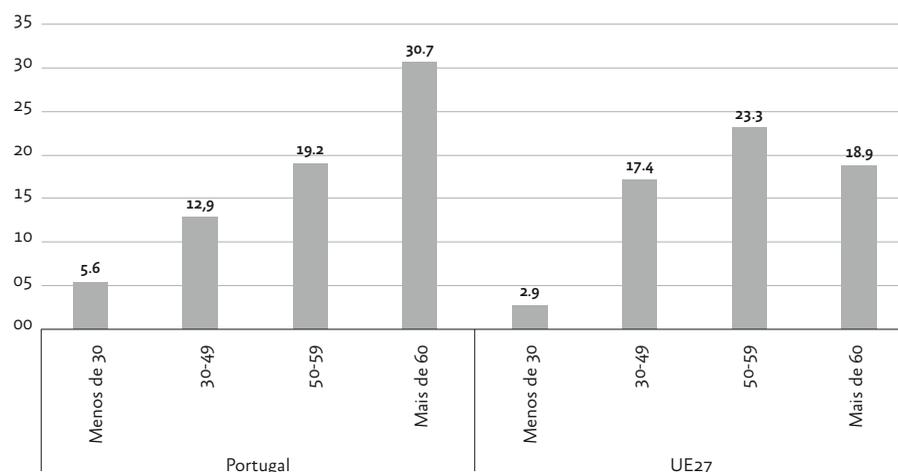
Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (earn_ses14_13).
Nota: O salário médio/hora é definido como os ganhos brutos no mês de referência, dividido pelo número de horas pagas no mesmo período. O salário médio/hora total inclui todos os empregados de empresas com mais de 10 empregados.



A disparidade salarial aumenta com a idade das pessoas trabalhadoras

- Quando comparamos os valores da disparidade salarial registados nas diferentes fases da vida, em Portugal e na Europa, observa-se um padrão comum: à medida que a idade e as carreiras profissionais avançam, maior se torna a disparidade salarial entre mulheres e homens (Figura 2.9).
- A disparidade salarial, no caso de Portugal, assume valores mais elevados do que na média da UE 27 entre os/as trabalhadores/as mais jovens e os/as mais velhos/as.
- Em Portugal, esta realidade agudiza-se com a idade.
 - A disparidade salarial na fase tardia da vida ativa situa-se nos 19% para as pessoas entre os 50 e os 59 anos, mas está próxima dos 31% para as pessoas com mais de 60 anos. Em contraponto, o valor da disparidade salarial na *rush hour of life* situava-se em apenas 12,9% e entre os/as trabalhadores/as com menos de 30 anos situava-se nos 5,6%.
 - Tendo em conta a média para a UE 27 verifica-se que a disparidade salarial, penalizadora das mulheres, assume valores que rondam os 23% para as pessoas entre os 50 e os 59 anos, e cerca de 19% para as pessoas com mais de 60 anos de idade. Mas estes valores representam um acréscimo significativo relativamente à disparidade salarial registada na *rush hour of life*, que se situa nos 17%, sendo ainda mais significativo relativamente à disparidade salarial verificada entre os/as trabalhadores/as mais jovens, que se situa nos 2,9%.

Figura 2.9 Disparidade salarial, por idade e sexo, Portugal e UE 27, 2014



Fonte: Cálculos próprios a partir de Eurostat, *Structure of Earnings Survey (earn_ses14_13)*.
Nota: Disparidade salarial representa a diferença entre os ganhos brutos/hora dos empregados homens e os ganhos brutos/hora dos empregados mulheres, como percentagem dos ganhos brutos/hora dos empregados homens (empresas com mais de 10 empregados).

Profissões de prestígio

De que forma a entrada em campos de formação tradicionalmente masculinizados permite, de facto, a integração das mulheres em profissões a que essas qualificações académicas têm dado acesso?

De outro modo, de que forma a feminização de áreas de formação tradicionalmente masculinas corresponde a um processo análogo no mercado de trabalho?

- Em linha com a feminização das áreas de formação do direito e das ciências da saúde, verifica-se que, em Portugal, as mulheres representam a maioria das pessoas nas profissões dos sectores da justiça e da saúde. É particularmente relevante perceber que em Portugal 58% dos juizes são, na verdade juízas, bem como as mulheres representam a maioria dos médicos (54%) (Figura 2.10).
- Estes dados colocam Portugal no grupo de países em que estas profissões de elevada visibilidade e prestígio social se encontram mais feminizadas, devendo destacar-se ainda a ideia de que a taxa de feminização nessas profissões é superior à registada, por exemplo, nos países nórdicos (Figuras 2.11, 2.12 e 2.13).
- Em contraponto, verifica-se a persistência de uma elevada feminização, quer em Portugal, quer na maioria dos países europeus, das profissões no sector da educação, nomeadamente na profissão de docente do ensino pré-escolar, básico e secundário (Figura 2.10). A feminização destas profissões

dá, no fundo, continuidade a uma também acentuada feminização das áreas de formação associadas a estes níveis de ensino.

- Embora se observe esta feminização do sector da educação, a verdade é que as profissões e carreiras mais prestigiadas e com maior valor simbólico neste sector persistem fortemente masculinizadas, tanto na Europa como em Portugal. Verifica-se que em todos os países europeus os homens representam a maioria destes profissionais. Os países que mais se aproximam da paridade são a Bélgica, Estónia e Roménia. Em Portugal, as mulheres representam 44% dos docentes do ensino superior (Figura 2.13), o que contrasta com a elevada proporção de mulheres doutoradas, por exemplo.

Figura 2.10 Distribuição de profissionais das áreas da justiça, saúde e ensino, por sexo, Portugal, 2015 (%)

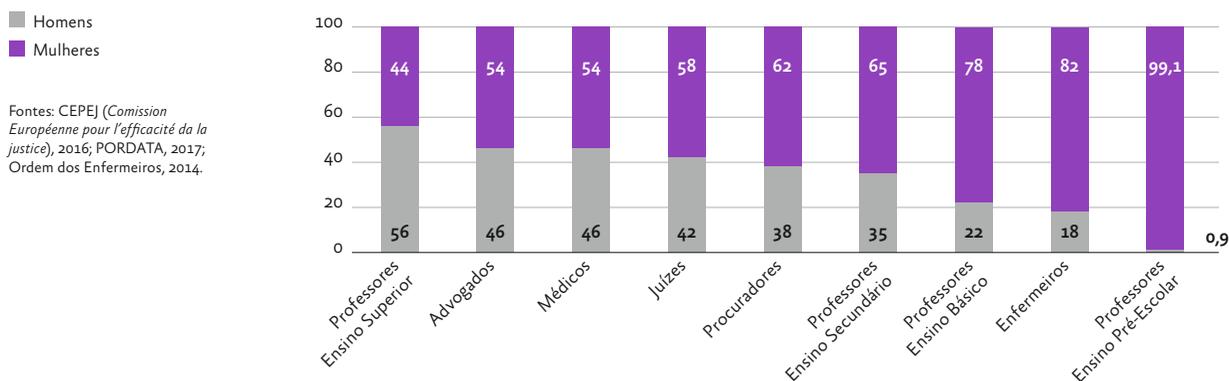


Figura 2.11 Distribuição juizes/as, por país e por sexo, 2014 (%)

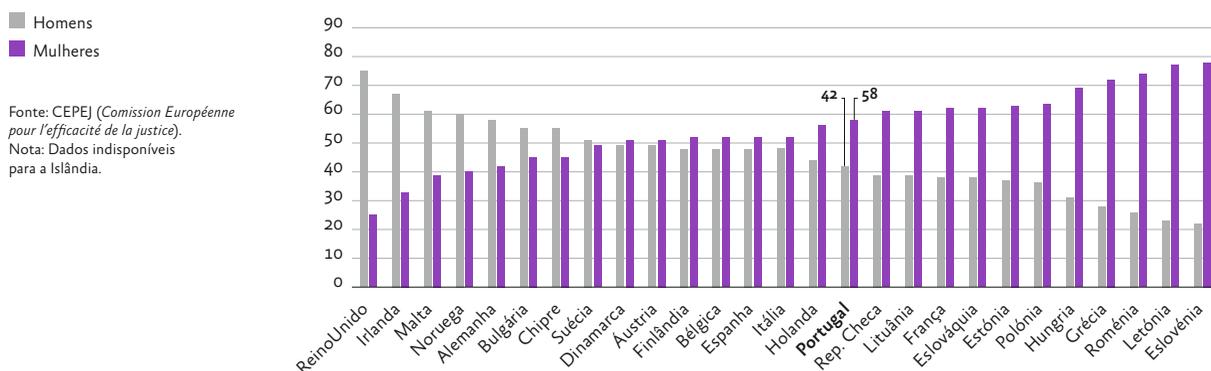
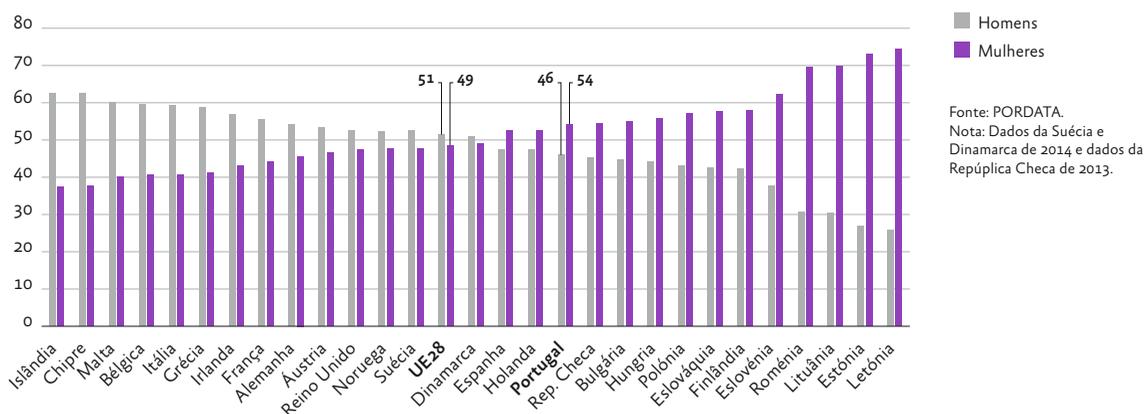
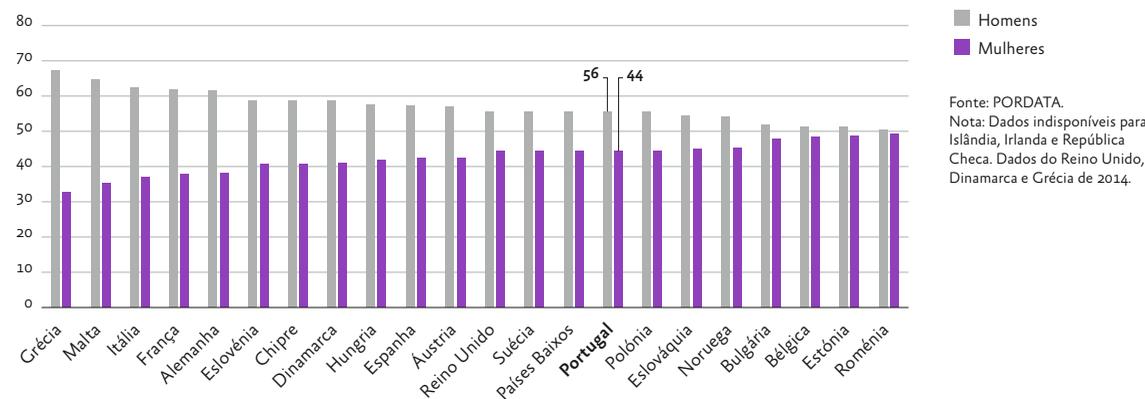


Figura 2.12 Distribuição do número de médicos/as, por país e por sexo, 2015 (%)



Fonte: PORDATA.
Nota: Dados da Suécia e Dinamarca de 2014 e dados da República Checa de 2013.

Figura 2.13 Distribuição de professores/as do ensino superior, por país e por sexo, 2015 (%)



Fonte: PORDATA.
Nota: Dados indisponíveis para Islândia, Irlanda e República Checa. Dados do Reino Unido, Dinamarca e Grécia de 2014.

Tendo em conta o conjunto de indicadores analisados, em síntese podemos dizer:

A *rush hour of life* é a idade da vida que apresenta valores mais elevados de emprego, quer para homens, quer para mulheres, em Portugal e na Europa. Em Portugal, as mulheres nesta idade da vida contrariam a tendência de taxas de emprego mais baixas em Portugal do que na Europa, apresentando valores mais elevados do que a média europeia.

Desde o início do milénio que se regista uma quebra acentuada do emprego entre os/as jovens em Portugal, bem como uma diminuição da disparidade do emprego entre homens e mulheres, em parte, por que se encontram em rotas de emprego distintas: eles em perda; elas em ganho.

Ao contrário da Europa, desde o início do século Portugal tem registado um crescendo de desemprego que se intensificou com a crise financeira, fazendo com que o mesmo seja mais elevado em Portugal do que na Europa.

Em Portugal, a crise financeira e o desemprego têm efeitos diferentes sobre mulheres e homens. Em Portugal e na Europa o desemprego afeta de forma particularmente intensa os/as jovens e os homens são mais afetados pelo desemprego no início e na fase tardia da vida ativa.

A contratação não permanente tem vindo a aumentar desde o início do milénio em Portugal e na Europa e as/os jovens trabalhadoras/es são os/as mais afetados/as. Contudo, esta forma de precariedade é mais comum em Portugal do que na Europa.

O trabalho a tempo parcial não é solução nem em Portugal, nem na Europa. Pelo contrário, verifica-se que o trabalho a tempo inteiro é desejado por mulheres e homens em Portugal. O trabalho a tempo parcial é uma realidade vivida mais pelas mulheres do que pelos homens, sendo mais comum no início e no final da vida profissional.

Trabalhadoras e trabalhadores portuguesas/es estão entre as/os mais mal pagas/os da Europa. Em Portugal e na Europa e em todas as idades da vida, as mulheres são mais mal pagas do que os homens.

A disparidade salarial penalizadora das mulheres aumenta com a idade das pessoas trabalhadoras, sendo que no caso português a disparidade se agudiza dramaticamente na fase tardia da vida ativa.

Portugal encontra-se no grupo de países em que profissões de elevada visibilidade e prestígio social se encontram mais feminizadas: as mulheres representam a maioria das pessoas nas profissões dos sectores da justiça e da saúde.

Capítulo 3

Família e Condições de Vida

As diferentes idades da vida são caracterizadas por distintos tipos de famílias. *Como se configuram, por género, os tipos de família? E as condições de vida refletem diferenças de género?*

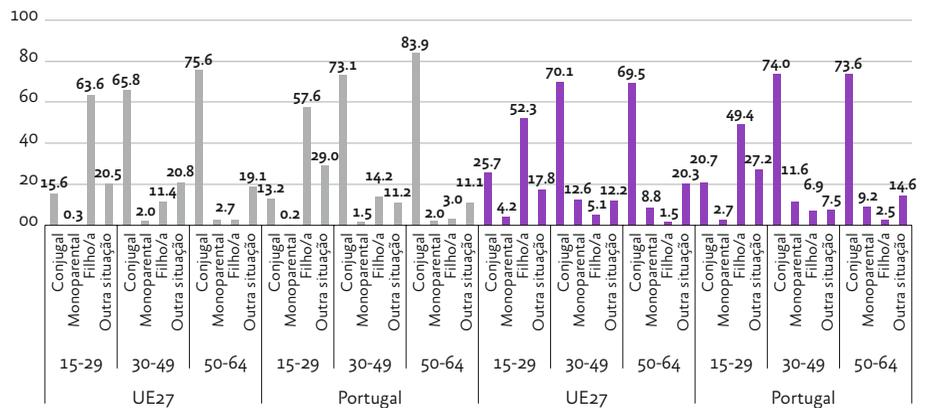
Neste capítulo apresenta-se um mapeamento dos tipos de família, a média de idade ao casamento e ao nascimento do primeiro filho e não só o risco de pobreza mas também a perceção das pessoas sobre o seu rendimento.

- Numa análise transversal aos tipos de agregados preponderantes em cada fase é possível concluir que, quer na UE 27, quer em Portugal, e tanto para os homens como para as mulheres predominam, no grupo dos 15 aos 29 anos, os agregados familiares compostos por pessoas a residir com pelo menos um dos pais (50%), enquanto na *rush hour of life* (dos 30 aos 49) e na fase tardia (dos 50 aos 64 anos) se verifica um predomínio de pessoas a viver em conjugalidade (Figura 3.1)
- Com efeito, na *rush hour of life*, a conjugalidade é o tipo de agregado onde vivem 65,8% dos homens e 70,1% das mulheres na UE 27, e 73,1% dos homens e 74% das mulheres, em Portugal, mantendo-se também, em termos médios, este tipo de agregado como o mais proeminente para as pessoas na fase seguinte (dos 50 aos 64 anos), respetivamente com 75,6% no caso dos homens e 69,5% no caso das mulheres na UE 27, e 83,9% no caso dos homens e 73,6% no caso das mulheres, em Portugal.

Figura 3.1 Tipos de Famílias, Portugal e UE 27, por sexo, 2011 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, Censos (<https://ec.europa.eu/CensusHub2/query.do?step=selectHyperCube&qhc=false>).
Nota: "Filho/Filha" representa os homens e mulheres dos 30 aos 49 anos que residem com, pelo menos, um dos pais. "Outra Situação" inclui as não respostas e o não aplicável.

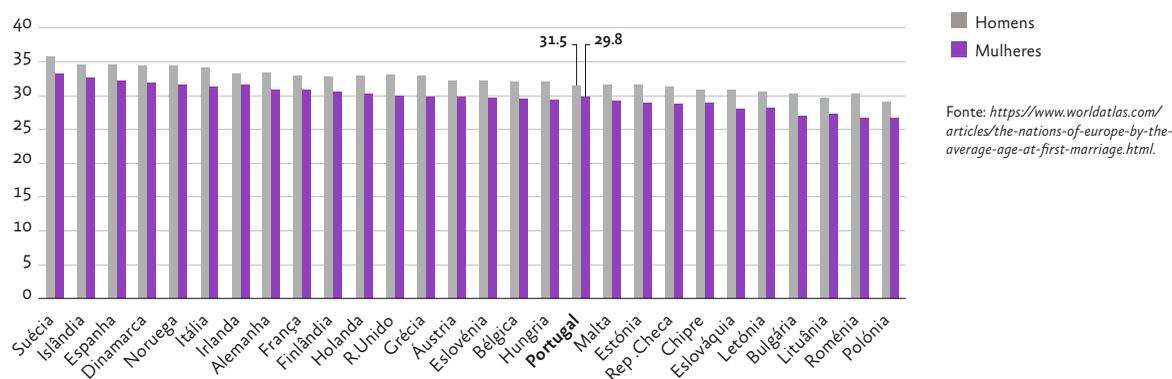


- Ainda na juventude, os valores médios na UE 27 da monoparentalidade feminina são mais elevados (4,2%) do que para Portugal (2,7%). Já nas outras idades da vida, *rush hour* (dos 30 aos 49 anos) e fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 64), os valores para Portugal não se afastam muito dos da média da UE 27 no que a este tipo de agregado diz respeito.
- A composição dos agregados familiares exprime igualmente condições sociais, fatores conjunturais e ainda fatores de ordem cultural. Na fase da juventude, em Portugal e na UE 27, mais de metade das e dos jovens vivem em agregados com pelo menos um dos pais (respetivamente, 63,6% dos homens na UE 27 e 57,6% em Portugal e 52,3% das mulheres na UE 27 e 49,4% em Portugal), verificando-se uma proporção superior de homens a viver nestes agregados do que de mulheres.
- A conjugalidade passa a ser o tipo de agregado em que mais homens e mulheres vivem depois da juventude. A *rush hour of life* (dos 30 aos 49 anos) é marcada pelo predomínio da conjugalidade, destacando-se Portugal em relação ao valor médio da UE 27 e, também, esbatendo-se em Portugal a diferença de sexos verificada na média da UE 27. Ainda que seja uma diferença ligeira, na UE 27, em termos médios, é maior a proporção de mulheres (70,1%) em conjugalidade, do que a proporção de homens (65,6%). Já em Portugal, estes valores aproximam-se (73,1% de homens e 74% de mulheres) reforçando ainda mais o predomínio deste tipo de agregado nesta fase da vida.
- Na fase tardia da vida ativa, a conjugalidade mantém-se muito expressiva, apesar de Portugal se apresentar, em termos médios, mais alinhado agora com o que se verifica na UE 27. As mulheres com idades entre 50 e 64 anos estão menos representadas neste tipo de agregado do que os homens, quer na Europa (69,5%), quer em Portugal (73,6%) sugerindo

efeitos geracionais e de género – provavelmente porque as mulheres, tendem a casar com homens mais velhos, aumentam as suas probabilidades de enviudar mais cedo; já eles, face ao divórcio ou eventual viuvez, por terem mais dificuldade do que as mulheres mais velhas em permanecer sozinhos, procuram voltar à conjugalidade em maior número do que elas.

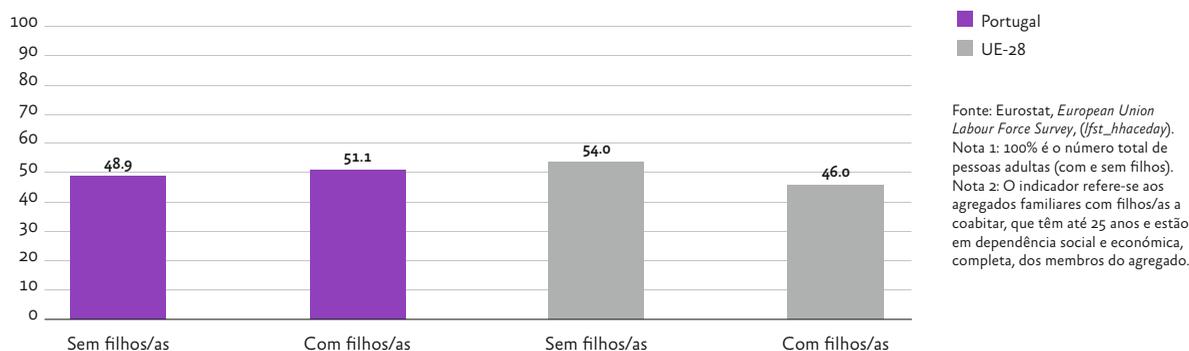
- A média de idade de entrada na conjugalidade, isto é, ao casamento, de forma transversal a todos os países da Europa, é mais baixa nas mulheres do que nos homens (Figura 3.2).
- Em Portugal, a média de idade ao casamento para os homens é 31,5 anos e para as mulheres 29,8.

Figura 3.2 Idade ao casamento de homens e mulheres na Europa, 2015 (%)



- Na UE 28, a proporção de mulheres sem filhos/as é ligeiramente superior, em termos médios, à proporção de mulheres com filhos/as (respetivamente, 54% e 46%). Já em Portugal, a proporção de mulheres com filhos é superior à proporção de mulheres sem filhos/as (respetivamente, 51,1% e 48,9%) (Figura 3.3).

Figura 3.3 Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, Portugal e UE 28, 2015 (%)

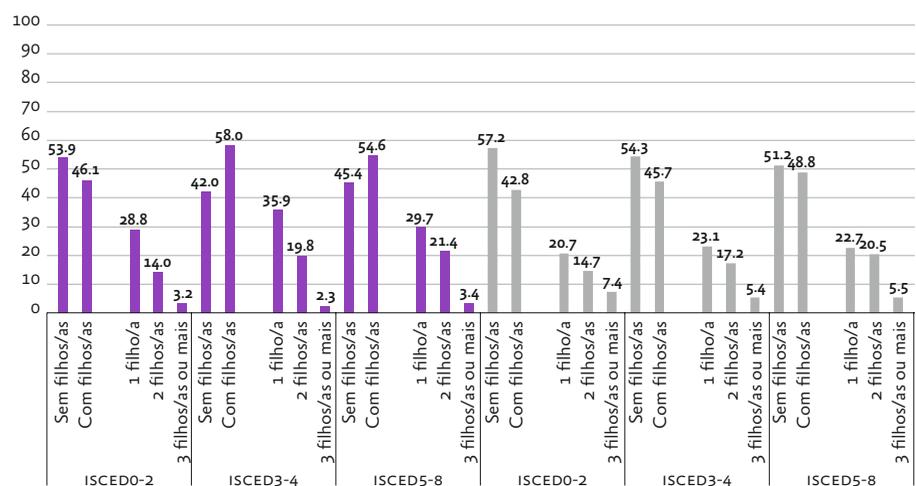


- Mulheres menos escolarizadas (ISCED 0-2) são as que apresentam maior proporção na categoria das que não têm filhos/as (quase 54% no caso de Portugal e cerca de 57% na média da UE 28) (Figura 3.4).
- Na média da UE 28, a distribuição de mulheres com um/a filho/a é muito mais homogênea por ISCED. A assinalar na média da UE 27, por ser distinto do que se verifica em Portugal, é ainda a proporção de mulheres com 3 e mais filhos/as consideradas no ISCED 0-2 (7,4% face a 3,2% em Portugal). Em Portugal é manifesta a tendência para um/a filho/a, sendo mais notória nas mulheres com níveis de escolaridade intermédios (35,9% no ISCED 3-4).

Figura 3.4 Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado e número de filhos/as, pela escolaridade das mulheres (ISCED), Portugal e UE 28, 2015 (%)

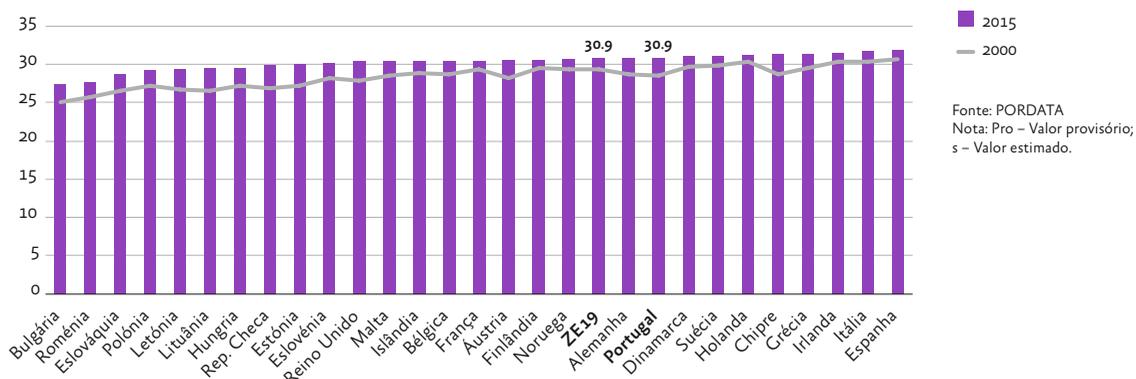
■ Portugal
■ UE 28

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey*, (*lfst_hhacednc*).
Nota: O indicador refere-se aos agregados familiares com filhos/as a coabitar, que têm até 25 anos e estão em dependência social e económica, completa, dos membros do agregado.



- A média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a é, em 2015, de quase 31 anos (30,9), sendo na Bulgária que se verifica a média de idade mais baixa (27,4 anos) e na Espanha que se verifica a média de idade mais alta, perto dos 32 anos (31,9). Para Portugal, a média de idade é coincidente com a média para os 28 países europeus: 30, 9 anos (Figura 3.5).
- A média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a aumentou no período entre 2000 e 2015 em praticamente todos os países da União Europeia. Em Portugal, o aumento da média de idades foi de quase 2 anos, de 2000 a 2015 (de 28,6 para 30,9 anos, em média).

Figura 3.5 Evolução da média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, 2000-2015 (%)



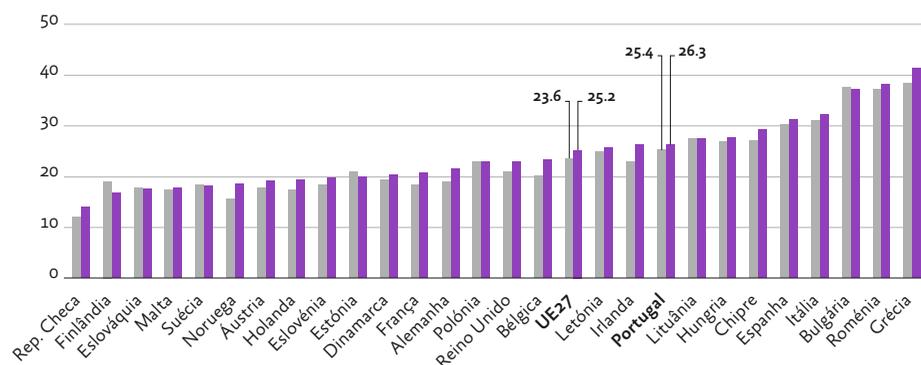
Analisando agora em detalhe as condições de vida de homens e de mulheres na Europa e em Portugal, salienta-se que:

- As mulheres, de forma transversal aos países da UE 27, estão sempre em maior risco de pobreza do que os homens. Esta diferença de género verifica-se em todos os países da UE 27 e nas diversas idades da vida, mantendo-se portanto ao longo da vida.
- Em termos médios na UE 27, as mulheres estão cerca de 1 p.p. acima dos homens no que ao risco de pobreza diz respeito (23,6% de mulheres e 25,2% de homens). Muito acima do valor médio para a UE 27 estão a Grécia, Roménia, Bulgária, Itália, Espanha, com valores acima de 5 p.p. No caso dos homens, os países que mais se afastam da média de UE 27, isto é, que se distanciam mais do que 5 p.p. são Espanha, Itália, Bulgária, Roménia e Grécia (Figura 3.6).
- O risco de pobreza das mulheres em Portugal é de 26,6% situando-se ligeiramente acima da média da UE 27 (25,2%) enquanto o risco de pobreza dos homens em Portugal se situa nos 25,4%, afastando-se mais ainda dos valores médios para a UE 27 (23,6%).

Figura 3.6 Risco de pobreza de pessoas dos 15 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, EU-SILC
(Statistics on Income and Living
Conditions), (ilc_peps01), 2017.

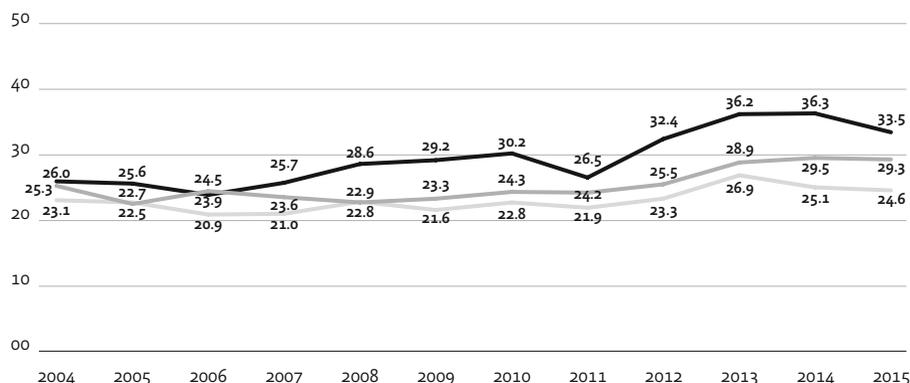


• Em Portugal, o risco de pobreza para os homens aumentou entre 2004 e 2015 em todas as idades da vida (26,0% em 2004 para os homens jovens e 33,5%, em 2015; na *rush hour of life* aumentou de 23,1% para 24,6% e na fase tardia da vida ativa aumentou também de 25,5% para 29,3%) (Figura 3.7).

Figura 3.7 Evolução do risco de pobreza dos homens por idades da vida, em Portugal, 2004-2015 (%)

— Juventude
— *Rush hour*
— Fase tardia

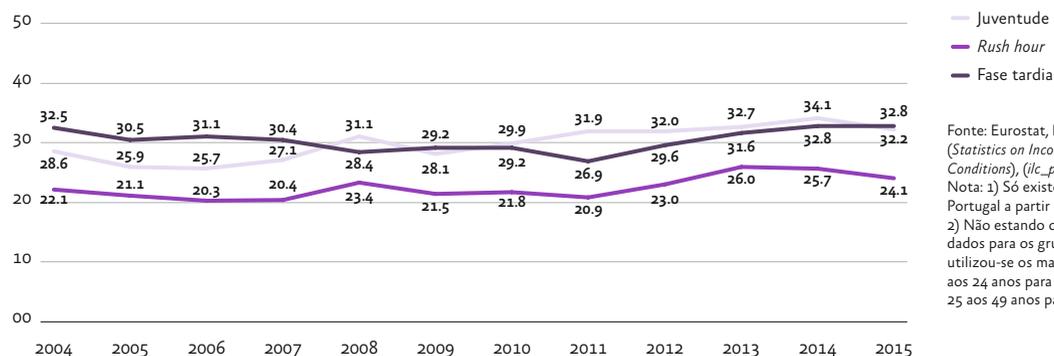
Fonte: Eurostat, EU-SILC
(Statistics on Income and Living
Conditions), (ilc_peps01), 2017.
Nota: 1) Só existem dados para
Portugal a partir de 2004.
2) Não estando disponíveis na fonte
dados para os grupos etários utilizados,
utilizou-se os mais próximos (dos 15
aos 24 anos para a juventude e dos
25 aos 49 anos para a *rush hour*).



• Para as mulheres, o risco de pobreza também aumentou entre 2004 e 2015 (de 28,6% em 2004 para 32,2%, em 2015 para as jovens; na *rush hour of life* aumentou de 22,1% para 24,1% e na fase tardia da vida ativa de 32,5% para 32,8%) (Figura 3.8).

• No caso dos homens, o risco de pobreza tende a ser superior na juventude (33,5%) e nas mulheres na fase tardia da vida ativa (32,8%). Quando comparados os riscos de pobreza entre homens e mulheres por idades da vida, percebe-se que os homens apresentam maior risco de pobreza na juventude (mais 1,3 pontos percentuais) e na *rush hour of life* (mais 0,5 pontos percentuais) e as mulheres na fase tardia da vida ativa (mais 3,5 pontos percentuais).

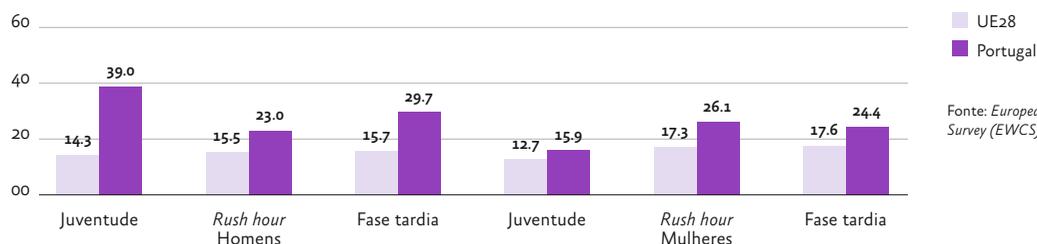
Figura 3.8 Evolução do risco de pobreza das mulheres por idades da vida, em Portugal, 2004-2015 (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (Statistics on Income and Living Conditions), (ilc_pepsi1), 2017.
 Nota: 1) Só existem dados para Portugal a partir de 2004.
 2) Não estando disponíveis na fonte dados para os grupos etários utilizados, utilizou-se os mais próximos (dos 15 aos 24 anos para a juventude e dos 25 aos 49 anos para a *rush hour*).

- Os homens e mulheres da média europeia a 28 países revelam, em todas as idades da vida, menos dificuldades em fazer face às despesas com o rendimento do seu agregado familiar do que os homens e do que as mulheres em Portugal (Figura 3.9).
- Na Europa, para as mulheres verifica-se um contínuo agravamento das dificuldades ao longo da vida, passando de 12,7% na juventude para 17,6% na fase tardia.
- A fase da vida em que as mulheres em Portugal referem maior dificuldade é a *rush hour of life* (26,1%).
- Os homens europeus evidenciam alguma estabilidade ao longo da vida no que diz respeito à dificuldade em fazer face às despesas, mas em Portugal é notório um aumento das dificuldades na juventude (39,0%) e na fase tardia (29,7%).

Figura 3.9 Pessoas que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo e grupo etário, 2015 (%)



Fonte: European Working Conditions Survey (EWCS), 2015.

Regressões lineares, simples e múltiplas, permitiram verificar os fatores que influenciam o Rendimento Mensal, num conjunto de países, para homens e mulheres ao longo da vida (Quadro 3.1).

- Em todas as idades da vida, é notório que, na maioria dos países do conjunto analisado, ser-se mulher interfere negativamente no rendimento mensal obtido: ser mulher significa ter menos rendimento mensal. Exceto na Polónia, Suécia, República Checa e Reino Unido na juventude; na Suécia na *rush hour of life*; e Polónia e Reino Unido na fase tardia da vida ativa.
- Os resultados revelam também que, para o conjunto dos países considerados, quanto mais elevado o nível de escolaridade concluído, maior o rendimento de homens e mulheres – com exceção para a Espanha na juventude; e para a Suécia e Reino Unido na fase tardia da vida ativa.

Quadro 3.1 Determinantes do rendimento mensal dos indivíduos por país e grupo etário, 2015

		Portugal	Polónia	Suécia	Finlândia	Alemanha	França	Espanha	Rep. Checa	Reino Unido
Juventude	Sexo (Feminino)	-	n.s.	n.s.	-	-	-	-	n.s.	n.s.
	ISCED	+	+	+	+	+	+	n.s.	+	+
Rush hour	Sexo (Feminino)	-	-	n.s.	-	-	-	-	-	-
	ISCED	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Fase tardia	Sexo (Feminino)	-	n.s.	-	-	-	-	-	-	n.s.
	ISCED	+	+	n.s.	+	+	+	+	+	n.s.

Fonte: EWCS, 2015.
 Nota 1: n.s. – relação entre as variáveis não é estatisticamente significativa. Possíveis razões para a não significância dos resultados podem dever-se ao facto de haver ou poucas respostas ou respostas não válidas para determinada variável.
 Nota 2: ISCED – nível de escolaridade mais alto obtido.

Em síntese é de assinalar duas características das famílias e mapear o modo como o género marca as condições de vida. Na Europa e em Portugal, os agregados familiares de homens e de mulheres com idades entre os 15 e os 29 anos caracterizam-se pela residência com pelo menos um dos pais alterando-se esta situação para as situações em que homens e mulheres vivem predominantemente em conjugalidade, quer na *rush hour of life* (dos 30 aos 49), quer na fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 64 anos). A conjugalidade é mais frequente em Portugal do que na União Europeia, em termos médios, sobretudo na *rush hour of life*. Em termos médios, na União Europeia (UE 28) e em Portugal, aumentou a média de idade ao nascimento do/a primeiro/a filho/a. No entanto, verificam-se diferenças entre Portugal e a média europeia na proporção de mulheres com filhos/as (51,1% e 46,0%, respetivamente).

No que diz respeito às condições de vida, em Portugal, os homens declararam maior proporção de risco de pobreza na juventude (33,5%) e as mulheres na fase tardia (32,8%). Para as mulheres e os homens, na média europeia, verifica-se um contínuo agravamento das dificuldades em fazer face às despesas ao

longo da vida. Em Portugal, a fase da vida em que as mulheres referem maior dificuldade para fazer face às despesas é a *rush hour of life* e os homens a juventude. O rendimento individual é determinado negativamente pelo sexo (ser mulher penaliza o rendimento) e positivamente pela escolaridade (ser mais escolarizado/a valoriza o rendimento).

Capítulo 4

Articulação trabalho-família

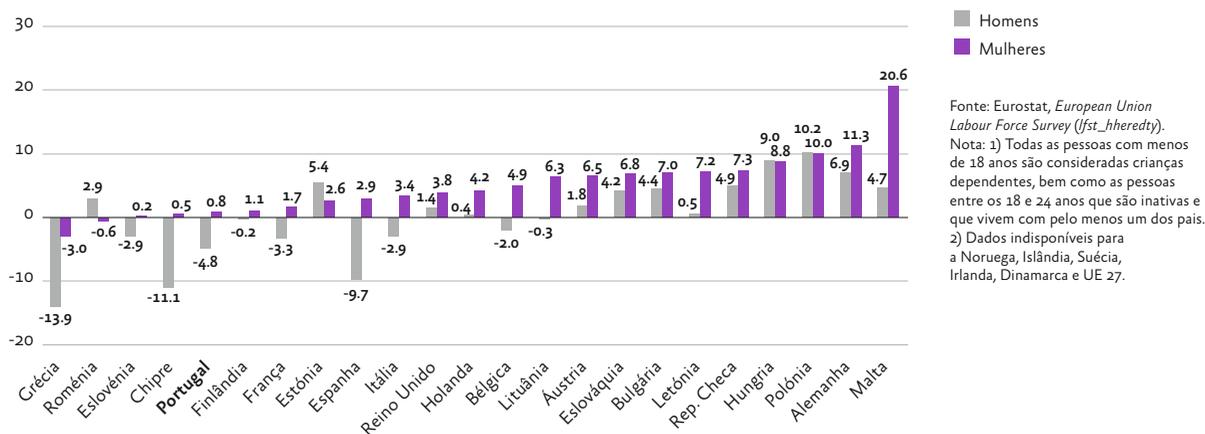
Como se compatibiliza a maternidade e a paternidade com a vida profissional? Que modalidades de articulação entre trabalho e família são mais frequentes na Europa nas diferentes fases da vida: o modelo do homem ganha-pão, o modelo do duplo emprego com tempo parcial ou o modelo do duplo emprego a tempo inteiro? E que impacto têm as diferentes modalidades na igualdade de género?

Para dar resposta a estas questões analisam-se dados relativos aos trabalhadores e trabalhadoras (dos 15 aos 64 anos) com filhos/as dependentes que nos permitem perceber a evolução das suas taxas de emprego e o tipo de agregados em que vivem. De seguida observam-se as horas passadas a cuidar da casa e da família, de homens e mulheres de diferentes idades, num conjunto de países da UE. Estas análises são complementadas com a inserção de uma caixa sobre o *Livro Branco. Homens e Igualdade de Género em Portugal* de Wall et al. (2016).

- Quando observamos trabalhadores e trabalhadoras dos 15 aos 64 anos (idade ativa) com crianças dependentes, na UE 27 e em Portugal, em 2016, percebe-se que a taxa de emprego dos homens é sempre superior à das mulheres. Por exemplo, na UE 27, 78,3% dos homens com filhos/as dependentes declararam estar a trabalhar face a 66,7% das mulheres na mesma situação. Já em Portugal, a proporção de homens a trabalhar é menor à registada para a média europeia (76,3%), mas a de mulheres é maior (69,4%).
- Considerando o arco temporal entre 2005 e 2016, é possível concluir que, na maioria dos países europeus, se registou um aumento da taxa de emprego das mulheres com filhos/as dependentes, tendo sido os aumentos mais expressivos em Malta (20,6 p.p.), Alemanha (11,3 p.p.) e Polónia (10,0 p.p.). Portugal registou apenas um aumento de 0,8 p.p., o que pode ser explicado pela tradicional elevada participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho. De referir ainda que apenas a Grécia e a Roménia apresentam uma redução nas taxas de emprego das mulheres com crianças dependentes (-3,0 p.p. e -0,6 p.p., respetivamente) (Figura 4.1).
- No caso dos homens europeus com filhos/as dependentes, os maiores aumentos verificaram-se na Polónia (10,2 p.p.), Hungria (9,0 p.p.)

e Alemanha (6,9 p.p.), mas sempre com proporções consideravelmente inferiores às das mulheres. Estes dados parecem indiciar um agravamento da situação dos homens europeus no mercado de trabalho desde a crise económica e financeira. Não só menos países registaram aumento das taxas de emprego dos homens com crianças dependentes como, tendencialmente, registaram-no em proporções inferiores às verificadas nas mulheres (a única exceção é a Estónia em que os homens aumentaram 5,4 p.p. e as mulheres 2,6 p.p.). Os países com maior descida na taxa de emprego de homens com filhos/as dependentes são: Grécia (-13,9 p.p.), Chipre (-11,1 p.p.) e Espanha (-9,7 p.p.).

Figura 4.1 Mudança da taxa de emprego de adultos dos 15 aos 64 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo (p.p.), 2005-2016



- No que concerne aos tipos de agregados domésticos dos trabalhadores e das trabalhadoras a viver em casal, verificam-se diferenças interessantes entre a média europeia e Portugal em 2015 na *rush hour of life*: nesta fase da vida, em Portugal, a esmagadora maioria vive em agregados em que ambos os elementos do casal trabalham a tempo inteiro (87,8%), valor que desce para os 63,3% em termos médios na UE 27, tendo uma proporção considerável de agregados em que os homens trabalham a tempo inteiro e as mulheres a tempo parcial (21,1%) (Figura 4.2).

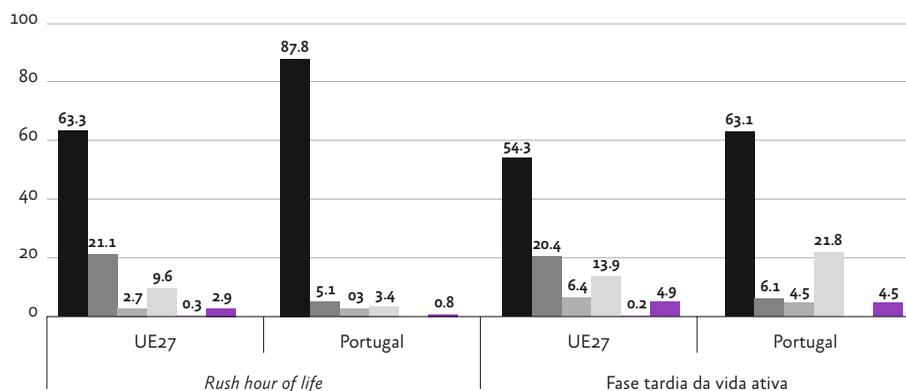
- Já na fase tardia da vida ativa, o peso dos agregados em que ambos os elementos do casal trabalham a tempo inteiro desce tanto em Portugal (63,1%) como no contexto europeu (54,3%), embora também com diferenças assinaláveis. Portugal regista 21,8% de agregados em que os homens trabalham a tempo inteiro e as mulheres não trabalham, o que pode ser explicado pela redução da taxa de emprego nas mulheres entre a *rush hour* e a fase tardia da vida ativa. Na UE 27, também existem, em média, 13,9%

de agregados nesta situação, mas 20,4% continuam a ser agregados com homens a trabalhar a tempo inteiro e mulheres a tempo parcial, tipo de agregado que em Portugal só atinge os 6,1%.

Figura 4.2 Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras a viver em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)

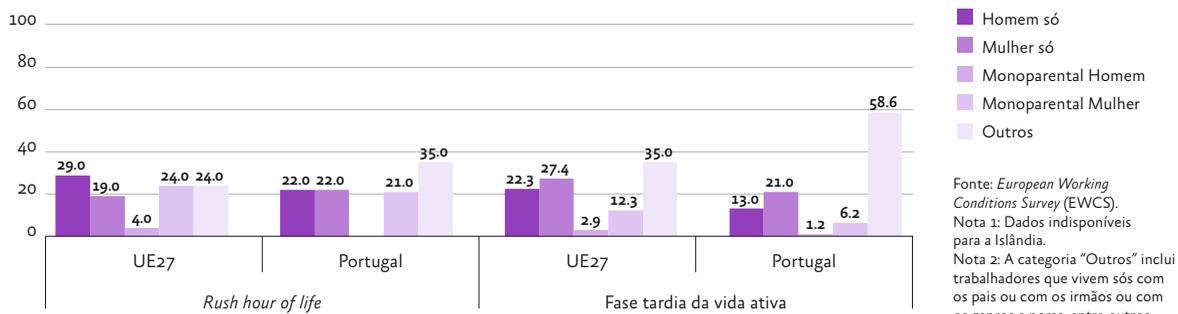
- Dois a tempo inteiro
- Homem a TI, Mulher a TP
- Homem a TP, Mulher a TI
- Homem a TI, Mulher em casa
- Homem em casa, Mulher a TI
- Outros

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*.
 Nota 1: Dados indisponíveis para a Islândia.
 Nota 2: A categoria "Outros" inclui os casais em que ambos trabalham a tempo parcial e os casais em que um trabalha a tempo parcial e o outro está em casa.



- Relativamente aos tipos de agregados domésticos dos trabalhadores e das trabalhadoras que não estão em conjugalidade, também se verificam algumas diferenças entre Portugal e a UE 27, principalmente na fase tardia da vida ativa (Figura 4.3). Na *rush hour of life*, na UE 27, o tipo de agregado mais comum é o de homem só (29% – que em Portugal é só de 22%), enquanto em Portugal são mais expressivos os outros tipos de agregados (35% – enquanto que na UE 27 são só 24%). Na Europa a 27, ainda são visíveis 4% de agregados monoparentais masculinos, o que não acontece em Portugal.
- As diferenças são ainda mais vincadas na fase tardia. Em Portugal, mais de metade dos trabalhadores e das trabalhadoras que não vivem em casal vivem noutros tipos de agregado, como agregados compostos por irmãos/os, genros/noras ou pais (58,6% – enquanto que na UE 27 são apenas 35,0%, embora constituindo ainda o agregado mais frequente). O segundo tipo de agregado mais comum tanto na UE 27 como em Portugal é o de mulher só (21,0% em Portugal e 27,4% na UE 27), seguido de homem só (13,0% e 22,3%, respetivamente), monoparental mulher (6,2% e 12,3%) e monoparental homem (1,2% e 2,9%).

Figura 4.3 Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras que não vivem em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)



- Quando analisadas as médias de horas gastas em cuidados à casa por pessoas empregadas e a viver em conjugalidade, em 2012, as mulheres, em qualquer idade da vida, despendem sempre, em todos os países, mais horas por semana a cuidar da casa, distinguindo-se a Polónia por ser sempre o país em que homens e mulheres despendem mais tempo neste tipo de tarefas (Figura 4.4). Na juventude, na Polónia, as mulheres passam 21 horas a cuidar da casa, enquanto a Finlândia é o país em que elas gastam menos tempo (6 horas). Mais, a Finlândia é o único país em que jovens homens e jovens mulheres despendem o mesmo número de horas em trabalho doméstico. Os países em que se verificam maiores diferenças entre os tempos despendidos por homens e mulheres são Espanha e Portugal (7 horas).

- Na *rush hour of life*, as mulheres na Polónia gastam 24 horas por semana a cuidar da casa e o país em que as mulheres passam menos tempo neste tipo de tarefas é a França (10 horas). O país com menor diferença nos tempos semanais despendidos por homens e mulheres a cuidar da casa é a Polónia (3 horas) e os países com maior diferencial são Portugal e República Checa (10 horas).

- Na fase tardia da vida ativa, as mulheres na Polónia despendem 20 horas a cuidar da casa e o país em que menos tempo é passado pelas mulheres neste tipo de trabalho não pago é mais uma vez a França (10 horas). Os países com menor diferença entre as horas semanais passadas por homens e mulheres a cuidar de casa são a Finlândia e a França (4 horas) e o país com maior diferença é Portugal (16 horas).

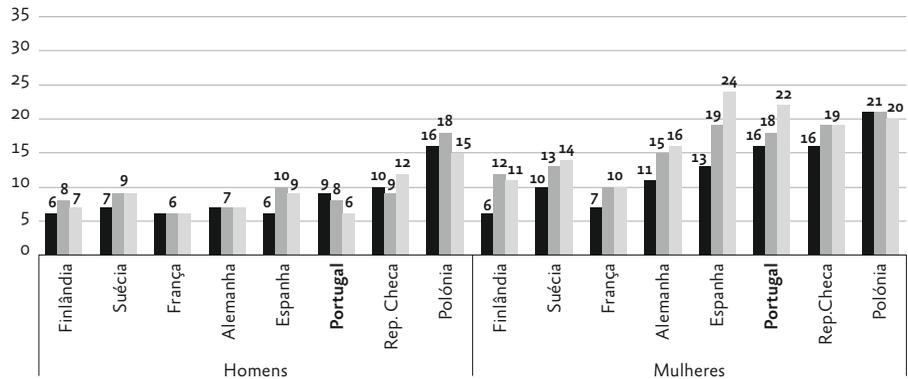
- Enquanto é visível uma tendência para um aumento do tempo passado pelas mulheres a cuidar casa ao longo da vida (apenas com exceção para a Finlândia e Polónia), nos homens esta situação só se verifica na Suécia e na República Checa (embora com uma diminuição na *rush hour*). Em França e na Alemanha, os homens gastam exatamente o mesmo número de horas

ao longo das várias idades da vida (6 e 7 horas, respetivamente) e em Portugal, à medida que vão envelhecendo, os homens passam menos tempo a cuidar da casa, o que poderá traduzir efeitos geracionais com maior importância atribuída às normas tradicionais de separação das funções de homens e de mulheres por parte de homens mais velhos.

Figura 4.4 Média de horas semanais passadas a cuidar da casa, por sexo, grupo etário e país, 2012

■ Juventude
 ■ *Rush hour*
 ■ Fase tardia

Fonte: ISSP – *Family and Changing Gender Roles (Round 4)*.
 Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61754 indivíduos. Resultados obtidos a partir da questão: Q16a *On average, how many hours a week do you personally spend on household work, not including childcare and leisure time activities?* para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Os dados de Portugal são de 2014.



- No que diz respeito às médias de horas semanais passadas a cuidar da família por homens e mulheres empregadas/os e a viver em conjugalidade, são novamente as mulheres as mais penalizadas (Figura 4.5) e, desta vez, em Espanha, homens e mulheres passam mais tempo a cuidar da família. Na juventude, em Espanha, as mulheres passam 31 horas por semana neste tipo de trabalho não pago, seguida pela Polónia (28 horas). É na República Checa e Suécia, que as mulheres gastam menos tempo (9 e 10 horas, respetivamente). A Finlândia é, mais uma vez, o único país em que jovens homens e jovens mulheres despendem o mesmo número de horas neste tipo de trabalho doméstico (11 horas). O país com maior diferença no tempo gasto a cuidar da casa é a Espanha (27 horas).
- Na *rush hour of life*, as mulheres em Espanha despendem 25 horas neste tipo de trabalho não pago e as mulheres checas despendem 13 horas (país com menos horas não pagas). O país com a menor diferença entre homens e mulheres é a Suécia (2 horas) e o país com maior diferença é a Alemanha (11 horas).
- Na fase tardia da vida ativa, as mulheres em Espanha gastam 18 horas a cuidar da família, e as mulheres na República Checa despendem 11 horas (país com menor tempo gasto a cuidar da família). O país com menor diferença entre o tempo passado por semana pelas mulheres e

pelos homens nos cuidados a familiares é a Suécia (3 horas) e o país em que se regista a maior diferença é a Espanha (9 horas).

- Tanto no caso dos homens como no das mulheres, percebe-se uma tendência para o agravamento do número de horas passado a cuidar da família na *rush hour of life*. Porém, existem exceções. Os alemães e os checos despendem as mesmas horas neste tipo de tarefas na juventude e na *rush hour* (11 e 8 horas, respetivamente), o que também sucede em Portugal (16 horas). Quer em Espanha, quer na Polónia, as mulheres vão passando menos tempo a cuidar da família à medida que a idade vai aumentando.

Figura 4.5 Média de horas semanais passadas a cuidar da família, por sexo, grupo etário e país, 2012



Fonte: ISSP – Family and Changing Gender Roles (Round 4).
 Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61754 indivíduos. Resultados obtidos a partir da questão: Q16b On average, how many hours a week do you spend looking after family members (e.g. children, elderly, ill or disabled family members)? para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Os dados de Portugal são de 2014.

Trabalho não pago: Apesar dos avanços, ainda são as mulheres mais sobrecarregadas

A obra *Livro Branco. Homens e Igualdade de Género em Portugal* (Wall et al., 2016) teve como objetivo sintetizar informação considerada relevante sobre homens, papéis masculinos e igualdade de género. Dos resultados deste trabalho realçamos os seguintes contributos sobre a divisão do trabalho pago e não pago:

- Na sociedade portuguesa prevalece o emprego a tempo inteiro tanto para homens como para mulheres, em todas as idades da vida ativa. No entanto, enquanto em 2002 a proporção de casais em que os dois trabalhavam “a tempo inteiro” era no mínimo de 70% em todos os grupos etários, em 2014 esta proporção desce em todas as idades, refletindo o aumento da precarização, do trabalho a tempo parcial e do desemprego. A exceção são os casais de 30 a 44 anos, onde se verifica um aumento para 81%.
- Os homens desse grupo etário, em 2002, dedicavam 48 horas semanais ao trabalho pago e passaram, em 2014, a dedicar 42,8 horas. O padrão entre as mulheres também se modificou, mas em sentido contrário: em 2002 dedicavam em média 39,2 horas ao trabalho pago e passaram em 2014 a dedicar 41,1 horas semanais.

É, pois, na fase da vida em que homens e mulheres estão a constituir família e têm crianças pequenas, que a dedicação ao trabalho pago é hoje mais semelhante.

- Em todas as idades os homens dedicam mais horas do que as mulheres ao trabalho pago (sempre mais de 40 horas semanais). No entanto, o tempo a mais que os homens despendem no desempenho da atividade profissional é largamente ultrapassado pelo tempo que as mulheres despendem na realização do trabalho não pago, independentemente do escalão etário.
- Ao longo da última década, os homens aumentaram ligeiramente a sua participação no trabalho doméstico. Em 2002, os homens (18 e mais anos) dedicavam 7 horas semanais às tarefas domésticas, enquanto as mulheres dedicavam 26,3 horas. Em 2014, os homens passaram a dedicar mais 1 hora ao trabalho doméstico (8,1 horas) e as mulheres quase menos 2 horas (24,5 horas), mas manteve-se uma assimetria de 16,4 horas, com sobrecarga das mulheres.
- Entre os mais jovens (dos 18 aos 29 e dos 30 aos 44 anos), o tempo despendido semanalmente nos cuidados a familiares é superior ao tempo despendido com tarefas domésticas, e são sempre as mulheres as mais sobrecarregadas. No grupo etário dos 45 aos 64 anos, os cuidados domésticos ocupam mais tempo que os cuidados a familiares e observa-se um padrão intensivo de trabalho não pago feminino e uma grande disparidade que atinge as 34,8 horas.

Em síntese, se há sinais de maior participação dos homens na partilha das tarefas domésticas e de cuidado, há também uma persistente desigualdade, mesmo entre as gerações mais jovens, que continua a colocar sobre os ombros das mulheres a carga do trabalho não pago.

Em síntese, considerando as três idades da vida e o arco temporal analisado, regista-se um considerável aumento da participação de mulheres com filhas/os dependentes no mercado de trabalho e uma massificação dos casais de duplo emprego na maioria dos países da Europa e em Portugal. Contudo, também na maioria dos países, incluindo Portugal, persistem diferenças assinaláveis na média de horas semanais de homens e mulheres passadas a cuidar da casa e da família que denotam a menor participação masculina na esfera doméstica e familiar. Esta desigualdade explica a penalização das mulheres na relação entre as responsabilidades profissionais e familiares, que outros estudos também vêm demonstrando (Perista *et al.*, 2016; Wall *et al.*, 2016).

Capítulo 5

Violência e Crime

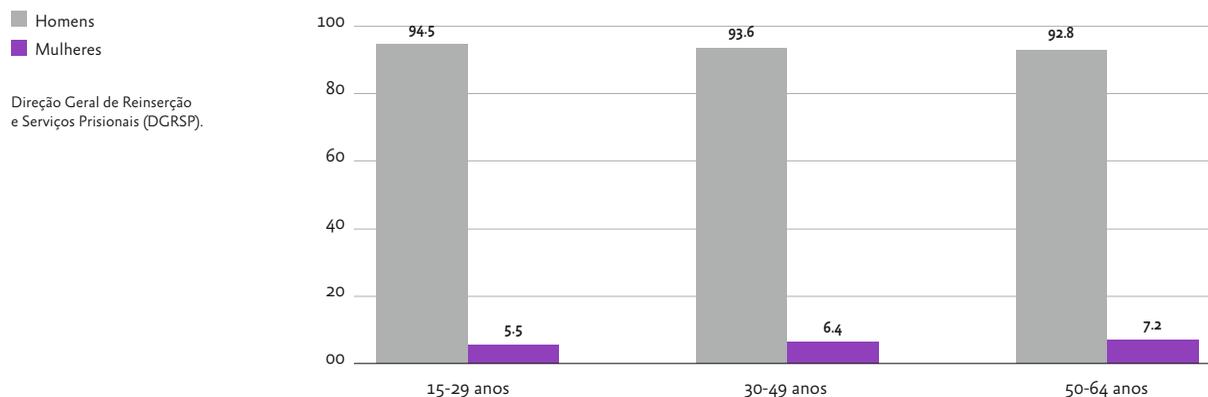
Como se posicionam os homens e as mulheres face ao crime e à violência? Em que contextos homens e mulheres estão mais expostos/as à violência?

A análise destes temas assenta em dados relativos à população prisional, às condenações e vitimizações por crimes sexuais e à violência exercida contra mulheres e homens.

Apesar de a violência e o crime poderem não coincidir, uma vez que nem todas as manifestações de violência estão definidas como crimes, a população prisional é um indicador importante por exprimir a dimensão de crime cometido por pessoas que foram por isso julgadas e às quais foi aplicada a pena mais grave.

- No que diz respeito à população prisional portuguesa em 2016, percebe-se uma imensa disparidade de género, com uma proporção de reclusos do sexo masculino muito superior à do sexo feminino em qualquer grupo etário. Por exemplo, na população mais jovem (dos 15 aos 29 anos) 94,5% da população prisional é masculina. Valor que desce para 93,6% no grupo etário dos 30 aos 49 anos e para os 92,8% no grupo etário dos 50 aos 64 anos (Figura 5.1). Estas tendências são confirmadas pelo estudo “Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional” coordenado por Anália Torres (2016).
- Isto pode ser explicado pelo facto de a manifestação de indiferença ao medo, assumindo comportamentos de risco ou violentos, fazer parte da afirmação de masculinidade, como fator de demonstração de força e de poder perante as mulheres e outros homens. Deste modo, os homens expõem-se mais a situações de criminalidade e violência.

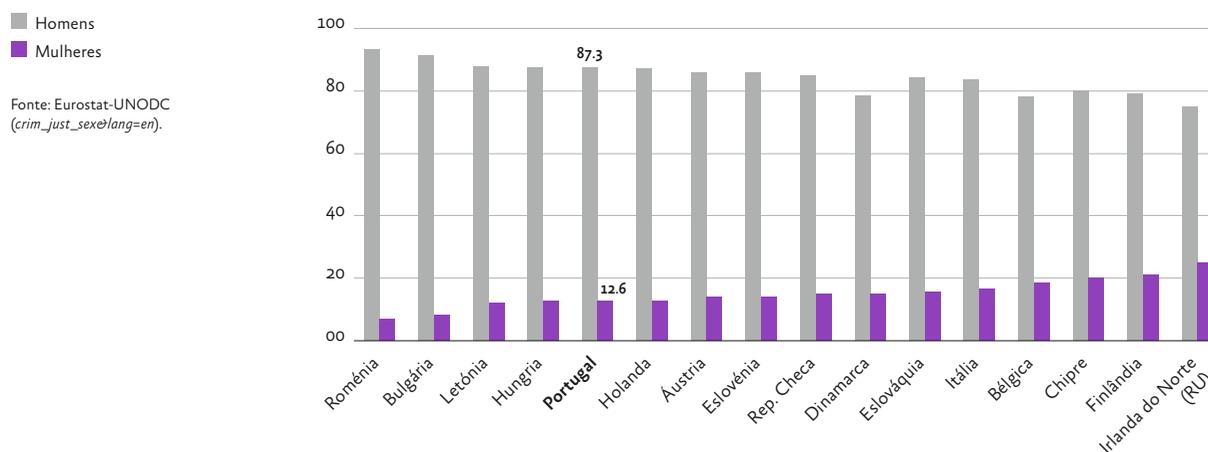
Figura 5.1 População prisional em Portugal de pessoas dos 15 aos 64 anos, por sexo e grupo etário, 2016 (%)



Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

• Ao analisar a população condenada em toda a Europa para o ano de 2015, percebe-se que a tendência para a masculinização se mantém. Portugal é dos países, juntamente com alguns países de leste, com menor feminização da população condenada com apenas 12,6% (Figura 5.2).

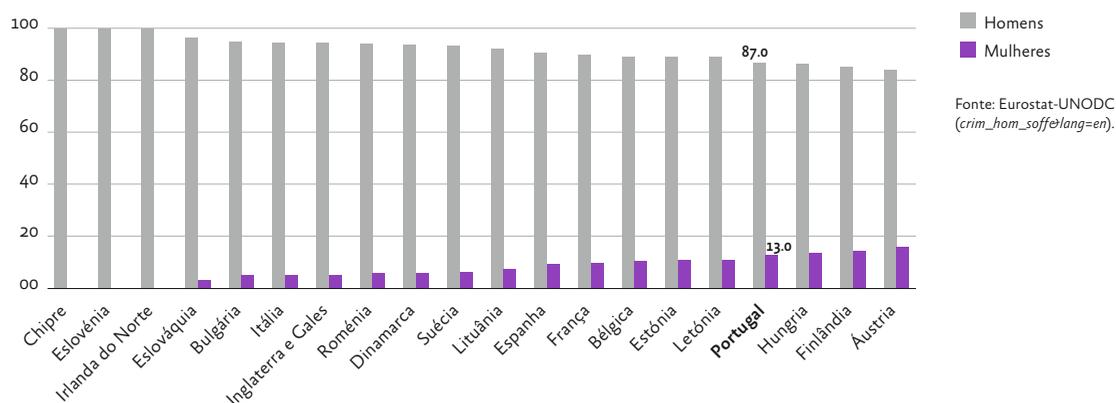
Figura 5.2 Proporção de pessoas condenadas, por país e sexo, 2015 (%)



Fonte: Eurostat-UNODC (crim_just_sex@lang=en).

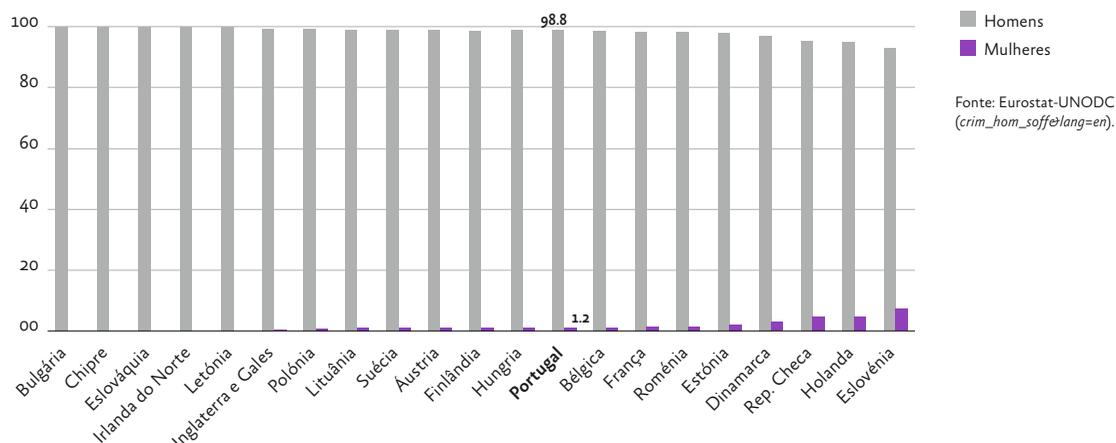
• No que diz respeito à população prisional condenada por crimes de homicídio, mais uma vez, a esmagadora maioria é constituída por homens (com valores sempre superiores a 80%). Neste tipo de crime, Portugal é, entre os países em análise, dos que apresenta maior feminização (13,0% da população condenada por homicídio são mulheres) (Figura 5.3).

Figura 5.3 Proporção de pessoas condenadas por homicídio, por país e sexo, 2015 (%)



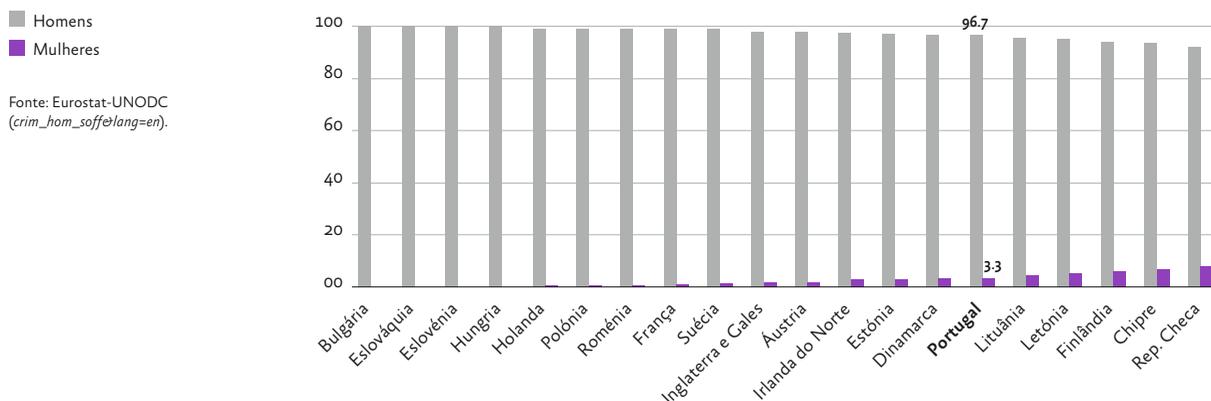
• Relativamente ao crime de violação, a tendência para a masculinização da população condenada é ainda intensificada, com valores superiores a 90% em todos os países da Europa considerados (Figura 5.4). Em Portugal, apenas 1,2% das pessoas condenadas por este crime são mulheres.

Figura 5.4 Proporção de pessoas condenadas por violação, por país e sexo, 2015 (%)



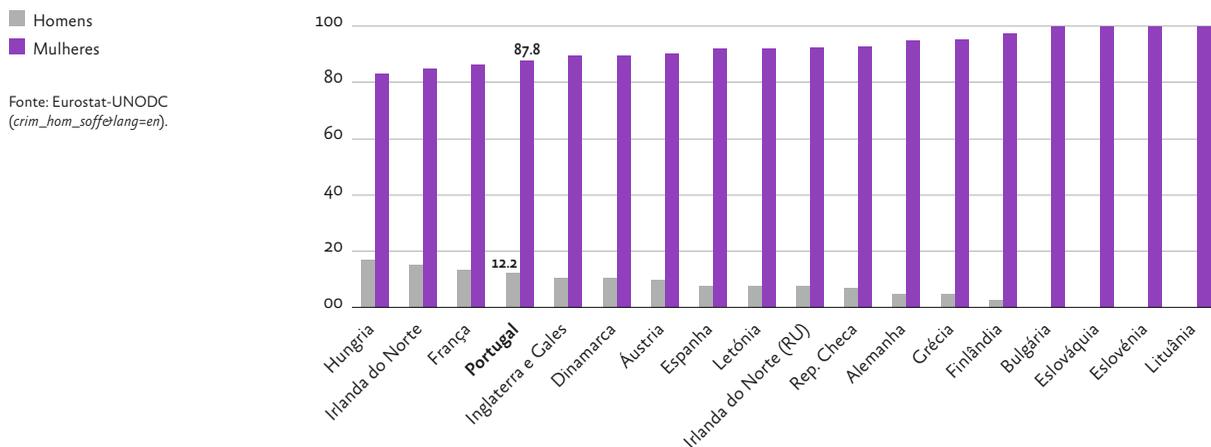
• Os valores são muito semelhantes quando se analisam os dados que concernem ao crime de agressão sexual. Novamente, os homens representam mais de 90% da população condenada por este crime em todos os países da Europa considerados (Figura 5.5). Em Portugal, os homens constituem 96,7%.

Figura 5.5 Proporção de pessoas condenadas por agressão sexual, por país e sexo, 2015 (%)



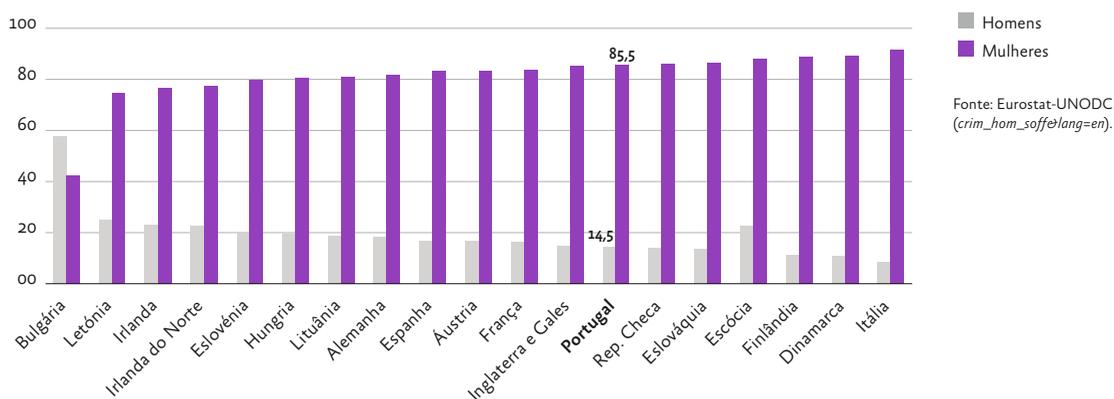
• Estes dados são inversamente proporcionais quando se estuda a vitimização destes mesmos crimes. Ou seja, mais de 80% das vítimas de violação em todos os países europeus considerados são mulheres. No caso português, o valor é de 87,8%, sendo mesmo assim um dos países com menor feminização (Figura 5.6).

Figura 5.6 Proporção de pessoas vítimas de violação, por país e sexo, 2015 (%)



• Relativamente ao crime de agressão sexual, com a exceção da Bulgária, constata-se mais uma vez uma massiva feminização das vítimas, com valores acima dos 75%. Portugal é um dos países com maior incidência da vitimização nas mulheres com 85,5% (Figura 5.7).

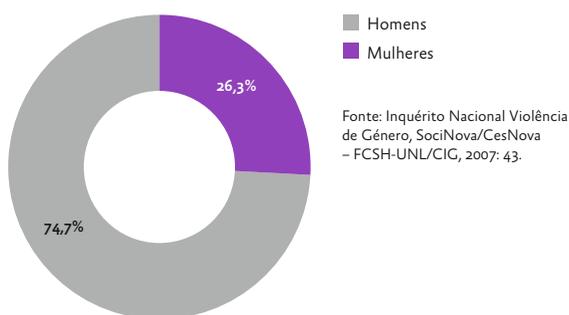
Figura 5.7 Proporção de pessoas vítimas de agressão sexual, por país e sexo, 2015 (%)



As tendências de masculinização da violência e de feminização da vitimização são confirmadas pelo “Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens” coordenado por Manuel Lisboa (Lisboa *et al.*, 2009).

- O Inquérito foi aplicado em 2006 a pessoas com 18 ou mais anos, em Portugal, e concluiu que os autores da violência praticada contra as mulheres são maioritariamente homens (72,7%), contra 27,3% de mulheres. Esta diferença de género, acentuada, mantém-se mesmo quando os dados são analisados por tipo de violência. Assim, na discriminação sociocultural, os homens são os autores em 69,6% dos atos, na violência psicológica são-no em 70,9%, na violência física, em 85,7% e na violência sexual, em 98,1% (Figura 5.8).

Figura 5.8 Autoria da violência exercida contra as mulheres, 2007 (%)

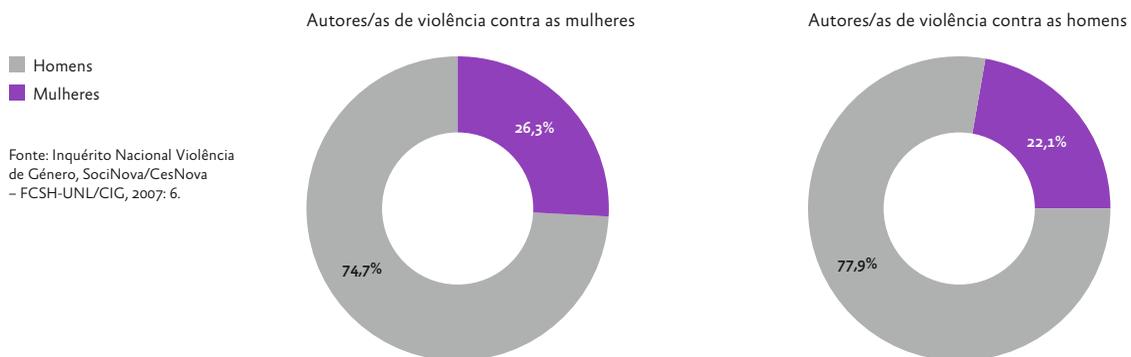


- Interessante é também assinalar que as vítimas, quando questionadas acerca das razões que consideram estar na base da violência contra elas dirigida, referem razões que remetem para as desigualdades de género. As razões referidas pelas vítimas de atos de violência como ameaça verbal de morte (“mato-te”) ou pelas vítimas de violência ameaçadas com

“armas de fogo ou brancas” são, por esta ordem: “aspetos relacionados com o sentimento de posse, ciúme, diferenças de valores e mentalidade, nomeadamente, em relação à igualdade de género e o consumo de álcool” (Lisboa *et al.*, 2009: 50).

- Ainda de acordo com o mesmo estudo, em 2006, a prevalência de homens vítimas do crime de violência doméstica era cerca de três vezes menor do que a das mulheres em iguais circunstâncias (2,3% face a 6,4%). Numa análise de género, é importante ainda salientar que os autores da violência praticada contra os homens são maioritariamente homens (77,9%) (Figura 5.9).

Figura 5.9 Autores/as de violência física, psicológica e sexual contra homens e mulheres, 2007 (%)



- Mais ainda, quando se aprofunda a análise para compreender melhor os tipos de violência praticada por homens, verifica-se em relação aos atos de discriminação sociocultural que os autores são sobretudo homens (84,7%). Em relação à violência psicológica, os autores masculinos estão também representados com maior peso (78,2%). Por fim, em relação à violência física, os homens representam a quase totalidade de autoria de atos deste tipo (Lisboa *et al.*, 2009: 60).

- O relacionamento entre agressores e vítimas diz-nos que, quando as vítimas são mulheres, em cerca de 42% os agressores são os seus maridos ou companheiros. Nas situações em que os homens são vítimas, os agressores são principalmente desconhecidos (cerca de 23%), vizinhos (cerca de 11%), colegas e amigos (cerca de 23%), e raramente são as pessoas com quem vivem em situação de conjugalidade (apenas cerca de 3%) (Lisboa *et al.*, 2009: 62). A violência contra as mulheres ocorre maioritariamente em casa, em cerca de 60%, enquanto a violência contra os homens ocorre maioritariamente na rua, em cerca de 30% e no local de trabalho, em cerca de 16% das situações.

Em síntese, a população prisional é, em todos os grupos etários considerados, esmagadoramente masculina. Em média, nos países selecionados, os homens são os principais condenados por homicídios e crimes de índole sexual e as mulheres as principais vítimas de crimes de agressão sexual e violação. No que diz respeito à violência exercida contra mulheres e homens, percebe-se também que os homens são, na grande maioria dos casos, os agressores quer as vítimas se tratem de mulheres ou de homens.

Capítulo 6

Saúde e causas de morte

Que padrões de género se identificam nos comportamentos e problemas de saúde e nas causas de morte ao longo da vida?

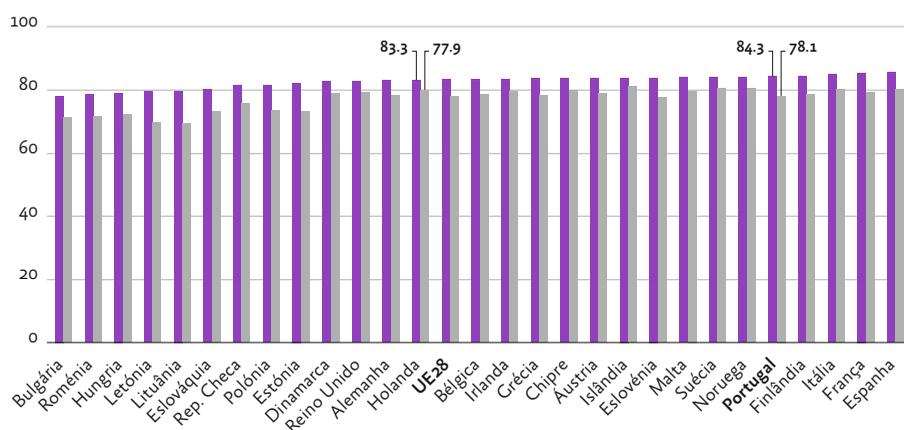
Para responder a esta questão, apresentam-se os principais resultados sobre a esperança média de vida e o número de anos saudáveis, os tipos de problemas de saúde analisados por género, assim como as principais causas de morte assinalando fatores de género que emergem como estando ligados à saúde, doença e morte.

- Como é sabido, as mulheres têm uma esperança média de vida mais longa do que os homens. Essa tendência verifica-se em todos os países europeus, estando Portugal inclusive com valores ligeiramente acima da média europeia. As mulheres europeias têm 83,3 anos de esperança média de vida face a 84,3 anos das mulheres portuguesas. Já os homens europeus têm apenas 77,9 anos e os homens portugueses 78,1 anos de esperança média de vida (Figura 6.1).

Figura 6.1 Esperança média de vida, por país e sexo, 2015 (%)

■ Mulheres
■ Homens

Fonte: Eurostat-SILC
(hlth_hlye@lang=en).

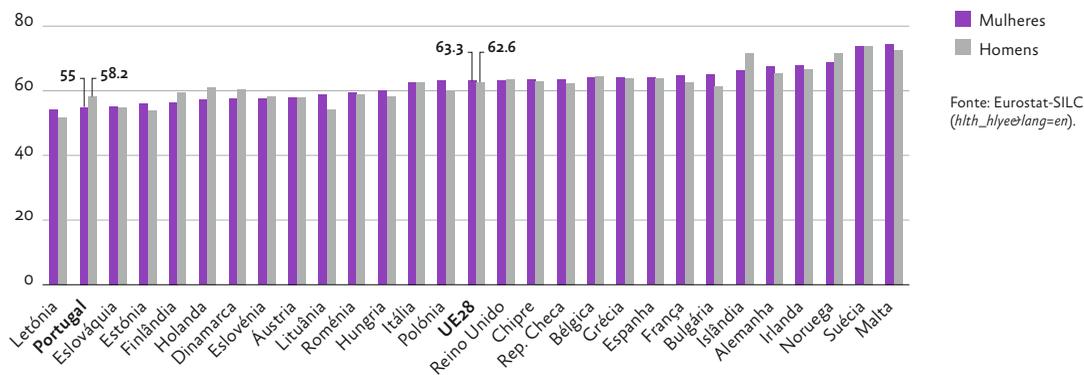


⁴ Os anos de vida saudável dizem respeito aos anos que a pessoa vive sem problemas de saúde moderados ou severos.

- No entanto, esta regularidade para uma feminização da longevidade não se mantém no que diz respeito ao número de anos de vida saudável⁴. Ou

seja, nos países de leste, França, Alemanha, Irlanda e Malta, o número de anos de vida saudável é maior para as mulheres do que para os homens. Tendência acompanhada, embora com uma diferença muito ligeira, na média europeia, em que o número de anos de vida saudável é muito semelhante entre mulheres (63,3 anos) e homens (62,6 anos). Contudo, em Portugal e nos países nórdicos, o número de anos de vida saudável é sempre superior para os homens do que para as mulheres. Por exemplo, os homens portugueses têm em média 58,2 anos de vida saudável enquanto as mulheres portuguesas têm apenas 55 anos (Figura 6.2). Comparando a esperança média de vida com o número de anos de vida saudável, percebe-se que as mulheres em Portugal vivem, em média, 29,3 anos com problemas de saúde moderados ou severos. Valor que desce para os 19,9 anos nos homens portugueses.

Figura 6.2 Número de anos de vida saudável, por país e sexo, 2015 (%)

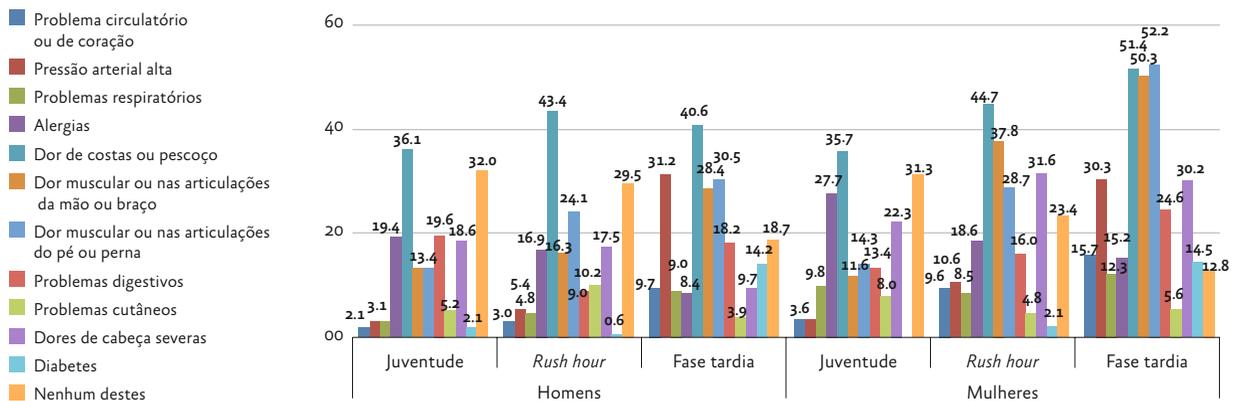


- Estes resultados são confirmados por vários estudos que indicam a existência de diferenças de género na saúde, com penalização das mulheres, nomeadamente, no que diz respeito à dor crónica, sua frequência, intensidade e duração (Sarah *et al.*, 2007; Rustøen *et al.*, 2004), doenças crónicas (Varkey, 2004) e/ou psiquiátricas (Binswanger *et al.*, 2011; Piccinelli and Wilkinson, 2000; Kornstein *et al.*, 2000). De uma forma geral esta tendência observa-se também em Portugal (Figura 6.3) onde a grande maioria dos problemas de saúde aumenta com o envelhecimento (com exceção das alergias e dores de cabeça severas) e sempre de forma mais gravosa para as mulheres, à exceção da pressão arterial alta, mais presente nos homens na fase tardia da vida (31,2%) do que nas mulheres (30,3%).
- Nos vários grupos etários analisados, mais mulheres do que homens afirmam sofrer de dores, como dores de costas ou pescoço e dores musculares ou nas articulações do pé ou da perna. As dores musculares ou

nas articulações da mão ou do braço são ligeiramente mais registadas nos homens na fase da juventude (13,4% face a 11,6%). No entanto, em idades posteriores, mais mulheres do que homens reportam este tipo de dores.

- No que diz respeito a doenças crónicas, são também mais mulheres do que homens, em todos os grupos etários, a afirmar sofrer de problemas circulatórios, atingindo os 15,7% na fase tardia, comparativamente aos 9,7% de homens, tal como relativamente a problemas respiratórios (12,3% e 9,0%, respetivamente, na fase tardia). Igualmente no que concerne a problemas digestivos e cutâneos, as mulheres apresentam maiores proporções do que os homens na fase tardia, embora mais homens do que mulheres declarem ter problemas digestivos na juventude (19,6% face a 13,4%) e problemas cutâneos na *rush hour of life* (10,2% face a 4,8%).
- Na fase tardia da vida ativa, os problemas de saúde que mais homens declaram são as dores de costas ou pescoço (40,6%), a pressão arterial alta (31,2%), as dores musculares ou nas articulações do pé ou da perna (30,5%), as dores musculares ou nas articulações da mão ou do braço (28,4%) e os problemas digestivos (18,2%).
- Nas mulheres, os problemas de saúde mais comuns na fase tardia da vida ativa são dores musculares ou nas articulações do pé ou da perna (52,2%), dores de costas ou pescoço (51,4%), dores musculares ou nas articulações da mão ou do braço (50,3%), pressão arterial alta (30,3%) e dores de cabeça severas (30,2%).

Figura 6.3 Problemas de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e grupo etário, Portugal (%)

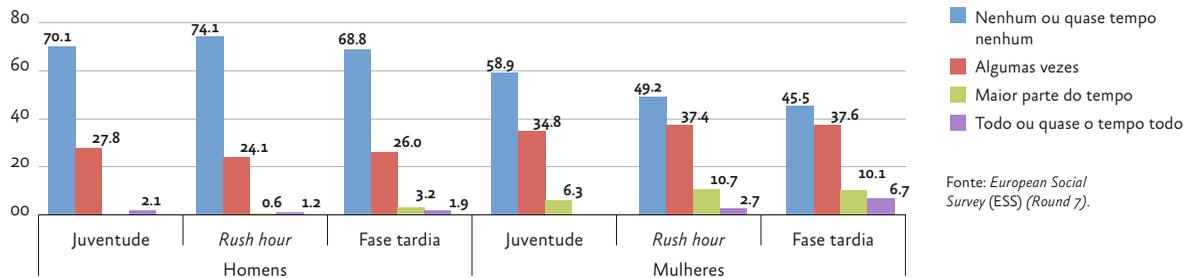


Fonte: European Social Survey (ESS) (Round 7).

Para além de problemas de saúde como dores ou potenciais doenças crónicas, as mulheres reportam também mais perturbações frequentes do sono, um elemento essencial para o bem-estar e equilíbrio psicológico, à medida

que vão envelhecendo, assim como sentimentos depressivos. Com efeito, as mulheres portuguesas declaram, mais do que os homens, ter-se sentido deprimidas em algum momento na última semana (34,8% e 27,8%, respetivamente, na juventude; 37,4% e 24,1% na *rush hour of life*; e 37,6% e 26,0% na fase tardia da vida ativa) (Figura 6.4).

Figura 6.4 Na última semana com que frequência se sentiu deprimido/a, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)

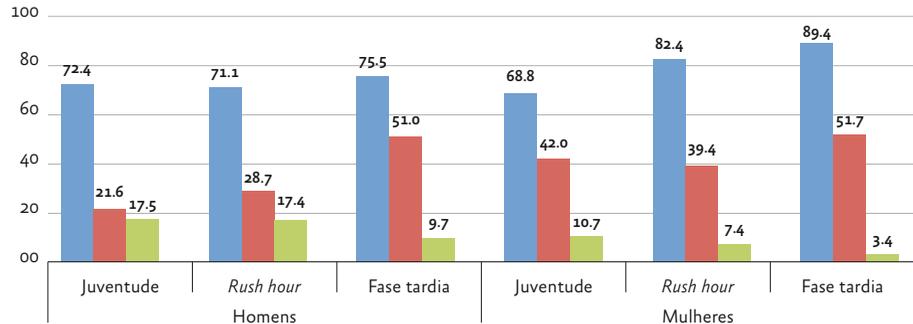


- Esta situação, de desvantagem das mulheres no que à saúde diz respeito poderá explicar, em parte, o maior acesso que as mulheres revelam aos cuidados de saúde (Ferreira da Silva & Alves, 2002). No entanto, a utilização mais intensiva dos cuidados de saúde pelas mulheres explica-se também pela maior proximidade que tradicionalmente mantêm com a esfera do cuidar, podendo constituir uma oportunidade para a autoproteção da saúde feminina.
- Assim, em Portugal, em 2014, a proporção de mulheres que não consultou qualquer médico nos últimos 12 meses é sempre inferior à dos homens, em todas as idades da vida (Figura 6.5). A percentagem de mulheres que acedeu a consultas médicas tanto de clínica geral como de especialidade é também sempre superior à dos homens, com exceção do grupo mais jovem, com idades entre os 15 e os 29 anos. Neste grupo, a proporção de homens com acesso nos últimos 12 meses a consultas de clínica geral é ligeiramente superior à das mulheres (72,4% para 68,6%), mas esta diferença é largamente superada pela maior afluência feminina a consultas de especialidade no mesmo grupo etário (42,0% para 21,6%).

Figura 6.5 Com quem falou sobre o seu estado de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)

■ Médico/a de clínica geral
 ■ Médico/a especialista
 ■ Nenhum/a destes/as

Fonte: *European Social Survey (ESS) (Round 7)*.

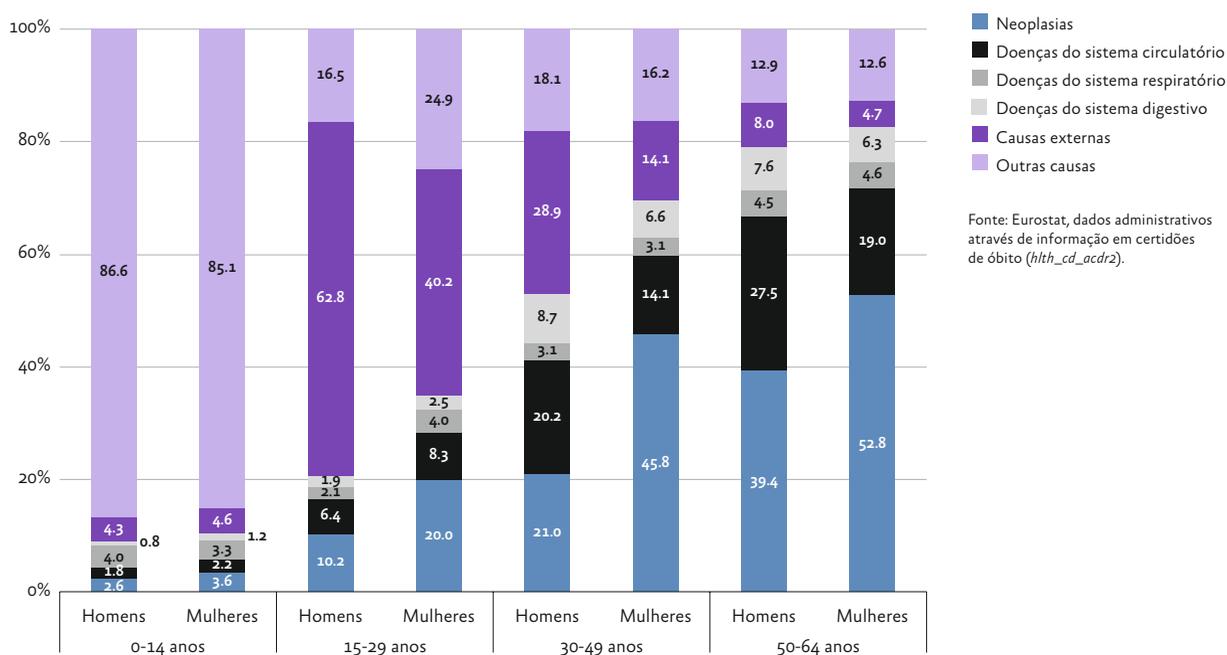


- No que diz respeito às causas de morte ao longo das várias idades da vida, no contexto europeu, identificam-se diferenças assinaláveis que traduzem também efeitos de género (Figura 6.6). Na infância, onde não se registam grandes assimetrias entre meninos e meninas, a categoria mais representada nas causas de morte é “outras causas” (86,6% e 85,1%, respetivamente). Nesta categoria estão agrupadas as causas de morte com incidências menores incluindo morte por doenças infecciosas (H 3,53%/M 2,71%), doenças do sangue (H 1,11%/M 0,92%), doenças endócrinas (H 4,14% /M 3,46%), respiratórias (H 5,80%/M 4,94%), doenças do sistema digestivo (H 3,59%/M 2,01%), doenças da pele (H 0,03%/M 0,09%), doenças do sistema músculo-esquelético (H 0,40%/M 0,50%), doenças do sistema genitourinário (H 0,55%/M 0,58%), gravidez e parto (M 0,49%), certas condições originárias do período perinatal (H 0,23%/M 0,27%), malformação congénita (H 6,50%/M 5,91%) e desordem mental (H 1,94%/M 0,98%). Na juventude, as mortes devem-se essencialmente a causas externas, e ainda mais no caso masculino (62,8% e 40,2%).
- As causas externas de morte compreendem todas as mortes associadas a acidentes, acidentes rodoviários, quedas, afogamentos, suicídio, envenenamento e agressão. A masculinização das causas externas de morte explica-se pela tendência revelada pelos homens de maior exposição a situações de risco e violência, no sentido de afirmarem a sua masculinidade pela demonstração de maior virilidade e agressividade, e exprimirem de forma simbólica o seu poder através do uso de armas (podendo levar a mortes por violência) ou da condução mais arriscada de veículos (podendo levar a mortes por acidentes rodoviários). A afirmação da masculinidade traduz-se assim em situações e contextos de tensão e conflito exacerbado, o que os torna mais vulneráveis a comportamentos de risco e situações

de morte prematura evitáveis – sendo eles os que mais morrem e matam (Pedroso, 2013; Moura *et al.*, 2015).

- Na *rush hour of life*, as causas externas de morte continuam a ser a principal causa de morte nos homens (28,9%) mas, nas mulheres, as neoplasias surgem como a principal causa de morte (45,8%). Na fase tardia da vida ativa, as neoplasias são a principal causa de morte tanto para homens como para mulheres, mas com maior peso nestas (52,8% face a 39,4%).

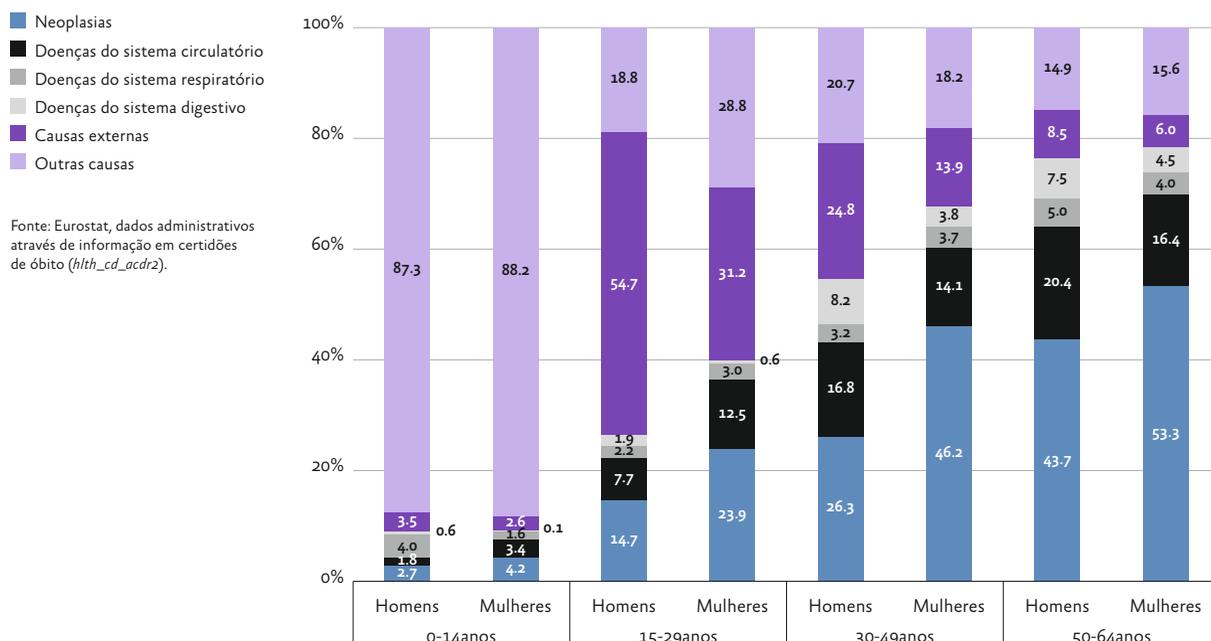
Figura 6.6 Causas de morte, por sexo e idade, UE 28, 2014 (%)



Fonte: Eurostat, dados administrativos através de informação em certidões de óbito (*hlth_cd_acd2*).

- Os dados para Portugal evidenciam as mesmas tendências, com exceção da principal causa de morte nos homens entre os 30 e os 49 anos que, a nível nacional, não são as causas externas, mas sim as neoplasias (26,3%) (Figura 6.7).

Figura 6.7 Causas de morte, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)

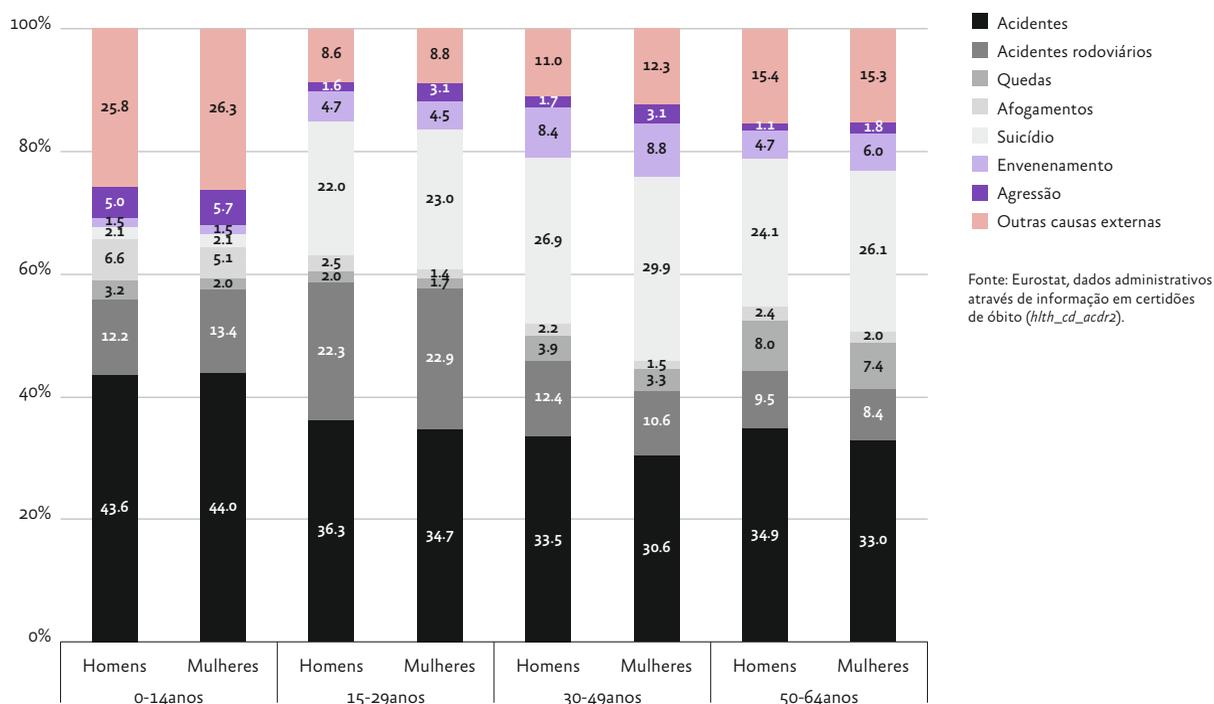


Fonte: Eurostat, dados administrativos através de informação em certidões de óbito (*hlth_cd_acdr2*).

- Analisando agora apenas as causas externas de morte, também são evidentes mudanças ao longo das idades da vida. Se, na infância, os acidentes em geral (com exceção dos acidentes rodoviários) são a principal causa externa de morte tanto para rapazes (43,6%) como para raparigas (44,0%), a proporção de pessoas a morrer de acidente vai diminuindo ao longo da vida, não deixando, no entanto, de ser a causa externa de morte mais frequente sem grandes diferenças de género (34,9% e 33,0% para homens e mulheres, respetivamente, na fase tardia) (Figura 6.8).
- A segunda causa externa de morte mais comum a partir da juventude é o suicídio que ganha particular peso na *rush hour of life* (26,9% e 29,9%). Esta aparente feminização do suicídio, que contrasta com as tendências verificadas em estudos como o de Bilsker e White (2011) e o de Varnik *et al.*, (2008) explica-se pela proporção de homens e mulheres a morrer no contexto europeu de causas externas. Por exemplo, na *rush hour of life*, 28,9% dos homens morreram por causas externas face a apenas 14,1% das mulheres. Logo, apesar de em números absolutos mais homens do que mulheres cometerem suicídio, proporcionalmente, mais ainda morrem de acidente, reduzindo o peso das mortes por suicídio no total de mortes por causas externas.
- Estudos apontam para que as mulheres registam em todas as idades uma proporção consideravelmente mais elevada de tentativas de suicídio, apresentando mais comportamentos de autoagressão intencional, mas

menores taxas de suicídio. Segundo Bilsker e White (2011) e Varnik e colegas (2008), esta situação deve-se aos métodos utilizados por homens e mulheres. Os homens tendem a utilizar métodos mais mortais como armas de fogo ou enforcamento e as mulheres métodos menos agressivos como sobredosagens medicamentosas.

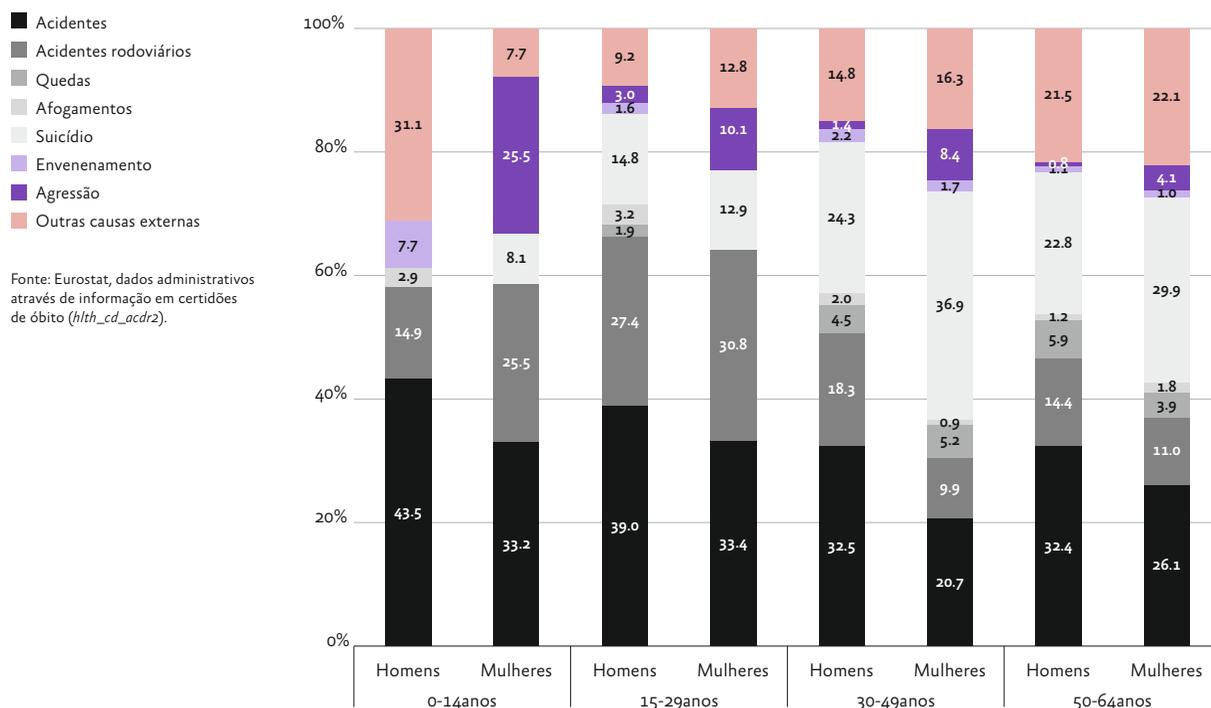
Figura 6.8 Causas externas de morte, por sexo e idade UE 28, 2014 (%)



- No contexto português, as tendências acompanham o que foi descrito para a média europeia a 28 países, com a exceção das portuguesas na *rush hour of life* e na fase tardia da vida ativa registarem maior proporção de mortes por suicídio (36,9% e 29,9%) do que por acidente (20,7% e 26,1%) (Figura 6.9).

- Para Portugal, é ainda de assinalar a forte disparidade de género observável nas mortes por agressão, sempre mais frequentes entre as mulheres do que entre os homens. De assinalar que nestas causas de morte poderão estar, entre outras, as mortes causadas por violência de género incluindo violência doméstica.

Figura 6.9 Causas externas de morte, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)



Em síntese, as mulheres vivem em média mais anos do que os homens, mas, em Portugal e nos países nórdicos, têm também um maior número de anos vividos com problemas de saúde (moderados ou severos). Dentro destes problemas estão a dor crónica e as doenças crónicas e/ou psiquiátricas. Isto pode explicar o maior recurso aos cuidados de saúde por parte das mulheres e a maior proporção de mulheres a morrer por causas naturais. A masculinização das causas externas de morte revela a tendência de maior exposição a situações de risco e violência por parte dos homens.

Capítulo 7

Valores

Noutros momentos temos vindo a perceber as simetrias e assimetrias de género nas diferentes idades da vida recorrendo, também, à análise dos valores enquanto sistemas organizados e relativamente duradouros de preferências (Almeida, 1990; Almeida, Brites e Torres, 2010). Aqui essa análise faz-se, não só olhando transversalmente para as três idades da vida, como também por meio da conjugação da observação dos valores motivacionais básicos definidos por Schwartz (1992) e de valores específicos que situam o posicionamento de mulheres e homens face à família.

De forma prática, pretende responder-se às seguintes questões:

- *Que simetrias e diferenças se verificam relativamente aos valores e às visões do mundo entre mulheres e homens jovens?*
- *Como se encara, no plano dos valores, a divisão entre responsabilidade familiares e profissionais? E quais as diferenças entre mulheres e homens? Haverá efeitos geracionais no plano desses valores, isto é, serão as mulheres e os homens mais velhos conservadores quanto a uma partilha de género igualitária?*

Na perspetiva de Schwartz identificam-se quatro grandes tendências no plano dos valores e a relação entre elas pode ser entendida através da conjugação de dois planos distintos:

- O primeiro define-se pela oposição entre a autotranscendência, ou os valores associados à benevolência e ao universalismo – como a importância da igualdade de tratamento e oportunidades para todas/os, a importância da compreensão entre as pessoas, o cuidado da natureza e do ambiente, a necessidade de apoiar e cuidar do bem-estar das pessoas – e a autopromoção que se constitui em torno de valores associados ao poder e à realização pessoal – como a importância de ser rica/o, ter dinheiro e bens caros, de se ser bem-sucedida/o e reconhecida/o pelas suas conquistas, ou a de ser admirada/o e respeitada/o pelos outras/os.
- O segundo refere-se à oposição entre conservação e abertura à mudança, ou seja, definindo-se na contraposição entre valores da tradição, do conformismo com as regras e costumes, da segurança ou do bom comportamento – em contraponto com a importância atribuída a ser criativa/o, a experimentar coisas novas, a procurar a aventura, a diversão e o prazer.

Pessoas mais velhas e mulheres mais universalistas do que as pessoas mais novas e do que os homens

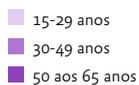
Numa análise que conjuga as três diferentes idades da vida identificam-se duas tendências globais (Figuras 7.1 e 7.2):

- Verifica-se uma tendência que atravessa toda a Europa: quanto mais velhas, mais as pessoas se identificam com a benevolência e o universalismo, isto é, com a autotranscendência (Prince-Gibson e Schwartz, 1998). A adesão à benevolência e ao universalismo é mais expressiva entre as mulheres do que entre os homens, de forma transversal a todos os países europeus e a todas idades da vida (juventude, *rush hour of life* e fase tardia da vida ativa). As mulheres na Suécia, Alemanha e Finlândia são as que mais aderem a estes valores; por seu turno, na República Checa e na Polónia é onde se afastam relativamente mais deles.
- No caso dos homens, Alemanha, Espanha e Suécia são os países em que eles mais aderem aos valores da benevolência e do universalismo e aqueles em que aderem menos são a República Checa e Polónia. Espanha é o país em que os homens jovens (entre os 15 e os 29 anos) mais se aproximam destes valores; em contrapartida, é na Suécia que é maior esta adesão na *rush hour of life* e na fase tardia da vida ativa.

Qual a posição de Portugal?

Apesar de seguir as duas tendências globais identificadas, no conjunto dos países europeus analisados, Portugal está entre aqueles em que mulheres e homens menos aderem à autotranscendência. Em Portugal, as mulheres e os homens das três fases da vida apenas aderem mais a estes valores do que as mulheres da República Checa e da Polónia.

Figura 7.1 Autotranscendência, por idade e país (mulheres), 2014



Fonte: European Social Survey (ESS) (Round 7), 2014.

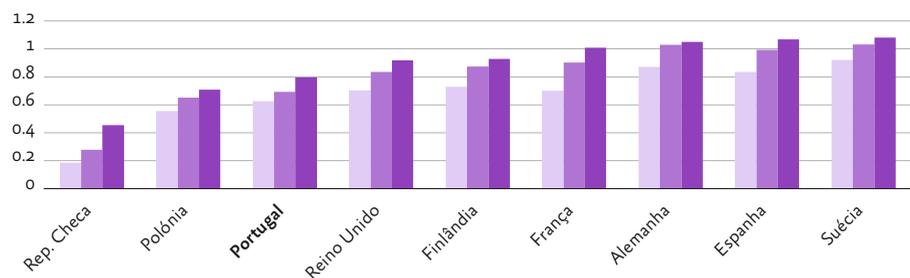
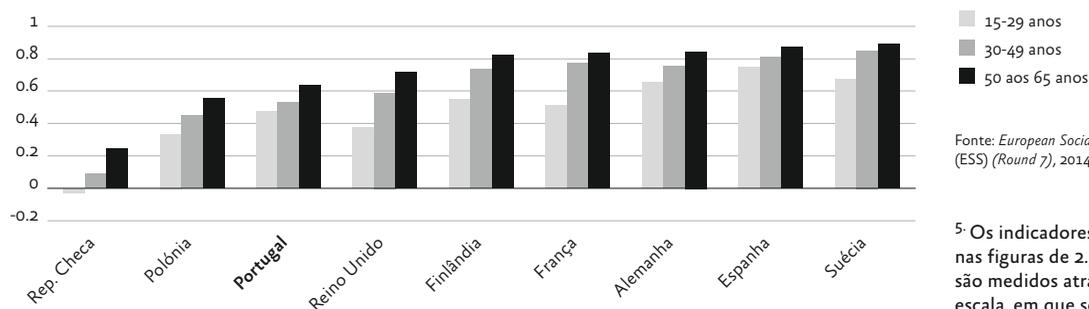


Figura 7.2 Autotranscendência, por idade e país (homens), 2014⁵



Fonte: European Social Survey (ESS) (Round 7), 2014.

Se os valores do universalismo e da benevolência se tendem a opor aos valores associados à autopromoção e ao poder manter-se-ão as mesmas tendências, isto é, estarão os homens e as pessoas mais jovens mais próximos dos valores materiais?

- Na verdade, aproximando-se globalmente do universalismo e da benevolência, as mulheres e os homens tendem a afastar-se também dos valores associados ao poder e à realização pessoal em todos os países da Europa analisados, e em todas as idades da vida.
- Por outras palavras, eles e elas afirmam que são mais importantes os valores universais como, por exemplo, a igualdade de oportunidades, do que os valores materiais ou do poder pessoal. No entanto, de modo coerente com os resultados anteriores, e de forma transversal a todos os países, observa-se que os jovens e as jovens são quem rejeita os valores da autopromoção com menor intensidade (sendo de sublinhar até que os jovens homens na Republica Checa revelam valores de adesão positivos).

Como explicar a relativamente menor adesão das pessoas mais jovens e dos homens ao universalismo e à benevolência e a sua maior aproximação aos valores da autopromoção? É como explicar as diferenças entre os países?

- A menor rejeição dos valores da autopromoção – que funcionam como orientadores de tendência mais materialista da vida – entre os homens e as mulheres mais jovens pode estar, pelo menos parcialmente, associada a fenómenos que afetam de forma particular as pessoas nesta fase da vida. É, por exemplo, entre os homens e, sobretudo, entre as mulheres jovens que mais frequentemente se encontram, como se viu atrás, formas não permanentes e instáveis de integração no mercado de trabalho, são eles e elas que têm salários mais baixos, foi neste grupo que mais cresceu o desemprego, são eles e elas que sentem fortes constrangimentos, de forma mais expressiva nalguns países nos seus processos de autonomização.

⁵ Os indicadores analisados nas figuras de 2.32 a 2.35 são medidos através de uma escala, em que se pedia às/ aos inquiridas/os que se posicionassem de acordo com as seguintes categorias: “exatamente como eu”, “muito parecida/o comigo”, “parecida/o comigo”, “um bocadinho parecida/o comigo”, “nada parecida/o comigo” e “não tem nada a ver comigo”. Na tipologia de valores de Schwartz, a posição individual em cada um dos valores é medida por referência à média individual das respostas do inquirido ao total dos indicadores. Assim, deve-se interpretar as respostas dos inquiridos relativamente a cada indicador como concordância superior à média, média ou inferior à média (Brites, s.d. disponível em https://www.academia.edu/9351072/Como_medir_valores_motivacionais).

- Estas tendências que se verificam no plano dos valores junto dos mais jovens do século XXI permitiriam reabrir um debate sobre as teses pós-materialistas tão em voga nos anos de 1970 do século XX (Inglehart, 1977).

Como se viu, de forma global, homens e mulheres na Europa são mais universalistas: mas por que razão, em todo os países, elas são mais do que eles?

- Uma das hipóteses explicativas, no caso das mulheres, em Portugal e na Europa, pode estar relacionada, com a sua maior responsabilização pela esfera dos cuidados aos outros e pelas redes de solidariedade e de entreaajuda.
- Em contraponto, a persistência pelo lado masculino da valorização dos lugares do poder e pela obtenção de rendimentos pode contribuir para um menor afastamento dos valores da autopromoção relativamente às mulheres.

E como explicar as diferenças entre países?

- É possível avançar com uma hipótese explicativa, embora obviamente se trate de um tema a aprofundar. Note-se, por exemplo, que, com a exceção da Espanha, os países onde mulheres e homens mais fortemente rejeitam estes valores materialistas são também aqueles onde tendem a existir formas mais avançadas, desenvolvidas e mais bem financiadas de Estado social, onde se verificam menores desigualdades onde o bem-estar não é pensado como uma responsabilidade individual, mas antes como um problema coletivo (Almeida, 2013) e onde ainda é maior a confiança social e a confiança política (Torres e Brites, 2006). Ou seja, onde os valores universalistas parecem ter tido efeito prático na vida das pessoas.
- É de sublinhar ainda que, ao contrário de uma visão predominante segundo a qual nas sociedades contemporâneas se valoriza mais o poder e o dinheiro, pelo menos no plano dos valores a esmagadora maioria dos europeus considera que são parecidos com pessoas que se assumem como benevolentes e universalistas.

Jovens mais abertos à mudança: eles mais do que elas

É em torno do conservadorismo que a diferença entre mais jovens e mais velhos é mais expressiva.

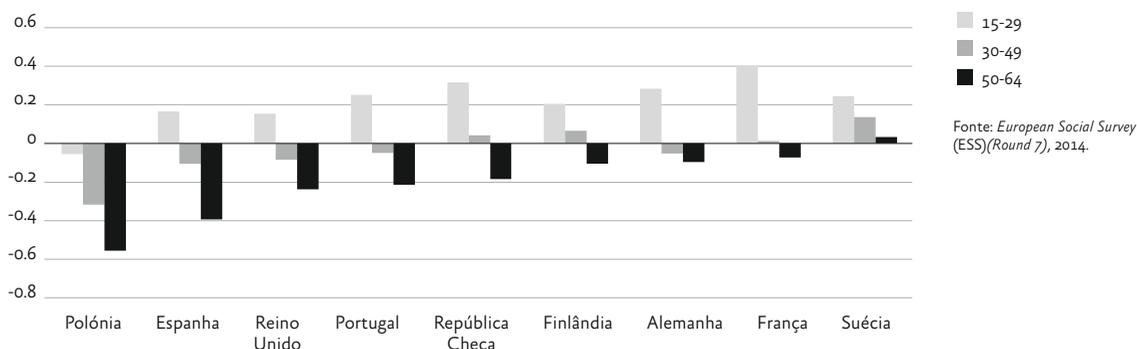
- Por um lado, os valores como a tradição, o conformismo com as regras e costumes, a segurança ou o bom comportamento, isto é, o conservadorismo, são globalmente rejeitados pelos jovens e pelas jovens na Europa (exceção para as mulheres na Polónia) (Figura 7.3)
- Em contraponto, as pessoas na fase tardia da vida ativa não só não rejeitam estes valores como aderem às ideias da conservação.

- A Suécia é o único país analisado em que mulheres e homens em todas as idades da vida rejeitam o conservadorismo, embora, a intensidade dessa rejeição diminua à medida que as pessoas envelhecem.

E no caso de Portugal?

- As mulheres jovens e na *rush hour of life* rejeitam mais fortemente os valores associados à conservação do que os homens nas mesmas fases da vida.
- No caso das mulheres jovens portuguesas assinala-se que o nível de rejeição dos valores da conservação é o mais elevado dos países em análise.
- Inversamente ao que sucede com as duas fases da vida mais jovens, as mulheres mais velhas aderem mais ao conservadorismo do que os homens na fase tardia da vida ativa.
- Ou seja, o caso português parece revelar uma polarização geracional das mulheres: as mais novas e mais integradas economicamente, apresentam-se fortemente alinhadas ao não conservadorismo; as mais velhas e menos integradas no mercado de trabalho aderem a valores alinhados com a conservação e a tradição.

Figura 7.3 Abertura à mudança por idade e país (homens), 2014



- A tendência europeia e portuguesa para a menor adesão dos jovens a valores associados ao conservadorismo é acompanhada pelo seu maior centramento em torno da abertura à mudança.
- Os e as jovens em Portugal e na Europa valorizam mais do que as pessoas na *rush hour of life* ou na fase tardia da vida ativa a importância de ser criativa/o, de experimentar coisas novas, procurar a aventura, a diversão e o prazer. A exceção a este padrão europeu é o caso dos e das jovens na Polónia que rejeitam os valores em torno da abertura à mudança, apesar de essa rejeição ser menos forte do que a registada entre as pessoas nas outras fases da vida (Figura 7.3).

- Por seu turno, verifica-se que em grande parte dos países analisados as pessoas nas duas fases da vida mais avançadas rejeitam frequentemente estes valores. A exceção centra-se no caso dos homens na *rush hour of life* na República Checa, Finlândia e sobretudo, na Suécia (onde também se regista uma ligeira adesão das mulheres nesta fase da vida aos valores da abertura à mudança).
- De forma transversal aos países analisados, observa-se que os homens jovens apresentam uma adesão mais vincada aos valores em torno da abertura à mudança do que as mulheres. Assinale-se, contudo, as exceções de Portugal, onde o nível de adesão de mulheres e de homens é igual; e da Finlândia, onde as mulheres estão mais vinculadas à abertura à mudança do que os homens (Figura 7.4).

Figura 7.4 Abertura à mudança por idade e país (mulheres), 2014

15-29
30-49
50-64

Fonte: European Social Survey (ESS) (Round 7), 2014.



Analisando os valores específicos que definem o posicionamento ideológico de mulheres e homens face à família, pode dizer-se que:

- Mulheres e homens, independentemente da fase da vida em que se encontrem, atribuem um elevado nível de concordância à expressão “os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos”. Numa escala de zero a cinco atribuem valores médios no mínimo em torno de quatro (Figura 7.4 e 7.6).
- Também se verifica que as mulheres tendem a expressar uma posição mais exigente relativamente ao aprofundamento da igualdade entre mulheres e homens quanto ao desempenho das responsabilidades com a casa e com os cuidados à família. Observa-se que, em todos países europeus agora em análise, as mulheres apresentam valores médios de concordância mais elevados do que os homens, independentemente da fase da vida em questão.

Figura 7.5 Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e idade (homens) (médias)

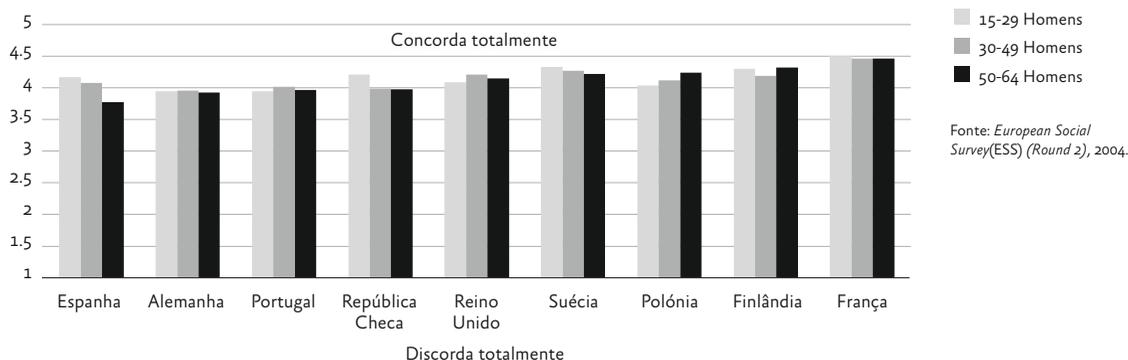
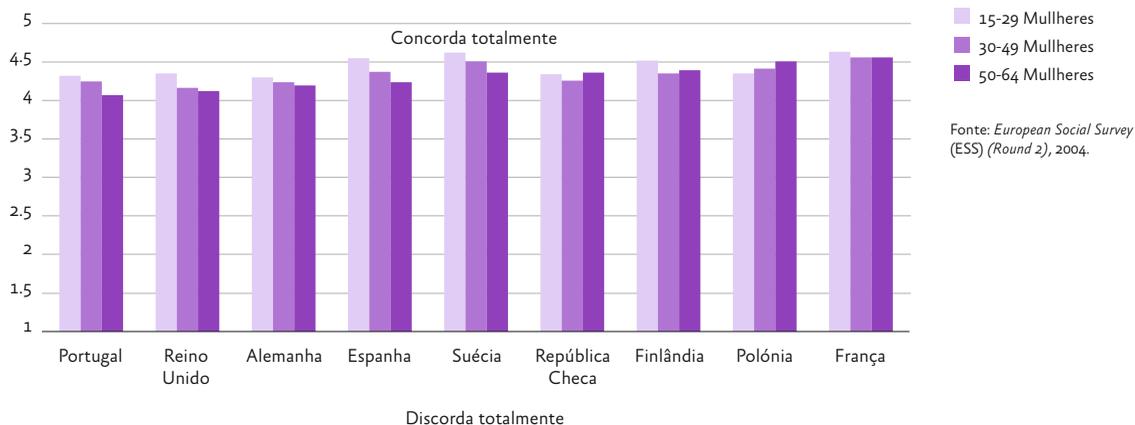


Figura 7.6 Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e idade (mulheres) (médias)



- Em contraponto com este posicionamento igualitário, as mulheres e os homens em Portugal e nos países europeus agora analisados assumem uma posição ambígua: não concordam, nem discordam da ideia de que “uma mulher deve estar preparada para reduzir o seu trabalho pago para o bem da sua família”.
- Só nos países nórdicos (Suécia e Finlândia) os homens e as mulheres em qualquer fase da vida rejeitam esta ideia, aproximando-se da discordância com valores por volta de 2 numa escala de 1 a 5 em que 1 representa a discordância total (Torres *et al.*, 2012; Torres *et al.*, 2013) (Figura 7.7 e 7.8). Nestes países, onde as políticas de igualdade de género se encontram mais desenvolvidas e têm já uma longa tradição, as mulheres e os homens em todas as fases e idades da vida rejeitam o sacrifício profissional das mulheres em função da família.

E no caso de Portugal?

- Em Portugal, o nível de rejeição da ideia, quer entre os homens, quer entre as mulheres, vai diminuindo à medida que deslocamos a análise para os grupos etários mais velhos. Isto é, os homens e as mulheres mais jovens em Portugal estão mais próximos da rejeição da ideia, por seu turno, os mais velhos assumem uma posição mais ambígua. Este resultado parece estar em linha com o observado relativamente ao aumento progressivo da adesão das mulheres e homens portuguesas a valores associados ao conservadorismo, isto é, à identificação crescente com a tradição, o conformismo com as regras e costumes, a segurança ou o bom comportamento, à medida que se avança na idade.

Figura 7.7 Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e idade (homens) (média)

■ 15-29 Homens
■ 30-49 Homens
■ 50-64 Homens

Fonte: *European Social Survey (ESS) (Round 5)*, 2010.

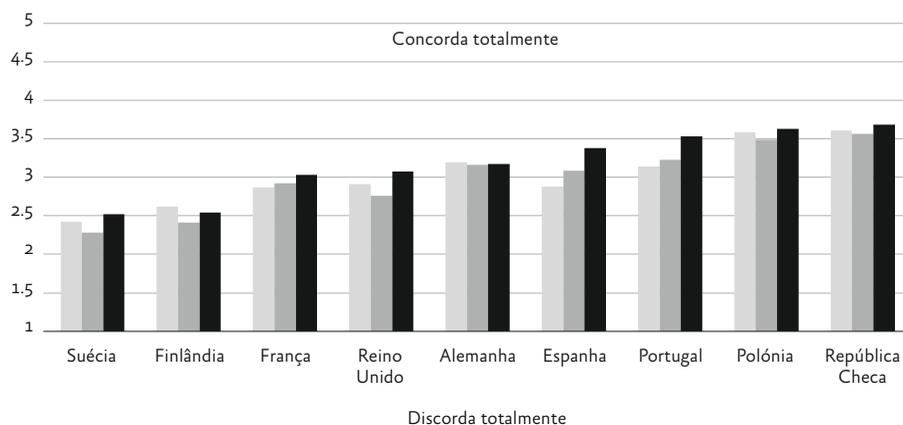
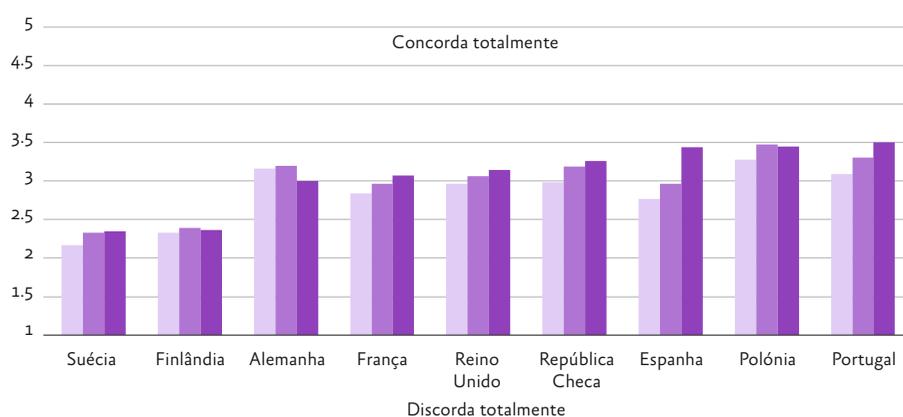


Figura 7.8 Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e idade (mulheres) (média)

■ 15-29 Mulheres
■ 30-49 Mulheres
■ 50-64 Mulheres

Fonte: *European Social Survey (ESS) (Round 5)*, 2010.



Homens não devem ter prioridade sobre as mulheres mesmo quando há desemprego elevado

- Perante a questão “Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres”, em média, na maioria dos países europeus mulheres e homens, independentemente da idade, rejeitam esta ideia (Figura 7.9 e 7.10).
- Nota-se, contudo, que as mulheres de forma transversal a todos os países e a todas as idades rejeitam mais fortemente esta ideia do que os homens.
- Por seu turno, observa-se que os homens em todos os países rejeitam sempre menos esta ideia do que as mulheres, sendo particularmente relevante os casos da República Checa e da Polónia onde o posicionamento dos homens mais velhos ultrapassa o ponto médio da escala (Figura 7.9).

E o caso de Portugal?

- Portugal segue a tendência geral dos países analisados.
- As mulheres assumem posições de mais clara rejeição do que os homens em todas as idades da vida. Todavia, devemos notar que é em Portugal (e em França) que se regista a mais clara relação entre a rejeição desta ideia e a idade das mulheres e dos homens: quanto mais velhos/as os homens e as mulheres, menos rejeitam a ideia da prioridade dos homens no mercado de trabalho em cenário de crise de emprego.

Figura 7.9 Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e idade (homens) (média)

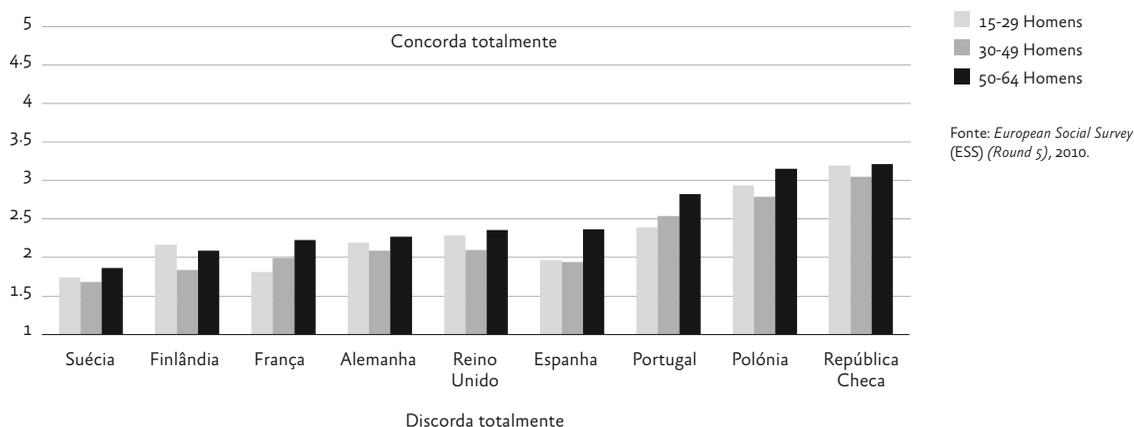
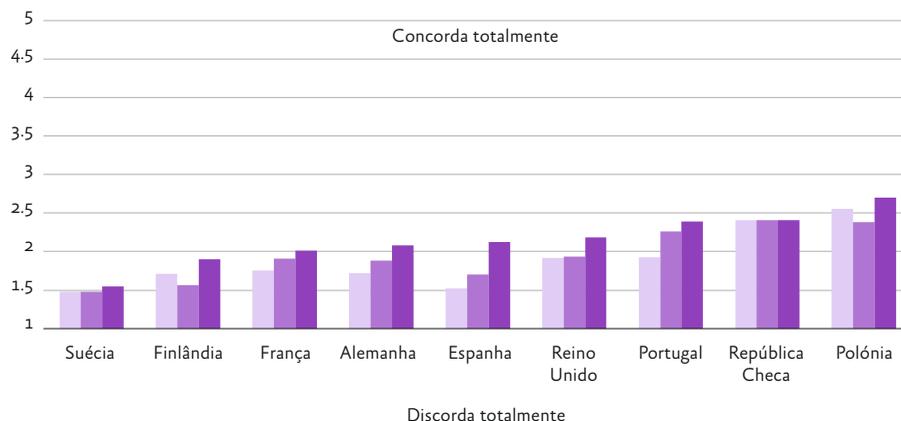


Figura 7.10 Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e idade (mulheres) (média)

15-29 Mulheres
30-49 Mulheres
50-64 Mulheres

Fonte: *European Social Survey (ESS) (Round 5)*, 2010.



Em síntese, no plano dos valores:

- Mulheres e homens europeus assumem-se, no plano dos valores, como mais próximos do universalismo e da benevolência do que dos valores materiais e associados ao poder. Em Portugal, apesar de a maioria assumir a tendência para a rejeição dos valores materiais e valorizar as dimensões mais autotranscendentes, o país está entre os que aderem menos a esses valores.
- As pessoas mais velhas e as mulheres aproximam-se, mais do que os homens e as pessoas mais jovens, de valores em torno da benevolência e universalismo e afastam-se também mais dos valores materiais e associados ao poder.
- Os jovens são mais abertos à mudança do que as pessoas em fases mais avançadas da vida, e os homens aderem menos a valores associados ao conservadorismo do que as mulheres.
- Em todos os países, mulheres e homens consideram que é fundamental que os homens tenham tantas responsabilidades como as mulheres na vida familiar e doméstica, mas elas aderem a esta ideia ainda mais do que eles.
- A ideia segundo a qual as mulheres devem estar preparadas para sacrificar o seu trabalho profissional em função da família só é claramente rejeitada nos países nórdicos, suscitando ambiguidade na maioria dos outros países. Mas já a ideia de que os homens devem ter prioridade relativamente às mulheres quando há desemprego é rejeitada em muitos países, incluindo Portugal.
- Relativamente a estas duas ideias as mulheres rejeitam-nas sempre mais intensamente do que os homens.

Capítulo 8

Perfis de homens europeus e mulheres europeias: Género, trabalho e condições de vida

Será possível identificar perfis de países, e de mulheres e homens, considerando um conjunto de indicadores que refletem, de forma genérica, as suas condições de vida? E como se situa Portugal no espaço europeu? Como se distribuem homens e mulheres por classes sociais nos diferentes países?

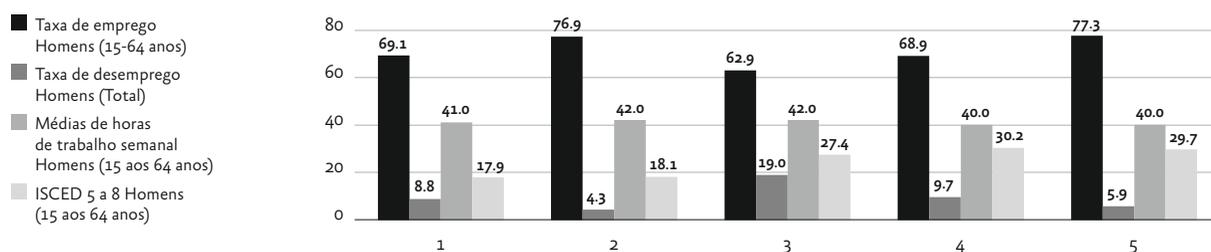
Para identificar perfis de homens e mulheres dos 15 aos 64 anos de idade e compreender como portugueses e portuguesas se posicionam no contexto europeu, elaborou-se uma análise de *clusters*, selecionando as seguintes variáveis: taxa de emprego, taxa de desemprego, média de horas de trabalho semanal e proporção de pessoas com ensino superior (ISCED 5 a 8).

- Numa primeira abordagem foi possível concluir que as portuguesas e os portugueses estão ainda muito afastadas/os da realidade vivida pelas mulheres e homens nos países do norte da Europa – países onde elas e eles apresentam menores taxas de desemprego e maior número de pessoas com o ensino superior.
- Mas quando se compararam portugueses e portuguesas com cidadãos/ãos de outros países do sul ou do leste da Europa, foi necessário estabelecer uma distinção por sexo, já que a análise de *clusters* revelou associações de países diferentes para eles e para elas.

8.1 Homens portugueses: os menos escolarizados

- Em Portugal, os homens tendem a equiparar-se aos homens da Itália, Bulgária, Letónia, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia. Isto é, fazem parte do grupo com a menor proporção de homens com o ensino superior. Para além disso, os homens portugueses apresentam, no contexto europeu, posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego e de desemprego e às médias de horas de trabalho (*cluster 1*) (Figura 8.1).

Figura 8.1 Perfis de países (2014 e 2015) (Homens) (%)



Fonte: Eurostat e OCDE, cálculos próprios.

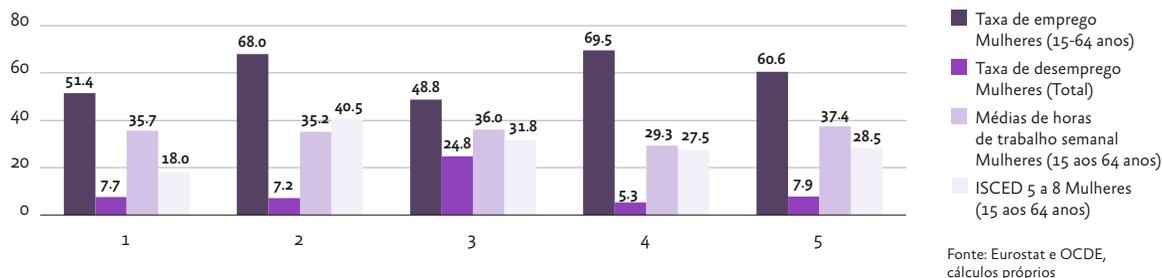
- Os homens portugueses afastam-se do grupo constituído pelos homens de Malta, República Checa e Hungria (*cluster 2*).
 - Estes europeus são caracterizados pela maior taxa de emprego, maior média de horas semanais de trabalho, menor taxa de desemprego e das menores proporções de homens com o ensino superior.
- Os homens portugueses também se separam dos homens gregos e espanhóis (*cluster 3*).
 - Os homens da Grécia e de Espanha definem-se pela maior taxa de desemprego e a menor taxa de emprego no contexto europeu, a maior média de horas semanais de trabalho e uma posição intermédia relativamente à proporção de homens licenciados, mestres ou doutorados.
- Os homens portugueses também se separam do grupo formado pelos homens da Irlanda, Chipre, Lituânia, Finlândia e alguns países continentais (Bélgica e França) (*cluster 4*).
 - Estes europeus têm a maior proporção de homens com o ensino superior, a menor média de horas semanais de trabalho, a segunda maior taxa de desemprego e a segunda menor taxa de emprego.
- Por fim, os homens portugueses também se diferenciam dos homens dos países nórdicos (Noruega, Suécia e Dinamarca), Reino Unido, Estónia e os restantes países continentais (Alemanha, Holanda e Áustria) (*cluster 5*).
 - Estes homens registam a maior taxa de emprego, a menor média de horas semanais de trabalho, a segunda maior proporção de homens licenciados, mestres ou doutorados e a segunda menor taxa de desemprego.

8.2 Mulheres portuguesas: as que mais horas trabalham

- As mulheres portuguesas estão mais próximas das mulheres de alguns países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) (*cluster 5*) e de alguns países continentais (Bélgica e França). Isto é, as portuguesas registam maior média de horas semanais de trabalho e posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego,

taxa de desemprego e proporção de mulheres com o ensino superior (Figura 8.2). A proximidade das portuguesas com as mulheres de leste deve-se às médias de horas de trabalho semanal e à taxa de emprego, e com as mulheres francesas às taxas de emprego e desemprego.

Figura 8.2 Perfis de países (2014 e 2015) (Mulheres) (%)



- As mulheres portuguesas estão distantes das mulheres de Itália, Malta e Roménia (*cluster 1*).
 - Estas mulheres apresentam a menor proporção de mulheres licenciadas, mestres e doutoradas e taxas de emprego, desemprego e médias de horas semanais de trabalho intermédias.
- As mulheres portuguesas diferenciam-se também do grupo constituído pelas mulheres dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), países liberais (Reino Unido e Irlanda), alguns países de leste (Estónia, Letónia e Lituânia) e Chipre (*cluster 2*).
 - Estas europeias caracterizam-se pela maior proporção de mulheres com o ensino superior, a segunda maior taxa de emprego, e a segunda menor taxa de desemprego e média de horas semanais de trabalho intermédias.
- As mulheres portuguesas afastam-se do grupo formado pelas mulheres da Grécia e de Espanha (*cluster 3*).
 - As gregas e espanholas definem-se, tal como já havia sido referido para os homens gregos e espanhóis, pela maior taxa de desemprego. Para além disso, registam também a menor taxa de emprego, a segunda maior proporção de mulheres com o ensino superior e das maiores médias de horas semanais de trabalho.
- Por fim, as mulheres portuguesas distanciam-se das mulheres da Alemanha, Holanda e Áustria (*cluster 4*).
 - As alemãs, holandesas e austríacas apresentam a menor média de horas semanais de trabalho, a maior taxa de emprego e a menor taxa de desemprego, para além da segunda menor proporção de mulheres licenciadas, mestres ou doutoradas.

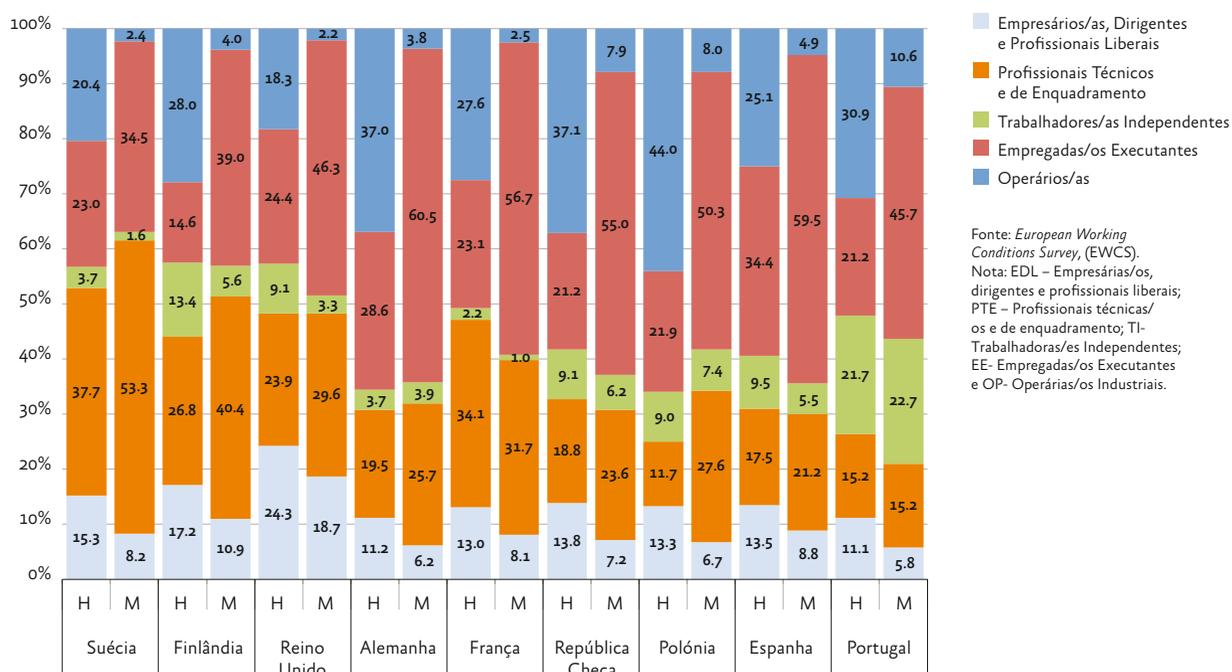
Que relações se estabelecem entre género e classes sociais em Portugal e nos países europeus?

A partir dos dados do *European Working Conditions Survey*, EWCS, inquérito europeu que recolhe informação sobre a população ativa nos diversos países, foi possível identificar algumas tendências centrais na distribuição por classe social de homens e de mulheres na população ativa (Figura 8.3).

- Em primeiro lugar, olhando para as categorias com mais capitais económicos e escolares, conclui-se que, em quase todos os países, as mulheres estão mais representadas do que os homens no grupo de Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), com exceção de França onde se encontram 34,1% de homens e 31,7% de mulheres nessa categoria e de Portugal onde não se evidenciam diferenças de género, pois ambos se situam nos 15,2%.
- Na categoria Empresárias/os, dirigentes e profissionais liberais (EDL), a proporção de homens ultrapassa a de mulheres em todos os países analisados. Esta diferença indicia a conhecida segregação vertical, a desigualdade de acesso das mulheres aos lugares de poder e de direção. Portugal surge como o país que apresenta menos homens neste grupo (11,1%), seguido de perto pela Alemanha (11,2%). No entanto, entre os países analisados, Portugal é aquele que apresenta o menor número de mulheres na categoria EDL, com apenas 5,8%.
- Ao comparar mulheres e homens nas categorias com menos recursos, conclui-se que elas estão, em todos os países analisados, mais representadas na categoria de Empregados/as executantes (EE) e eles na de Operários/as (OP).
- A categoria de Empregados/as executantes corresponde ao sector dos serviços que emprega principalmente mulheres, seja nas posições mais operacionais, como os serviços de limpeza, seja nas posições que exigem qualificações técnicas básicas, como os serviços de escritório. Portugal apresenta 45,7% de mulheres e 21,2% de homens nesta categoria.
- Olhando agora para os/as Operários/as (OP), categoria que abrange as posições que recorrem a trabalhos manuais, como a produção fabril ou a construção civil, Portugal apresenta 30,9% de homens mas, ainda assim, o número mais expressivo de mulheres entre os países nesta categoria – 10,6%. Já a Polónia apresenta o número mais expressivo de homens (44%) na OP.
- Portugal destaca-se por possuir o maior número de homens e mulheres na categoria Trabalhador/a independente (TI), respetivamente, 21,7% e 22,7%. Poderão estar incluídas nesta categoria situações de trabalho

atípico como recibos verdes e *freelancers* em diversas atividades técnicas e científicas que, apesar de apresentarem elevadas qualificações académicas, pelas lógicas atuais do mercado de trabalho veem-se compelidas/ os a desenvolver a sua atividade profissional no regime de trabalhadores/ as independentes.

Figura 8.3 Classes sociais nos países selecionados, dos 15 aos 65 anos, por sexo, 2015 (%)



Analisando agora as diferenças de género nas classes sociais, em Portugal, ao longo das idades da vida (Figura 8.4) verifica-se que:

- Há sempre mais homens do que mulheres na categoria EDL. Mais ainda, a proporção de homens aumenta gradualmente com a idade (de 2,4% no grupo dos 15 aos 29 anos para 12,6% no grupo dos 50 aos 64 anos), ao passo que a das mulheres sobe na passagem da juventude para a *rush hour of life* (de 1,6% para 7,1%) mas volta a descer na fase tardia (para 5,8%). Portugal é, assim, no contexto dos países analisados, aquele que apresenta menor proporção de mulheres entre as/os EDLs no grupo dos 50 aos 64 anos (para uma análise mais detalhada, ver *booklet* sobre a fase tardia da vida ativa).
- Ao longo das três fases da vida ativa, as mulheres portuguesas tendem a concentrar-se na categoria de Empregadas executantes, com valores que ultrapassam os 50% nas fases da juventude e da *rush hour of life*, e que apenas descem ligeiramente na fase tardia (para cerca de 47%). Este

resultado diverge do verificado em países como a Suécia e a Finlândia, onde se reduz substancialmente a proporção de mulheres EE na passagem da idade da juventude para a *rush hour of life*, reforçando-se em contraste a presença feminina nas categorias de PTEs e EDLs (para uma análise mais detalhada, ver *booklets* sobre infância e juventude, *rush hour of life* e fase tardia da vida ativa).

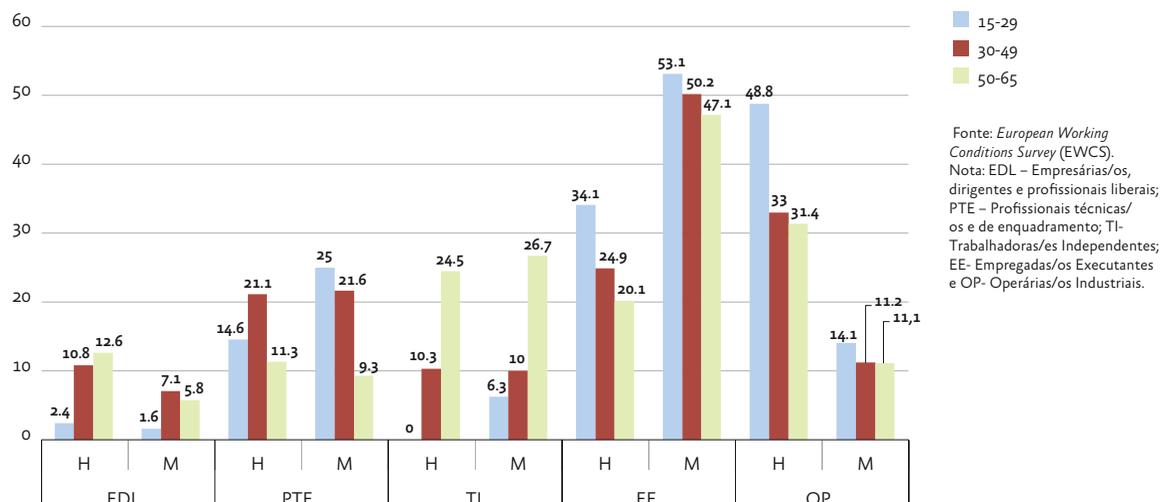
- Já nos homens, a tendência observada em Portugal no início da vida ativa para uma prevalência na categoria dos Operários esbate-se à medida que avança a idade, traduzindo uma redução de mais de 15 p.p. de homens nesta categoria (passando de quase 49% na juventude, para apenas 31,4% na fase tardia), tendência inversa à registada na categoria EDL, onde se observa um crescimento de 10 p.p. nos homens. Países como a Polónia, a República Checa e a Alemanha, embora registando também algum decréscimo à medida que avança a idade, mantêm níveis elevados de OPs entre os trabalhadores mais velhos (dos 50aos 64 anos), que se situam próximos ou acima dos 35% (ver *booklets* sobre infância e juventude, *rush hour of life* e fase tardia).

- Na categoria de Profissionais técnicos/as e de enquadramento há uma presença mais expressiva de jovens mulheres do que de homens (25% para 14,6%), refletindo o conhecido fenómeno do maior sucesso escolar feminino nas gerações recentes. Este valor contrasta com os 9% de mulheres com idades entre os 50 e os 64 anos na mesma categoria, proporção que é aí inferior à dos homens (11,3%). Dos países analisados, França é o único onde também se encontram mais homens do que mulheres na fase tardia entre as e os PTEs, mas ainda assim quase um terço (31%) das mulheres francesas ocupam esta categoria no referido grupo etário (ver *booklet* sobre a fase tardia da vida ativa).

- Finalmente, nos/as Trabalhadoras/es independentes, a reduzida ou nula proporção de jovens observada em Portugal poderá traduzir o fenómeno dos "falsos recibos verdes" levando a que jovens mulheres, e sobretudo homens, que se encontrem nesta situação não se identifiquem com a categoria de "trabalhadores por conta própria". Por outro lado, em Portugal, regista-se nesta categoria um elevado número de pessoas na fase tardia (24,5% de homens e 26,7% de mulheres), provavelmente em resultado de processos de reforma antecipada ou despedimento no contexto da crise financeira, que se acumulam com o desenvolvimento de trabalho pago em regime independente. Este dado contrasta fortemente com a realidade observada nos restantes países analisados (ver análise mais aprofundada no *booklet* sobre a fase tardia da vida ativa) onde à exceção da Finlândia e

do Reino Unido, e apenas para os homens nestes dois casos, a proporção de TIs no grupo dos 50 aos 64 anos não ultrapassa os 12%.

Figura 8.4 Classes sociais por sexo e grupos etários, em Portugal, 2015 (%)



Vendo agora os resultados relativamente à mobilidade social, tal como constatado no que concerne aos percursos de mobilidade educacional da população portuguesa, os percursos de mobilidade e reprodução social da sociedade portuguesa são marcados pelas dificuldades financeiras da população mais velha, aumentando não só os valores para os percursos de reprodução social de nível baixo (pessoas oriundas de agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras e que, no presente, continuam com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras) (o mais elevado dos países em análise), mas principalmente dando origem a uma larga proporção de mulheres e homens com percursos de mobilidade ascendente (pessoas oriundas de agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras, mas que, na atualidade, conseguem fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente) (45,4% e 44,6%, respetivamente) (também o valor mais elevado) (Quadro 8.1).

Quadro 8.1 Perfis de mobilidade social, por país e sexo, 2011 (%)⁶

⁶ **Legenda:** *Reprodução baixa:*

De agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares que continuam com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos); *Mobilidade ascendente:* De agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares que conseguem fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos); *Mobilidade descendente:*

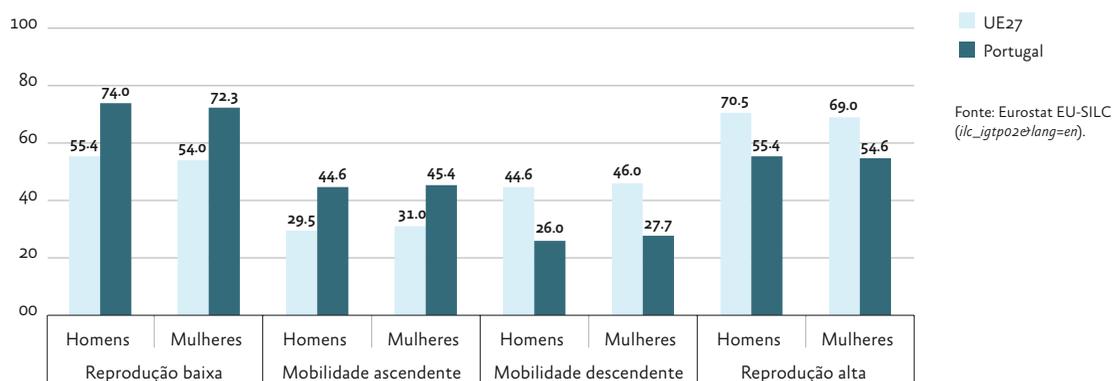
De agregados familiares que conseguem fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos); *Reprodução alta:* De agregados familiares que conseguem fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares que continuam a conseguir fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos).

	2011							
	Pessoas com grandes dificuldades, algumas dificuldades ou dificuldades financeiras				Pessoas que conseguem fazer face às despesas bastante facilmente, muito facilmente ou facilmente			
	Reprodução baixa		Mobilidade descendente		Mobilidade ascendente		Reprodução alta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE27	55,4	54	44,6	46	29,5	31	70,5	69
Rep. Checa	55,2	54,7	44,8	45,3	36,1	40	63,9	60
Alemanha	36,7	39,5	63,3	60,5	22,1	23,8	77,9	76,2
Espanha	53,3	52,2	46,7	47,8	27,6	28,2	72,4	71,8
França	45,2	45,7	54,8	54,3	31,8	33,9	68,2	66,1
Polónia	63,6	61,2	36,4	38,8	39,8	40,9	60,2	59,1
Portugal	74,0	72,3	26,0	27,7	44,6	45,4	55,4	54,6
Finlândia	49,9	46,1	50,1	53,9	29,9	31	70,1	69
Suécia	50,4	42,3	49,6	57,7	31,7	34,4	68,3	65,6
Reino Unido	55,3	51,4	44,7	48,6	35,9	36,3	64,1	63,7

Este panorama demonstra a melhoria das condições de vida da população portuguesa como já se tinha notado relativamente aos níveis de escolaridade. Apesar de não serem visíveis significativas diferenças de sexo, os homens têm valores um pouco superiores nos percursos de reprodução baixa (74,0% e 72,3%, respetivamente) e as mulheres nos percursos de mobilidade social (45,4% e 44,6%) (Figura 8.5). A tendência para uma ligeira feminização da mobilidade social é confirmada pelos resultados do recente estudo de Teresa Bago d’Uva e Marli Fernandes (2017) e de Anália Torres *et al.* (2015).

Fonte: Eurostat EU-SILC
(*ilc_igt202e?lang=en*).

Figura 8.5 Perfis de mobilidade social, por sexo (UE 27 e Portugal), 2011 (%)



Em síntese, a análise de *clusters* revelou associações de países diferentes para homens e mulheres. No contexto da Europa, os homens portugueses (dos 15 aos 65 anos) estão, com os italianos, búlgaros, letões, polacos, eslovenos e eslovacos, no grupo dos menos escolarizados, apresentando posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego e de desemprego e às médias de horas de trabalho. Já as mulheres portuguesas estão mais próximas das mulheres de alguns países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) e alguns países continentais (Bélgica e França), registando maior média de horas semanais de trabalho e posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego, taxa de desemprego e proporção de mulheres com o ensino superior.

Já no que diz respeito à análise de classes sociais conclui-se que, em quase todos os países analisados, as mulheres estão mais representadas do que os homens no grupo de Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), mas Portugal é aqui uma exceção por não se evidenciarem diferenças de género nesta categoria. A análise revela ainda a conhecida segregação vertical com a proporção de homens a ultrapassar a de mulheres em todos os países analisados na categoria de EDLs. Mais ainda, a proporção de homens nesta categoria tende a aumentar gradualmente com a idade. Ao longo das três fases da vida ativa, as mulheres portuguesas tendem a concentrar-se na categoria de Empregadas executantes, resultado que diverge do verificado em países como a Suécia e a Finlândia, onde se reduz substancialmente a proporção de mulheres EE na passagem da idade da juventude para a *rush hour of life*, reforçando-se em contraste a presença feminina nas categorias de PTEs e EDLs. No entanto, Portugal regista na categoria de Profissionais técnicos/as e de enquadramento uma presença mais expressiva de jovens mulheres do que de jovens homens, refletindo assim o conhecido fenómeno do maior sucesso escolar feminino nas gerações mais novas.

Este maior sucesso escolar das mulheres em Portugal, mola impulsora da mobilidade educacional ascendente, reflete-se na mobilidade social ascendente feminina ligeiramente superior à masculina. Portugal é o país, dos países europeus em análise, com percursos de reprodução social de nível baixo e de mobilidade social ascendente mais elevados, resultado de uma sociedade marcada por dificuldades financeiras da população mais velha.

Ideias síntese

Em síntese, é possível agora sistematizar algumas tendências:

- 1) No domínio da educação na juventude, entre os 15 e os 29 anos, as mulheres em Portugal e na Europa matriculam-se e concluem mais o ensino superior. Este investimento na escolaridade favorece o emprego, quer em Portugal, quer na UE 27, e constitui fator protetor contra o desemprego. No plano da educação importa ainda salientar como tendência relevante o grande salto dado em Portugal, sobretudo pela geração mais jovem: de 2000 para 2016 verificou-se uma diminuição acentuada dos jovens que apenas atingem o ensino básico.
- 2) No domínio do trabalho, a taxa de emprego é ligeiramente mais elevada entre os homens do que entre as mulheres, em Portugal e também na maioria dos países europeus. As mulheres e os homens jovens em Portugal apresentam proporções de contratação não permanente mais elevadas e são dos mais mal pagos no contexto europeu, ganhando cerca de metade do salário médio/hora na União Europeia a 27 Estados-membros.

Na *rush hour of life*, idade da vida da forte participação de homens e mulheres no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, do grande investimento na família e na parentalidade, verifica-se no domínio do trabalho grande mobilização de tempo para o trabalho pago, quer por homens, quer por mulheres, mas revela-se também a sobrecarga das mulheres com cuidados à casa e à família. Nesta idade da vida mantêm-se no domínio do trabalho as desvantagens para as mulheres mapeadas já na juventude: elas estão mais frequentemente em situação de contratação não permanente, com mais contratos a prazo ou temporários, têm salários baixos, com consequentes dificuldades de construção e progressão de uma carreira profissional.

Na fase tardia da vida ativa, a tendência é de descida, tanto em Portugal como na Europa, da participação no mercado de trabalho, quer de homens, quer de mulheres, sendo no entanto mais expressiva no caso delas. Em contrapartida, aumenta o número de pessoas que já estão reformadas (homens e mulheres), assinalando-se que no caso feminino, quase um quinto está principalmente dedicada às responsabilidades familiares nesta fase da vida. As desvantagens de género ocorrem por diferentes vias – salários mais baixos, carreiras contributivas interrompidas mais precocemente, entre outras razões

por responsabilidades familiares – aprofundando a desigualdade de género e acentuando as desvantagens para as mulheres.

3) No domínio da família e das condições de vida, na juventude, quer em Portugal, quer na Europa, as jovens mulheres autonomizam-se mais cedo do que os homens saindo de casa da família de origem, entrando na conjugalidade na maior parte das situações. Mas em Portugal, nos países do sul e de leste, as e os jovens saem mais tarde de casa dos pais. Como hipótese explicativa para esta diferença surge, no entanto, uma forte correlação entre o baixo rendimento das famílias e a permanência em casa dos pais, a que se pode associar os baixos salários dos jovens.

A conjugalidade é predominante na *rush hour of life*, mantendo-se na fase tardia da vida ativa, quer na Europa, quer em Portugal. As famílias incluem os/as filhos/as, sendo de assinalar que quase metade das mulheres tem filhos, apesar da tendência para aumentar a proporção de mulheres sem filhos, mais notória em termos médios na Europa do que em Portugal. Este facto pode estar relacionado com a média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, com tendência para aumentar.

Na fase tardia da vida ativa, esta presença no mercado de trabalho não é tão forte verificando-se uma menor taxa de emprego, quer para eles, quer para elas. Também no domínio familiar, esta idade da vida é marcada pela tendência para agregados familiares sem filhos e/ou filhas dependentes, o que não significa que o apoio direto ou indireto a descendentes ou ascendentes não se mantenha. A saída das mulheres do mercado de trabalho pode também estar relacionada com o aumento do risco de pobreza nesta fase da vida, mais penalizadora para elas, agravando desigualdades sociais por via da desigualdade de género.

4) Analisando os determinantes do rendimento através de uma análise de regressão simples, foi possível concluir que há dois determinantes fundamentais. Em primeiro lugar, de forma genérica para o conjunto dos países europeus analisados e para todas as idades da vida, ser-se mulher interfere negativamente no rendimento mensal. Em segundo lugar, regista-se o efeito positivo da escolaridade na determinação do rendimento. Isto é, para todas as idades analisadas quanto mais elevado o nível de escolaridade concluído maior o rendimento das mulheres e dos homens.

5) No domínio da articulação trabalho-família, verifica-se que a grande maioria dos casais na UE 27 segue o modelo dos dois membros do casal a trabalhar a tempo inteiro, à exceção de três países onde o modelo homem a tempo inteiro e mulher a tempo parcial é dominante. De assinalar que o modelo do homem como único provedor da família não é dominante em nenhum país, tendo apenas alguma expressão na Itália, Malta, Grécia e Roménia.

Importa salientar que logo desde a juventude se verifica forte assimetria e feminização do trabalho não pago, com sobrecarga das mulheres, em Portugal e na Europa. Com efeito, entre os 15 e os 29 anos de idade as mulheres dedicam por semana quase o dobro das horas dos homens, quer a cuidar da casa, quer a cuidar da família (elas 32 horas na casa e na família e eles 17 horas).

Na *rush hour of life* esta tendência mantém-se, com persistência da sobrecarga das mulheres, em Portugal e na Europa, relativamente ao trabalho não pago. Também as mulheres entre os 30 e os 49 anos de idade dedicam quase o dobro das horas dos homens, quer a cuidar da casa, quer a cuidar da família.

Na fase tardia da vida ativa, a pressão para sair do mercado de trabalho por exigências familiares, não será sentida por todas as mulheres da mesma forma, já que a taxa de emprego nesta fase é mais elevada para as mulheres com nível de ensino superior, caracterizadas por situações socioprofissionais que podem corresponder a salários mais elevados e à externalização da prestação de cuidados.

6) No domínio da violência, os homens jovens, em Portugal e na Europa, têm mais comportamentos de risco e exercem mais a violência do que as mulheres jovens. Importante é também salientar que as principais causas de morte neste grupo jovem revelam um claro efeito de género. Na verdade, é aos 25 anos, que passa a haver mais raparigas do que rapazes, invertendo a tendência demográfica que existia desde o nascimento. O facto de as causas de morte dos homens neste grupo serem principalmente causas externas (acidentes, quedas, agressões, suicídio, envenenamento, afogamento) pode indiciar tendências para a exposição ao risco e à violência que estão fortemente associadas a uma visão da masculinidade como forma de afirmação de poder e dominação.

Na *rush hour of life* a autoria de crime é também principalmente masculina, mas é igualmente masculina a vitimização por homicídio. Quanto às causas de morte dos homens tendem a aumentar nesta fase da vida as que decorrem da doença, mas ainda são superiores às das mulheres as causas externas. Também se mantém a tendência da idade da vida anterior em relação ao suicídio pois entre os 30 e os 49 anos, a taxa de suicídio é mais elevada nos homens. Nesta fase a violência de género assume também maior expressão, definindo uma tendência para os homens usarem violência contra as mulheres nas relações de intimidade (violência doméstica).

Na fase tardia da vida ativa aumentam muito as mortes por doença e diminuem de forma acentuada as devidas a causas externas. As mulheres, pela familiaridade com a esfera do cuidar, recorrem mais aos médicos, mas têm mais doenças crónicas e/ou psiquiátricas diagnosticadas; os homens, obedecendo a um modelo de masculinidade que lhes dificulta a revelação de fragilidades, procuram menos os cuidados médicos.

7) No domínio dos valores em todas as idades se defendem mais valores universalistas e se rejeitam os valores mais materialistas. No entanto, as pessoas jovens, em Portugal e na Europa, defendem menos os valores universalistas do que as pessoas mais velhas, embora as mulheres jovens tendam a defendê-los menos do que os mais velhos, mais do que homens jovens; também as pessoas jovens são mais abertas à mudança, e eles mais do que elas.

Mulheres e homens entre os 30 e os 49 anos de idade, na União Europeia, apontam a família como a principal prioridade da vida. Homens e mulheres também se aproximam na interpretação de que os homens devem ter responsabilidades iguais às mulheres nos cuidados às crianças e na vida doméstica. Também a maioria da população europeia considera que, mesmo em situação de crise e desemprego, as mulheres devem ter igualdade de acesso ao mercado de trabalho relativamente aos homens.

Na fase tardia da vida ativa, no plano dos valores mantém-se a tendência para homens e mulheres reconhecerem o direito das mulheres a acederem em pé de igualdade ao mercado de trabalho. Mas só os países nórdicos apresentam uma posição verdadeiramente igualitária. Considerando ainda as atitudes e valores nota-se na fase tardia da vida ativa, em relação à fase da vida anterior, uma ligeira tendência, em muitos países, para uma defesa menos acentuada das ideias igualitárias, o que pode também ser explicado por um efeito geracional.

8) A identificação de perfis de jovens homens e mulheres nos diferentes países da Europa conduziu a uma diferenciação interessante. Considerando diferentes variáveis – taxa de emprego, taxa de desemprego, média de horas de trabalho semanal e proporção de pessoas com ensino superior (ISCED 5 a 8), os homens em Portugal tendem a equiparar-se aos homens da Europa do sul e as mulheres às dos países de leste.

Quanto à *rush hour of life* as mulheres continuam a aproximar-se das mulheres de leste, o que pode ser explicado pela maior participação no mercado trabalho e elevadas médias de horas de trabalho pago. Quanto aos homens, eles tendem a aproximar-se dos homens dos países de leste, fundamentalmente pelos salários baixos, taxas de emprego relativamente altas e médias de horas de trabalho mais baixas.

Na fase tardia da vida ativa, os homens em Portugal tendem a equiparar-se aos homens da Europa do leste com baixas taxas de emprego, elevadas taxas de desemprego, os mais baixos salários e mais horas de trabalho (pago). As mulheres portuguesas também estão mais perto das mulheres do leste da Europa e mais distantes das do sul, com maiores taxas de emprego, a segunda maior taxa de desemprego, a maior média de horas de trabalho (pago) e o menor salário médio hora.

9) A análise das classes sociais em Portugal e nalguns países da Europa revela que na juventude as mulheres, mais escolarizadas, estão mais representadas nas categorias de Profissionais técnicas e de enquadramento, PTEs. Uma análise de género revela ainda a segregação vertical, com homens sempre mais nas categorias de Empresários, dirigentes e profissionais liberais, EDLs e com melhores salários, em Portugal e na Europa. As mulheres estão mais concentradas nas categoriais de Empregados executantes, EE e nas PTEs, como se referiu, mas as primeiras estão muito mais representadas do que as segundas, em especial em Portugal, enquanto eles estão mais repartidos por todas as categorias em muitos países da Europa.

Na *rush hour of life*, verifica-se maior simetria entre homens e mulheres nos PTEs em Portugal, pelo facto da proporção de mulheres descer um pouco. Quando se amplia o âmbito de análise a alguns países da Europa verifica-se que aumentam muito os homens EDLs em todos os países e há muitas mulheres PTEs. A tendência para segregação vertical na maioria dos países que já se definia na juventude mantém-se, com mais homens EDLs e com melhores salários; na mesma repartidos por todas as categorias e elas mais concentradas nas EE e PTEs.

Na fase tardia na distribuição por classes sociais mantém-se a segregação vertical, com os homens a ocuparem as classes de Empresários dirigentes e profissionais liberais e as mulheres mais representadas na categoria das Profissões técnicas e de enquadramento. No entanto, em Portugal, este grupo é muito reduzido, particularmente no caso das mulheres, apresentando um decréscimo relativamente às outras idades da vida.

Glossário

Classes sociais

Categoria social cujos membros, em virtude de serem portadores de tipos e volumes de recursos semelhantes, seja de propriedade económica, de qualificações escolares e profissionais, de poder ou de prestígio social, tendem a ter condições de existência também semelhantes e a desenvolver afinidades nas suas representações sociais e práticas, ou seja, naquilo que pensam e no que fazem. A pertença a uma determinada classe social tende a condicionar as possibilidades de mobilidade social de cada indivíduo ou família (Almeida, 1995).

Utilizamos este conceito com base na tipologia de classes de Almeida, Costa e Machado. Esta tipologia operacionaliza um indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base na profissão de cada indivíduo e na respetiva situação na profissão. A profissão do indivíduo é definida segundo a *International Standard Classification of Occupations* (ISCO). A tipologia identifica cinco categorias socioprofissionais, nomeadamente as/os dirigentes, empresárias/aos e profissionais liberais (EDL), as/os profissionais técnicas/os e de enquadramento (PTE), as/os trabalhadoras/es independentes (TI), as/os operárias/os (O) e as/os empregadas/os executantes (EE) (Costa, Machado e Almeida, 2007).

(Des)igualdades de género

Podemos conceptualizar de forma genérica as desigualdades como “diferenças de acesso e de distribuição de recursos valorizados como os económicos, por exemplo, mas também de outro tipo de bens e recursos como educação, cultura, poder, reconhecimento e prestígio” (Almeida, 2013: 25). Neste sentido, a igualdade de género teria tradução numa simetria entre homens, mulheres e pessoas de diversidades várias em razão da sua identidade de género ou orientação sexual, no acesso a recursos, poderes e direitos.

Quando falamos de desigualdade de género referimo-nos, pois, às desvantagens materiais e simbólicas que as mulheres experienciam relativamente aos homens (Connell, 1987). Estas são mais frequentes e mais expressivas embora desigualdades de género possam também, por vezes, criar desvantagens para

os homens (por exemplo, remetendo-os para profissões tendencialmente mais perigosas, incitando-os a adotar comportamentos desviantes e violentos e/ou afastando-os da esfera afetiva do cuidar) e para outras identidades de género que diferem da visão binária tradicional do masculino e do feminino.

Em resultado da pressão dos movimentos feministas e de outros grupos ligados a diversas identidades de género, a igualdade de género tem sido promovida no plano legislativo com mudanças expressivas ao nível nacional e transnacional. No entanto, inércias e resistências ainda se fazem sentir ao nível dos aplicadores e aplicadoras da lei, das normas sociais e das culturas organizacionais, das instituições nos seus modos de funcionar tradicionais, que tendem ou podem tender a adotar a retórica da igualdade sem que ela se traduza em qualquer mudança.

Idades da vida

Na delimitação empírica desta pesquisa utilizámos o conceito de *idades da vida* como conceito operatório, para equacionar a questão da igualdade de género e das discriminações de forma situada no tempo, identificando grandes grupos e momentos. A investigação tem demonstrado que género e idade moldam as interações, as perceções e as expectativas sociais; os papéis e as identidades, as relações de poder e as condições materiais de existência as oportunidades de escolarização e profissionais ou as condições de trabalho ou da vida depois do trabalho (Arber, Davidson e Ginn, 2003; Torres *et al.*, 2007; Venn, Davidson e Arber, 2011) de homens e mulheres.

O género é vivido de forma diferente em diferentes momentos da vida porque em cada idade os recursos, o poder, as relações sociais e as realidades vividas por rapazes e raparigas, homens e mulheres são também distintos. Através deste conceito procuramos perceber como se vive o género em função da idade da vida, tendo ainda em conta contextos sociais mais vastos e contextos de interação. Neste projeto considerámos as seguintes idades da vida:

- 1) Infância e juventude (até aos 29 anos);
- 2) “*Rush hour of life*” (filhos e filhas pequenos/as e acentuado investimento profissional) (dos 30 aos 49 anos);
- 3) Fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 65 anos).
- 4) Idade da reforma/velhice (por opção metodológica, delimitamos o nosso estudo até a idade ativa, não abordando a fase da vida após 65 anos).

Identidades de género

A identidade de género refere-se ao modo como, independentemente do seu sexo biológico ou da orientação sexual (homossexual, heterossexual ou

bissexual), cada pessoa se percebe a si mesma e se apresenta aos outros, como masculino, feminino, uma combinação de ambos ou outra identidade não convencional (Butler, 1990). É a forma como nos reconhecemos a nós mesmos/as e desejamos que as outras pessoas nos reconheçam, incluindo a maneira como agimos, a maneira como nos vestimos, andamos e falamos.

Masculinidades e feminilidades

As masculinidades e feminilidades são o conjunto de qualidades e atributos considerados como característicos, respetivamente, de homens e de mulheres numa dada sociedade, tendo em conta as normas e valores vigentes. Estes significados, associados ao ser-se homem e ao ser-se mulher, variam em função do tempo, da cultura e da posição ocupada na estrutura social construindo múltiplas masculinidades e múltiplas feminilidades, que são no entanto hierarquizadas numa ordem de género. Assim, por exemplo, um operário pode afirmar a sua masculinidade através da força física e da bravura, enquanto um homem de classe média estabelecerá provavelmente a sua masculinidade através do poder económico. Para um homem jovem a força física pode ser um importante traço de masculinidade, enquanto para um homem na idade adulta o sucesso económico e profissional serão indicadores mais relevantes de masculinidade (Almeida, 1995).

Para analisar estas relações de poder, Connell introduz o conceito de masculinidade hegemónica que identifica, não a norma estatística, mas o modelo socialmente mais valorizado de masculinidade. Impõe-se assim a todos os homens que se posicionem em relação a este padrão que fornece também uma base de legitimidade ideológica para a subordinação global do feminino. Por seu turno, o conceito de ‘feminilidade enfatizada’ exprime a subordinação feminina, ao sistema que privilegia o poder masculino (Connell, 1987). Para as mulheres haverá também diversas formas de afirmação da feminilidade que podem diferir nas várias idades da vida e conforme a classe social, passando por uma maior ou menor centralidade da dimensão materna, pela afirmação da aparência física, ou pela afirmação profissional.

Mais recentemente a ideia de que homens e mulheres têm um papel ativo (agência) na construção das suas identidades e de que podem resistir a estes modelos dominantes tem também feito o seu caminho, (Kimmel, Hearn e Connell, 2004).

Sexo e Género

Numa primeira fase, desde os finais do século XIX até à primeira metade do século XX, a medicina, a biologia, a psicologia, não distinguiam praticamente

sexo de género entendendo-os como equivalentes e como caracterizadores dos atributos do sexo feminino e do masculino. Considerava-se que eram as diferenças biológicas que determinavam comportamentos, características, traços de personalidade, maneiras de pensar diferentes de homens e de mulheres.

Nos finais dos anos de 1960 e inícios de 1970 podemos localizar uma segunda fase que inaugura uma visão que distingue sexo, associado nesta perspetiva à diferença biológica entre os sexos, e género centrado na dimensão cultural, ou seja, nos significados que se atribuem em diferentes sociedades e contextos sociais ao que é ser mulher ou homem. Simone de Beauvoir (1947/1953) é das primeiras a mostrar como as mulheres são ensinadas “a ser” em cada momento da sua vida: na infância, na adolescência, e quando são mães; ou ainda como são “construídas” e concebidas como o “outro” cuja referência e modelo é o homem. Contributo decisivo nesta fase é também o de Ann Oakley quando defende que o sexo é um dado biológico, uma constante, mas o género é uma construção social (Oakley, 1972: 53).

Numa terceira fase, nos finais dos anos de 1980 mas, sobretudo, de 1990 a distinção entre sexo e género conhece outros desenvolvimentos. Não só se reconhece que o sexo biológico é afinal menos estável e constante do que se supunha, podendo manifestar-se numa variação e combinações possíveis (ver por exemplo os trabalhos de Fausto-Sterling, 2000) como a sexualidade, tema também importante nas propostas anteriores, assume papel ainda mais central nas questões de sexo e género. Passa-se assim a considerar que o género não é uma propriedade dos indivíduos mas algo que nos “é feito” e atribuído desde a nascença, e que nós vamos construindo e negociando ao longo da vida e nas diferentes interações sociais. Neste sentido o género pode “subverter” o próprio ao sexo biológico, o que se torna muito visível no caso dos transexuais. Esta visão *performativa* do género sublinha a possibilidade de agência, isto é a capacidade de agir sobre uma realidade que pode ser sentida como constrangedora, e combate lógicas deterministas – o que se faz também se pode desfazer. É uma perspetiva que abre portas também para a *diversidade* das identidades de género, para a possibilidade do carácter fluido do género e da própria vivência da sexualidade, questionando o imperativo da heteronormatividade (Richardson & Robison, 2008: 9-17).

Quadro Síntese

Educação e mercado de trabalho (15 aos 64 anos)

Quadro 1 Educação e condições de trabalho, por país e UE 27

	ISCED 5 a 8 ¹		Taxa de emprego ²		Taxa de desemprego ³		Horas de trabalho ⁴	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE 27	25,5	29,2	72,0	61,5	8,3	8,7	41	35
Países nórdicos								
Noruega	32,6	41,3	75,7	72,8	5,4	4,0	39	33
Suécia	29,4	41,5	77,5	74,8	7,3	6,5	40	37
Finlândia	30,0	41,9	70,5	67,6	9,0	8,6	40	36
Dinamarca	27,4	35,2	77,7	72,0	5,8	6,6	39	35
Islândia	27,0	40,1	89,4	83,6	2,9	3,1	*	*
Países liberais								
Reino Unido	36,7	40,0	78,3	68,8	5,0	4,7	40	32
Irlanda	33,8	41,5	70,2	59,5	9,1	6,5	42	31
Países continentais								
Bélgica	30,0	36,5	66,5	58,1	8,1	7,6	40	33
França	28,5	33,2	67,6	60,9	10,3	9,9	38	34
Alemanha	26,8	22,1	78,4	70,8	4,5	3,8	39	30
Holanda	30,6	31,4	79,6	70,1	5,6	6,5	38	27
Áustria	28,9	28,9	75,4	67,7	6,5	5,6	41	31
Países mediterrâneos								
Grécia	24,7	28,2	61,0	43,3	19,9	28,1	44	38
Espanha	30,0	35,4	64,8	54,3	18,1	21,4	40	34
Itália	13,4	17,9	66,5	48,1	10,9	12,8	39	32
Portugal	17,2	25,4	68,3	62,4	11,1	11,3	40	37
Malta	17,5	20,2	78,3	52,7	4,4	5,2	42	36
Chipre	32,3	42,5	68,6	59,3	12,7	13,4	41	36
Países de leste								
Bulgária	19,0	29,9	66,7	60,0	8,1	7,0	41	40
República Checa	19,4	21,8	79,3	64,4	3,4	4,7	43	38
Estónia	25,4	42,6	75,7	68,6	7,4	6,1	40	37
Letónia	21,0	37,5	70,0	67,6	10,9	8,4	40	38
Lituânia	26,7	41,0	70,0	68,8	9,1	6,7	40	37
Hungria	17,5	23,6	73,0	60,2	5,1	5,1	41	39
Polónia	20,3	30,1	71,0	58,1	6,1	6,2	43	37
Roménia	14,2	16,0	69,7	53,3	6,6	5,0	43	39
Eslovénia	21,4	33,2	68,9	62,6	7,5	8,6	43	39
Eslováquia	16,8	22,7	71,4	58,3	8,8	10,8	42	40

1. Fonte: Eurostat (2016) – proporção de pessoas (dos 15 aos 64 anos) com escolaridade concluída dentro dos ISCED's de 5 a 8.

2. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas empregadas (dos 15 aos 64 anos) sobre o total da população do mesmo grupo etário.

3. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas desempregadas (dos 15 aos 64 anos) sobre o total da população ativa do mesmo grupo etário.

4. Fonte: OCDE (2015) – horas médias globais de trabalho de pessoas empregadas (dos 15 aos 64 anos) na sua atividade principal.

Quadro 2 Condições de trabalho e de vida, por país e UE 27

	Trabalhadores/as em <i>part-time</i> ⁵		Contratação não permanente ⁶		Trabalhadores/as em risco de pobreza ⁷	
	H	M	H	M	H	M
UE 27	8,9	32,2	13,8	14,7	24,3	25,4
Países nórdicos						
Noruega	14,8	38,3	6,9	9,6	15,7	18,3
Suécia	13,2	36,3	14,0	17,4	19,5	18,8
Finlândia	9,7	18,7	11,7	17,0	19,2	16,8
Dinamarca	15,6	34,7	11,5	14,7	20,8	20,8
Islândia	11,9	35,6	10,4	10,4	12,5	13,7
Países liberais						
Reino Unido	11,2	40,9	5,2	6,7	22,3	23,8
Irlanda	12,2	33,8	7,4	8,2	26,7	27,9
Países continentais						
Bélgica	9,2	41,4	8,9	10,3	20,3	23,6
França	7,4	30,1	15,3	16,7	18,2	20,1
Alemanha	9,3	46,6	13,9	13,4	20,1	22,2
Holanda	26,5	76,9	20,0	22,7	18,1	20,3
Áustria	9,8	46,8	8,9	8,8	17,6	19,2
Países mediterrâneos						
Grécia	6,7	13,1	9,1	11,0	38,5	40,8
Espanha	7,8	25,1	26,1	27,0	31,8	31,4
Itália	8,0	32,4	14,0	15,2	29,8	31,4
Portugal	7,1	12,5	22,7	21,6	27,4	27,8
Malta	6,3	27,4	5,8	10,2	20,0	21,7
Chipre	10,3	15,9	10,7	18,7	30,1	30,6
Países de leste						
Bulgária	1,9	2,5	3,9	3,2	37,7	37,7
República Checa	2,2	9,3	8,3	11,7	12,3	15,2
Estónia	6,0	13,4	2,5	3,2	22,2	20,2
Letónia	4,5	10,0	4,1	2,5	27,0	28,3
Lituânia	5,5	9,7	1,6	1,2	27,3	26,6
Hungria	4,0	7,7	8,7	10,0	29,0	29,4
Polónia	4,2	9,9	26,4	27,1	24,8	24,1
Roménia	8,5	9,2	1,7	0,8	36,3	36,2
Eslovénia	7,0	13,7	15,5	17,9	18,6	20,7
Eslováquia	4,0	8,0	9,9	10,0	18,1	17,6

5. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de trabalhadores/as (dos 15 aos 64) a tempo parcial no total de trabalhadores/as do mesmo grupo etário.

6. Fonte: Eurostat (2016) – percentagem de pessoas empregadas (dos 15 aos 64 anos) com contratos não permanentes no total de pessoas empregadas do mesmo grupo etário.

7. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas empregadas (dos 16 aos 64 anos) em risco de pobreza.

Referências bibliográficas

- ADDABO, T., Bastos A., Casaca S. F., Duvvury, N., & Ní Léime, Á. (2015). Gender and labour in times of austerity: Ireland, Italy and Portugal in comparative perspective. *International Labour Review*, vol. 154(4), 449-473.
- ALMEIDA, J. F. (1990). *Portugal: Os próximos 20 anos – valores e Representações Sociais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, J. F. (1995). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ALMEIDA, J. F., Brites, R., & Torres, A. (2010). Valores e classes sociais: diferenças e semelhanças de género em Portugal. *Sociologia on line*, (1), 1-16.
- ALMEIDA, J. F. (2013). Uma visão sociológica do bem comum. In J. Pato, L. Schmidt, & M. E. Gonçalves (Eds.), *Bem comum – público e/ou privado?* (pp. 55-68). Lisboa: ICS.
- ALMEIDA, J. F. (2013b). *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- ALMEIDA, M. V. (1995). *Senhores de si*. Lisboa: Fim de Século.
- ANXO, D., Flood, L., Mencarini, L., Pailhé, A., Solaz, A., & Tanturri, M. L. (2007). Time allocation between work and family over the lifecycle: a comparative gender analysis of Italy, France, Sweden and the United States. *IZA Discussion Paper*, (3193), 2-35.
- ARBER, S., Davidson, K., & Ginn, J. (2003). Changing approaches to gender and later life. In Arber, S., Davidson, K., and Ginn, J. (Eds.), *Gender and Ageing: Changing Roles and Relationships* (pp. 1-14). Philadelphia, PA: Open University Press.
- BAGO d'Uva, T., & Fernandes, M. (2017). *Mobilidade Social em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BEAUVOIR, S. (1949/1953). *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard.
- BILSKER, D., & White, J. (2011). The silent epidemic of male suicide. *British Columbia Medical Journal*, vol. 53(10), 529-534. Disponível em <http://www.bcmj.org/articles/silent-epidemic-male-suicide>.
- BINSWANGER, I. A., Merrill, J. O., Krueger, P. M., White, M. C., Booth, R.E., & Elmore, J. G. (2011). Gender Differences in Chronic Medical, Psychiatric, and Substance-Dependence Disorders Among Jail Inmates. *American Journal of Public Health*, vol. 100(3), 476-482.
- BUTLER, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- CASACA, S. F. (2005a). Flexibilidade, emprego e relações de género: A situação de Portugal no contexto da União Europeia. In I. Kovács, (Ed.), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades* (pp. 55-89). Lisboa: Celta Editora.
- CASACA, S. F. (2005b). *Flexibilidade, trabalho e emprego: Ensaio de conceptualização*. Lisboa: SOCIUS – Working Papers.

- CASACA, S. F. (2008). Flexibilidade de emprego em Portugal e na União Europeia: colocando a dimensão de género no centro do debate. In F. Henrique (Ed.), *Género, diversidade e cidadania* (pp. 131-154). Lisboa: Editora Colibri.
- CASACA, S. F. (2009). Reflexões em torno de um novo contrato de género e de uma sociedade mais inclusiva. *Sociedade e Trabalho*, (38), 71-87.
- CASACA, S. F. (2012). Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: tendências recentes. In S. F. Casaca (Ed.), *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina.
- CASACA, S. F., & Damião, S. (2011). Gender (in)equality in the labour market and the southern European welfare states. In E. Addis, P. Villota, F. Degavre & J. Eriksen (Eds.), *Gender and well-being: The role of institutions from past to present* (pp. 184-199). Londres: Ashgate.
- CONNELL, R. (1987). *Gender and power: Society, the person, and sexual politics*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- CONNELL, R. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- COSTA, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional. In A. F. Costa, F. L. Machado & P. Ávila (Eds.), *Portugal no contexto europeu: Sociedade e conhecimento* (pp. 1-20). Oeiras: Celta Editora.
- DALY, M. (2011). What adult worker model? A critical look at recent social policy reform in Europe from a gender and family perspective. *Social Politics*, vol. 18(1), 1-23.
- ELSON, D. (1995). *Male bias in the development process*. UK: Manchester University Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *Welfare states in transition national adaptations in global economies*. London Thousand Oaks, California: Sage.
- FAUSTO-STERLING, A. (2000). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- FERREIRA da Silva, L., & Alves, F. (2002). *A Saúde das Mulheres em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, V. (2014). Employment and austerity: changing welfare and gender regimes in Portugal. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and austerity: The economic crisis and the future for gender equality* (pp. 207-227). London: Routledge.
- FERREIRA, V., & Monteiro, R. (2015). Austeridade, emprego e regime de bem-estar social em Portugal: Em processo de refamilização? *ex aequo*, (32), 49-67.
- FERRERA, M. (1996). The Southern model of welfare in social Europe. *Journal of European Social Policy*, vol. 6(1), 17-37.
- INGLEHART, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing values and political styles among western publics*. Princeton: Princeton University Press.
- KIMMEL, M., Hearn, J., & Connell, R. (2004). *Handbook of studies on men and masculinities*. London Thousand Oaks, California: Sage.
- KORNSTEIN, S. G., Schatzberg, A. F., Thase, M. E., et al. (2000). Gender differences in chronic major and double depression. *Journal of Affective Disorders*, vol. 60(1), 1-11.

- KOVÁCS, I., e Lopes, M. (2012). A juventude e o emprego: Entre a flexibilidade e a precariedade. In S. F. Casaca (Ed.) *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des)Igualdade* (51-86). Coimbra: Almedina.
- LEWIS, J. (2009). *Work-Family Balance, Gender and Policy*. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.
- LISBOA, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra as Mulheres e Homens*. Lisboa: CIG.
- MOSS-RACUSIN, C. A., Dovidio, J. F., Brescoll, V. L., Grahama, M. J., & Handelsman, J. (2012). Science faculty's subtle gender biases favor male students. *PNAS*, vol. 109 (41), 16474-16479.
- MOURA, E. C., Gomes R., Falcão, M. T. C., Schwarz, E., Neves, A. C. M., & Santos, W. (2015). Gender inequalities in external cause mortality in Brazil, 2010. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 20(3), 779-788.
- OAKLEY, A. (1972). *Sex, gender and society*. San Francisco: Harper and Row.
- PEDROSO, T. (2013). Gender disparities in mortality: Challenges for health equity in Puerto Rico. *Acta Colombiana de Psicología*, vol. 16(2), 103-114.
- PERISTA, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes M., & Perista, P. (2016). *Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal*. Lisboa: CESIS, CITE.
- PICCINELLI, M., & Wilkinson, G. (2000). Gender differences in depression: Critical review. *The British Journal of Psychiatry*, vol. 177(6), 486-492. doi:10.1192/bjp.177.6.486.
- PRINCE-GIBSON, E., & Schwartz, S. (1998). Value priorities and gender. *Social Psychology Quarterly*, vol. 61(1), 49-67.
- RICHARDSON, D., & Robison, V. (2008). *Introducing gender and women's studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- RUBERY, J. (1988). *Women and Recession*. London: Routledge.
- RUBERY, J. (2011). Towards a gendering of the labour market regulation debate. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 35(6), 1103-1126.
- RUSTØEN, T., Wahl, A. K., Hanestad, B. R., Lerdal, A., Paul, S., & Miaskowski, C. (2004). Gender differences in chronic pain—findings from a population-based study of Norwegian adults. *Pain Management Nursing*, vol. 5(3), 105-117.
- SARAH, E. P., Munce, M. Sc., Donna E., & Stewart, M. D. (2007). Gender Differences in Depression and Chronic Pain Conditions in a National Epidemiologic Survey. *Psychosomatics*, vol. 48(5), 394-399. doi:10.1176/appi.psy.48.5.394
- SCHWARTZ, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theory and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 1-65). New York: Academic Press.
- SEBASTIÃO, J. (2009). *Democratização do ensino, desigualdades sociais e trajetórias escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TORRES, A. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.

- TORRES, A., & Brites, R. (2006). Atitudes e valores dos europeus: A perspetiva do género numa análise transversal. In J. Vala e A. Torres (Eds.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa* (pp. 325-378). Lisboa: ICS.
- TORRES, A., Castro, J. L., Silva, F. V., & Inglez, S. A. (1999). Políticas Sociais e a questão do acolhimento das crianças em Portugal. *Revista Cadernos de Política Social Redes e Políticas de Solidariedade*, vol. 1(1), 14-35.
- TORRES, A., Coelho, B., & Cabrita, M. (2013). Bridge over troubled waters. *European Societies*, vol. 15(4), 535-556.
- TORRES, A., Coelho, B., Cardoso, I., & Brites, R. (2012). A Mysterious European Threesome: Workcare Regimes, Policies and Gender. *International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences*, vol. 1(1), 31-61.
- TORRES, A., Brites, R., Haas, B., & Steiber, N. (2007). *First European quality of life survey: Time use and work-life options over the life course*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- TORRES, A., Mendes, R., & Lapa, T. (2008). Families in Europe. *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 7(1), 49-84.
- VALA, J., Cabral, M. V., e Ramos, A. (2003) *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS.
- VARKEY, A. B. (2004). Chronic obstructive pulmonary disease in women. *Current Opinion in Pulmonary Medicine*, vol. 10(2), 98-103.
- VÄRNİK, A., et al. (2008). Suicide methods in Europe: A gender-specific analysis of countries participating in the “European alliance against depression”. *Journal of Epidemiology and Community Health*, vol. 62(6), 545-51. Doi: 10.1136/jech.2007.065391.
- VENN, S., Davidson, K., & Arber, S. (2011). Gender and Ageing. In Jr. Settersten, A. Richard, & J. L. Angel (Eds.), *Handbook of sociology of aging: Handbooks of sociology and social research* (pp. 71-82). New York: Springer.
- WALL, K. (Coord.), Cunha, V., Atalaia, S., Rodrigues, L., Correia, R., Correia, S. V., e Rosa, R. (2016). *Livro Branco – Homens e Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: CITE.

ÍNDICE DE FIGURAS

- 13** **Figura 1.1** Níveis de ensino completo da população portuguesa e da União Europeia a 27 países, por sexo, 2016 (%)
- 14** **Figura 1.2** Média de anos de escolaridade completos, por sexo, grupo etário e país, 2014 (%)
- 15** **Figura 1.3** Média de anos de escolaridade completos em Portugal, por sexo e grupo etário (2002-2014)
- 17** **Figura 1.4** Perfis de reprodução educacional (comparação UE 27 e Portugal) (%)
- 17** **Figura 1.5** Perfis de mobilidade educacional (%)
- 20** **Figura 2.1** Taxa de emprego, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2000 e 2015 (%)
- 23** **Figura 2.2** Taxa de desemprego, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2015 (%)
- 23** **Figura 2.3** Evolução da taxa de desemprego, por sexo, dos 15 aos 64 anos, Portugal e UE 27, 2000 a 2015 (%)
- 25** **Figura 2.4** Contratações não permanentes, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2016 (%)
- 27** **Figura 2.5** Trabalhadores/as a tempo parcial, dos 15 aos 64 anos, por sexo, Portugal e UE 27, 2015 (%)
- 28** **Figura 2.6** Razões para trabalho a tempo parcial, mulheres (15 aos 64 anos), Portugal, 2015
- 28** **Figura 2.7** Razões para trabalho a tempo parcial, homens (15 aos 64 anos), Portugal, 2015
- 30** **Figura 2.8** Salário Médio/Hora, em euros PPC, por idade e sexo, Portugal e UE 27, 2014
- 31** **Figura 2.9** Disparidade salarial, por idade e sexo, Portugal e UE 27, 2014
- 32** **Figura 2.10** Distribuição de profissionais das áreas da justiça, saúde e ensino, por sexo, Portugal, 2015 (%)
- 32** **Figura 2.11** Distribuição juízes/as, por país e por sexo, 2014 (%)
- 33** **Figura 2.12** Distribuição do número de médicos/as, por país e por sexo, 2015 (%)
- 33** **Figura 2.13** Distribuição de professores/as do ensino superior, por país e por sexo, 2015 (%)
- 36** **Figura 3.1** Tipos de Famílias, Portugal e UE 27, por sexo, 2011 (%)
- 37** **Figura 3.2** Idade ao casamento de homens e mulheres na Europa, 2015 (%)
- 37** **Figura 3.3** Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, Portugal e UE 28, 2015 (%)
- 38** **Figura 3.4** Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado e número de filhos/as, pela escolaridade das mulheres (ISCED), Portugal e UE 28, 2015 (%)
- 39** **Figura 3.5** Evolução da média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, 2000-2015 (%)

-
- 40 **Figura 3.6** Risco de pobreza de pessoas dos 15 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 40 **Figura 3.7** Evolução do risco de pobreza dos homens por idades da vida, em Portugal, 2004-2015 (%)
- 41 **Figura 3.8** Evolução do risco de pobreza das mulheres por idades da vida, em Portugal, 2004-2015 (%)
- 41 **Figura 3.9** Pessoas que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo e grupo etário, 2015 (%)
- 45 **Figura 4.1** Mudança da taxa de emprego de adultos dos 15 aos 64 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo (p.p.), 2005-2016
- 46 **Figura 4.2** Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras a viver em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)
- 47 **Figura 4.3** Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras que não vivem em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)
- 48 **Figura 4.4** Média de horas semanais passadas a cuidar da casa, por sexo, grupo etário e país, 2012
- 49 **Figura 4.5** Média de horas semanais passadas a cuidar da família, por sexo, grupo etário e país, 2012
- 52 **Figura 5.1** População prisional em Portugal de pessoas dos 15 aos 64 anos, por sexo e grupo etário, 2016 (%)
- 52 **Figura 5.2** Proporção de pessoas condenadas, por país e sexo, 2015 (%)
- 53 **Figura 5.3** Proporção de pessoas condenadas por homicídio, por país e sexo, 2015 (%)
- 53 **Figura 5.4** Proporção de pessoas condenadas por violação, por país e sexo, 2015 (%)
- 54 **Figura 5.5** Proporção de pessoas condenadas por agressão sexual, por país e sexo, 2015 (%)
- 54 **Figura 5.6** Proporção de pessoas vítimas de violação, por país e sexo, 2015 (%)
- 55 **Figura 5.7** Proporção de pessoas vítimas de agressão sexual, por país e sexo, 2015 (%)
- 55 **Figura 5.8** Autoria da violência exercida contra as mulheres, 2007 (%)
- 56 **Figura 5.9** Autores/as de violência física, psicológica e sexual contra homens e mulheres, 2007 (%)
- 58 **Figura 6.1** Esperança média de vida, por país e sexo, 2015 (%)
- 59 **Figura 6.2** Número de anos de vida saudável, por país e sexo, 2015 (%)
- 60 **Figura 6.3** Problemas de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e grupo etário, Portugal (%)
- 61 **Figura 6.4** Na última semana com que frequência se sentiu deprimido/a, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)
- 62 **Figura 6.5** Com quem falou sobre o seu estado de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)

-
- 63 **Figura 6.6** Causas de morte, por sexo e idade, UE 28,2014 (%)
- 64 **Figura 6.7** Causas de morte, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)
- 65 **Figura 6.8** Causas externas de morte, por sexo e idade UE 28, 2014 (%)
- 66 **Figura 6.9** Causas externas de morte, por sexo e idade, Portugal, 2014 (%)
- 68 **Figura 7.1** Autotranscendência, por idade e país (mulheres), 2014
- 69 **Figura 7.2** Autotranscendência, por idade e país (homens), 2014
- 71 **Figura 7.3** Abertura à mudança por idade e país (homens), 2014
- 72 **Figura 7.4** Abertura à mudança por idade e país (mulheres), 2014
- 73 **Figura 7.5** Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e idade (homens) (médias)
- 73 **Figura 7.6** Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e idade (mulheres) (médias)
- 74 **Figura 7.7** Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e idade (homens) (média)
- 74 **Figura 7.8** Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e idade (homens) (média)
- 75 **Figura 7.9** Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e idade (homens) (média)
- 76 **Figura 7.10** Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e idade (mulheres) (média)
- 78 **Figura 8.1** Perfis de países (2014 e 2015) (Homens) (%)
- 79 **Figura 8.2** Perfis de países (2014 e 2015) (Mulheres) (%)
- 81 **Figura 8.3** Classes sociais nos países selecionados, dos 15 aos 65 anos, por sexo, 2015 (%)
- 83 **Figura 8.4** Classes sociais por sexo e grupos etários, em Portugal, 2015 (%)
- 85 **Figura 8.5** Perfis de mobilidade social, por sexo (UE 27 e Portugal), 2011 (%)

ÍNDICE DE QUADROS

- 16** **Quadro 1.1** Perfis de reprodução e mobilidade educacional (%)³
- 27** **Quadro 2.1** Trabalhadoras e trabalhadores a tempo parcial, por sexo e idade, 2015 (%)
- 42** **Quadro 3.1** Determinantes do rendimento mensal dos indivíduos por país e grupo etário, 2015
- 84** **Quadro 8.1** Perfis de mobilidade social, por país e sexo, 2011 (%)
- 96** **Quadro 1** Educação e condições de trabalho, por país e UE 27
- 97** **Quadro 2** Condições de trabalho e de vida, por país e UE 27

